

Projecto de Supervisão Parlamentar da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD)

Relatório do País e Análise de Dados

República de Moçambique



Junho de 2012

NETWORK OF AFRICAN
PARLIAMENTARIANS



AIID

AMSTERDAM INSTITUTE FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT

AWEPA

EUROPEAN
PARLIAMENTARIANS
FOR AFRICA



Sobre o AIID

O Instituto de Amesterdão para o Desenvolvimento Internacional (AIID) é uma iniciativa conjunta da Universiteit van Amsterdam (UvA) e da Vrije Universiteit Amsterdam (VU). Ambas as universidades têm uma longa história e uma excelente reputação em educação e pesquisa científica numa ampla gama de disciplinas. O AIID foi fundada em 2000 pelas duas universidades como uma rede que liga os seus melhores especialistas no desenvolvimento internacional e para participar em debates sobre políticas.

A missão do AIID encontra-se prevista na declaração da sua missão oficial:

"O Instituto de Amesterdão para o Desenvolvimento Internacional (AIID) visa a compreensão abrangente do desenvolvimento internacional, com especial ênfase na redução da pobreza nos países em desenvolvimento e economias em transição. O instituto é uma rede multidisciplinar, com um forte enfoque nas políticas. A sua assessoria política é baseada em pesquisa de fundamental longo prazo. A rede inclui pesquisadores nos campos da biologia, ciências da terra, economia, direito, medicina, ciências políticas e sociais."

Ao se esforçar para cumprir a sua missão, o AIID espera estar ao serviço dos milhões de indivíduos em todo o mundo que ainda vivem na pobreza, seja ela maior ou menor. O trabalho do AIID é dedicado à melhoria das condições de todas essas pessoas.

Para mais informações, visite: www.aiid.org

Sobre a Awepa

A Associação dos Parlamentares Europeus com a África (AWEPA) trabalha em parceria com os parlamentos africanos para fortalecer a democracia parlamentar em África, manter a África no topo da agenda política na Europa, e facilitar o diálogo parlamentar entre África e Europa.

Parlamentos fortes estão no cerne do desenvolvimento a longo prazo de África, pois eles servem como mediadores da paz, estabilidade e prosperidade. A AWEPA trabalha para fortalecer os parlamentos africanos e promover a dignidade humana. Durante 25 anos, a AWEPA tem servido como uma ferramenta única para operações complexas de democratização, do sul do Sudão à África do Sul.

Os pilares que suportam a missão da AWEPA incluem:

- Uma base de membros de mais de 1500 antigos e actuais parlamentares do Parlamento Europeu e quase todos os Estados membros da UE, incluindo a Noruega e a Suíça. Estes membros dedicam os seus amplos conhecimentos à aprendizagem de pares com colegas africanos;
- Parcerias a longo prazo com colegas parlamentares africanos que garantem a apropriação local e prestação de contas;
- Uma infraestrutura de pontos de entrada políticos e parlamentares, que cobre nove escritórios em África e dois na Europa, bem como 25 parlamentos em África e 28 na Europa, incluindo o Parlamento Pan-Africano e do Parlamento Europeu

Objetivo primordial da AWEPA é erradicar a pobreza e apoiar a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, através da realização dos direitos humanos, democracia e desenvolvimento em África.

Para mais informações, visite: www.awepa.org

Reconhecimentos: este relatório foi elaborado por Geoffrey Underhill e Hardus Sarah (AIID / Universidade de Amesterdão). Os autores gostariam de agradecer a ajuda, na parte da pesquisa, a Lisette Beljon (candidata a Mestrado, Universidade de Amesterdão) na elaboração da versão inicial, e o apoio do Dr. Willem Schudel (AIID e University of Amsterdam) que coordenou os aspectos de pesquisa e dados do projecto até a sua saída para o Banco Central Europeu, em Setembro de 2011. O AIID, AWEPA, NAP e os parceiros locais do projecto também gostaria de agradecer o apoio incansável do Dr. Eneas Comiche, Presidente da Comissão do Plano e Orçamento e Deputado da Assembleia da República, sem a qual a equipa do projecto não poderia ter atingido os seus objectivos. A Sra. Mariam Umarji, na qualidade de consultora da Comissão do Plano e Orçamento prestou uma ajuda inestimável ao longo de todo o processo, especialmente em relação às cifras do orçamento do GdM. Também devemos os nossos agradecimentos as muitos deputados, ONGs locais, académicos, representantes dos doadores (especialmente Niklas Schmidt do PNUD), ao pessoal da AWEPA local (particularmente Alzira Muchanga e Amália Mutemba), funcionários da UE e de outras embaixadas doadoras e funcionários do governo que contribuíram tanto para o relatório como para o projecto. Um agradecimento especial vai a Carlos Shenga (Universidade do Cabo) e a F. Amílcar Pereira (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo), que foram corresponsáveis pela pesquisa parlamentar, e a Eduardo Nguenha (também da Universidade Eduardo Mondlane), que com a AWEPA-Maputo organizou e relatou sobre os resultados das consultas públicas. Por último, gostaríamos de agradecer, claro, o apoio financeiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, bem como o papel desempenhado pelo pessoal da embaixada em Maputo.

Índice

RESUMO EXECUTIVO	3
A. INTRODUÇÃO	7
1. Antecedentes do projecto.....	7
2. Propósito deste relatório	10
B. A REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE	13
1. Evolução do Governo & da Administração Pública.....	13
2. Economia Nacional	15
3. Ajuda Internacional & Desafios do Desenvolvimento Nacional	16
C. PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO	18
1. O Governo de Moçambique.....	18
2. Major multilateral donors	19
3. Principais doadores multilaterais	22
4. Opinião pública em Moçambique	26
5. Parlamento de Moçambique.....	29
6. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, das Nações Unidas	30
Conclusão: prioridades de desenvolvimento	32
D. FLUXOS DE AJUDA E GASTOS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	35
1. O Governo de Moçambique.....	35
2. Total da AOD	37
2.1 AOD Multilateral.....	38
2.1.1 AID: fluxos de ajuda	38
2.1.2 Instituições da UE: fluxos de ajuda.....	39
2.1.3 Fluxos de ajuda do FAD por sector	40
2.2 AOD Bilateral.....	41
2.2.1 Estados Unidos: fluxos de ajuda	41
2.2.2 Suécia: fluxos de ajuda	42
2.2.3 Dinamarca: fluxos de ajuda.....	43
2.2.4 Holanda: fluxos de ajuda	45
2.2.5 Canada: fluxos de ajuda	46
Conclusão: orçamento e fluxos de ajuda	47
E. INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO	50
1. Indicadores da Pobreza da Afrobarometer	50
2. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das NU	51
3. Indicadores de Desenvolvimento Mundial	58
4. Índice de Desenvolvimento Humano	59
5. Audiências Públicas em Moçambique	61
Conclusão: indicadores de desenvolvimento	65
F. PACOTE DE DADOS	67

RESUMO EXECUTIVO

O Projecto de Supervisão Parlamentar da AOD (Ajuda Oficial para o Desenvolvimento) pretende reforçar a ligação entre a eficácia da ajuda (como resultados bem sucedidos do desenvolvimento) e governação, através da melhoria a eficácia e desempenho dos parlamentos em cinco países africanos. Trata-se, em particular, de melhorar a capacidade dos parlamentos para de forma independente pesquisarem e analisarem os dados sobre os fluxos de ajuda, os orçamentos do governo, e as necessidades dos seus eleitores. A secção A do relatório versa sobre essas metas. A secção B analisa o contexto dos desafios institucionais e económicos do desenvolvimento em Moçambique. O restante do relatório foi elaborado em cooperação com pesquisadores parlamentares e outros, bem como com deputados e comissões parlamentares em Moçambique. O relatório serve como um exemplo concreto do tipo de análise que os parlamentos podem desenvolver de forma independente através do emprego das suas novas capacidades, de modo a promover a eficácia da ajuda, melhores políticas, e melhores resultados do desenvolvimento. Para este fim, o relatório reúne e analisa as relações entre os cinco tipos de dados: i) opinião pública e preferências dos cidadãos; ii) uma pesquisa da opinião parlamentar realizada para o projecto; iii) prioridades políticas declaradas dos doadores e do governo; iv) ajuda real dos doadores e alocações orçamentais do GdM; e v) resultados do desenvolvimento medido numa série de indicadores de desenvolvimento. A secção C discute as prioridades de desenvolvimento do governo moçambicano, do parlamento e da opinião pública, bem como dos principais doadores do país, além dos ODM acordados internacionalmente. A Secção D analisa a divisão real, por sector, do orçamento de Estado do governo moçambicano e da ajuda ao orçamento pelos doadores. Por último, a secção E descreve o progresso do desenvolvimento de Moçambique na última década, e secção F compreende um compacto de "Pacote de Dados" de uso fácil para os deputados e comissões parlamentares que pode ser imprimido para uso no parlamento.

A secção C conclui que a diversidade dos eleitores e das suas necessidades de desenvolvimento em Moçambique são razoavelmente bem compreendidas e representadas pelo parlamento. Os três partidos políticos têm maioritariamente as mesmas prioridades de desenvolvimento: crescimento económico, emprego, agricultura, infra-estruturas, saúde e, abastecimento de água e saneamento. No entanto, enquanto os dados da opinião pública indicam que a energia e a segurança são áreas importantes para o desenvolvimento, em média, os deputados não compartilham dessas prioridades. O GdM compartilha de muitas prioridades de políticas com o Parlamento e o povo em geral, mas também focaliza sobre a boa governação, o comércio e sector privado. Por sua vez, as políticas de ajuda dos maiores doadores de Moçambique em geral coincidem com as prioridades do GdM. A maioria dos doadores realça a importância do crescimento económico, redução da pobreza, cuidados sanitários e educação, que são importantes para o governo, opinião pública e parlamento. Todos os doadores sublinham a importância da boa governação enquanto o Parlamento e as pessoas no geral, não identificam esse objectivo específico. A "Boa governação" é na verdade um elemento importado do condicionalismo dos doadores e a questão é em que medida contribui efectivamente para a concretização das necessidades e preferências dos cidadãos. Uma outra área de alta prioridade para o Parlamento e para as pessoas, mas negligenciada por todos os doadores, excepto pelo FDA e pelos Países Baixos é o Abastecimento de Água e Saneamento. Do mesmo modo, o emprego é uma das principais preocupações dos cidadãos, mas apenas os EUA como um doador se preocupa com ele. Finalmente, a integração regional e o género recebem muita atenção dos doadores embora os intervenientes nacionais não os consideram prioridades nacionais de desenvolvimento. Em suma, o Parlamento e as pessoas realçam resultados os resultados e melhorias concretos do desenvolvimento económico mais do que tanto o GdM ou os doadores. Enquanto os objectivos como a boa governação, desenvolvimento comercial, e o desenvolvimento dos negócios do sector privado podem contribuir para estes objectivos a longo prazo, a análise sugere que alguma reflexão em torno das políticas dos doadores e do Governo poderia levar a política de desenvolvimento para mais próximo das preferências dos cidadãos.

A secção D demonstra que os gastos do GdM para o desenvolvimento têm como alvo a educação, infra-estruturas, saúde e governação. Porque uma grande parte do orçamento vai para 'outros' sectores não especificados, é difícil determinar até que ponto o GdM cumpre com as suas declaradas prioridades políticas. O parlamento podia exigir maior transparência e responsabilidade a esse respeito. Várias das prioridades de desenvolvimento dos cidadãos moçambicanos e seus representantes parlamentares são de facto abordadas pela dotação orçamental do GdM: abastecimento de água, educação, saúde, transporte e infra-estruturas. No

entanto, é indiscutível que algumas das prioridades de desenvolvimento mais urgentes destacados tanto pelos cidadãos e como pelos parlamentares não são bem abordadas no orçamento nacional: pobreza (rural), desemprego e escassez de alimentos. Outro aspecto fundamental é que a agricultura não recebe uma parte substancial do orçamento, apesar do facto de que o sector é uma prioridade declarada do Governo, bem como dos cidadãos e do parlamento. Dada a ligação entre o bem sucedido alívio da pobreza rural e urbana (para não mencionar a segurança alimentar) e a melhoria da produção e da produtividade da agricultura, o parlamento podia considerar estimular alguma realocação de recursos.

Quase todos os doadores investir uma grande parte da sua AOD em "Infra-estruturas Sociais e Serviços". Esses desembolsos dos doadores tratam de diversas prioridades de desenvolvimento compartilhadas pelo governo, parlamento e pelas pessoas no geral, tais como educação, saúde e, abastecimento de água e saneamento. Todos os doadores multilaterais, assim como os EUA e Suécia investem quantias substanciais em Transportes e Armazenamento. Este auxílio é susceptível de melhorar a área dos transportes, que se situa entre as prioridades do parlamento moçambicano. O desemprego, que, de acordo com o parlamento moçambicano e da opinião pública, constitui o principal problema para o desenvolvimento, recebe pouca atenção dos doadores. Dito isto, os esforços dos doadores nas áreas de educação e dos sectores produtivos poderiam, muito bem, resolver este problema, pelo menos indirectamente. No entanto, nenhum dos doadores faz dessa área uma prioridade máxima, e nem todos os doadores concedem ajuda para estes sectores. Deve-se notar que, em conformidade com as obrigações internacionais, a maioria dos doadores fornece uma grande parte da sua ajuda como Apoio ao Orçamento Geral (AOG). Esta ajuda podia ser usada pelo GdM para tratar dos problemas do desemprego e da pobreza directamente, mas como vimos, as dotações orçamentais do GdM não reflectem a tal como uma prioridade, pelo menos não directamente. A análise indica ainda que nem todos os gastos dos doadores estão de acordo com suas declaradas políticas de ajuda. Isso cria um problema no que respeita à previsibilidade da ajuda.

Existe um comentário adicional sobre as dotações para a "boa governação e sociedade civil". Não é de estranhar que este elemento substancial da ajuda dos doadores seja uma prioridade nas dotações, de forma compartilhada com o GdM. A atenção para a "boa governação / sociedade civil" é fundamental para as políticas de condicionalismo da ajuda dos doadores da OCDE-CAD e, como tal, é uma "importação". O facto de que o GdM partilha desta prioridade com os doadores, enquanto o parlamento e os cidadãos não, pode ter muito a ver com as conversas relativamente restritas que ocorrem entre o executivo e os doadores sobre os programas dos doadores e alocações do AOG. Até ao ponto em que a melhoria da qualidade da governação melhor a realização concreta das prioridades políticas dos cidadãos, então, os esforços destinados a melhorar a governação podem muito bem estar em consonância com as necessidades dos eleitores, mas esta é uma questão de verificação e prestação de contas, para o parlamento. Há um risco de que os orçamentos para a "boa governação" ou "sociedade civil" se tornem projectos de estimação do governo e dos doadores. Tal não precisaria ser o caso se forem tomadas medidas robustas para assegurar a articulação dos objectivos de políticas aos resultados reais e os mecanismos robustos de responsabilização em "retro informação", conforme o promovido por este projecto.

Por ultimo, a Secção E analisa o progresso de Moçambique em relação a alguns importantes indicadores de desenvolvimento. A secção mostra que, na última década, o país beneficiou de um progresso económico rápido mas que ainda persistem sérios desafios. Em 2008, 54,7% das pessoas ainda viviam na ou abaixo da linha nacional da pobreza. Moçambique também enfrenta importantes desafios nas áreas de saúde materna, HIV/SIDA, segurança alimentar e protecção ambiental. Os dados das auscultações públicas empregados na análise, apontam para importantes melhorias que foram feitas na prestação do saneamento público, abastecimento de água, educação e saúde. Enquanto os recursos dos doadores são considerados uma importante fonte adicional de financiamento para as despesas do GdM, as comunidades apontam para a importância da participação comunitária, tanto na fase de planeamento como na fase de implementação de projectos de desenvolvimento. A coordenação entre sectores e entre os doadores / GdM também representa desafios constantes. Para empregar um cliché, a crescente onda de crescimento da economia nacional ainda não está a levantar todos os barcos. As novas descobertas de gás vão aumentar as receitas do governo no futuro e criar novas oportunidades para resolver estas dificuldades. Este novo contexto só aumenta a necessidade de uma forte representação das necessidades e preferências dos eleitores através do parlamento, participação parlamentar mais consciente e coerente na elaboração de

políticas, e ainda mecanismos de responsabilização mais fortes que assegurem que os objectivos das políticas sejam efectivamente atingidos e as políticas sejam alteradas quando necessário.

A. INTRODUÇÃO

1. Antecedentes do projecto

Nos fins da década de 80, o Banco Mundial iniciou um debate sobre a governação e eficácia da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) em relação ao processo de desenvolvimento de longo prazo em África. O Banco argumentava que "subjacente à série dos problemas de desenvolvimento de África existe uma crise de governo."¹ Desde então, muitos problemas foram identificados, entre os quais está a ligação entre a fraqueza do governo e muitas vezes da deficiente eficácia da ajuda. Uma causa subjacente da falha das políticas dos doadores e dos governos africanos em produzir resultados que estejam em conformidade com as aspirações dos povos africanos é sem dúvida a falta de instituições localmente enraizadas que poderiam abordar de forma adequada as exigências de desenvolvimento dos Estados modernos num contexto de integração económica global. Esse debate estimulou os doadores e os governos receptores a melhorarem tanto a governação e instituições dos países em desenvolvimento, como a "apropriação" pelo país do processo de desenvolvimento. A propriedade passou a significar um papel muito mais forte para os governos nacionais na definição das prioridades da ajuda, e um maior grau de Apoio ao Orçamento Geral (AOG, onde a ajuda é integrada directamente nos orçamentos nacionais com base nas prioridades de gastos nacionais) no fluxo da ajuda global dos doadores. Tal foi combinado com o melhoramento da capacidade dos governos africanos na gestão dos orçamentos e concepção e implementação das políticas, e na redução da prevalência da corrupção. Com o passar do tempo, a Declaração de Paris e o processo de acompanhamento de Acra destacaram a necessidade de reforçar o papel dos parlamentos como um aspecto fundamental do que deveria significar a "propriedade" com base no cidadão. Uma melhor representação e prestação de contas não são apenas cruciais para a construção da democracia, são também soluções práticas para a má alocação da ajuda e para problemas de corrupção e de má gestão tanto por parte dos doadores como dos países parceiros. Em particular, a interacção entre governos, parlamentos, e doadores podia ser muito fortalecida, para que as contribuições dos cidadãos na política de desenvolvimento, através dos representantes parlamentares, fosse reforçada. A 'retro informação' nacional especialmente a 'propriedade' do cidadão para com a contínua revisão das prioridades por parte dos doadores, poderia também ser muito fortalecida. Esta introdução tem como objectivo situar o projecto neste contexto mais amplo, delineando os seus principais objectivos e actividades em relação a este relatório.

Objectivos e parceiros do projecto

Em África, os parlamentares muitas vezes conhecem bem os seus constituintes, e podem fazer o seu melhor para atrair benefícios para os seus cidadãos. O que fica menos claro é se os parlamentos vêm como sua tarefa representar esses mesmos constituintes nos processos políticos, e para influenciar a definição das prioridades políticas a nível nacional. Apesar da Declaração de Paris, os Parlamentos têm sido inteiramente excluídos das negociações entre doadores e governos nacionais na definição das políticas da ajuda e sua ligação às prioridades políticas nacionais. No entanto, assegurar que as preferências dos cidadãos são mais bem integradas na definição das políticas de desenvolvimento tanto pelos doadores assim como pelo executivo nacional é um objectivo importante da comunidade internacional de doadores. Além do seu papel representativo, os Parlamentos são também responsáveis pela responsabilização dos governos perante os cidadãos para a eficácia dos resultados das políticas e para a melhoria da política ao longo do tempo em que ficou aquém do ideal. Esta função de responsabilização pode certamente ser mais efectivamente exercida pela maioria dos parlamentos africanos. Há, porém, uma dimensão além desta questão da responsabilidade. Se a comunidade doadora afirma honrar o princípio da "apropriação" nacional da ajuda para o desenvolvimento, então por definição, os parlamentos devem estar envolvidos na responsabilização tanto dos doadores assim como dos governos nacionais perante as pessoas, em relação aos resultados. Actualmente, os doadores são claramente responsáveis perante os seus próprios parlamentos em relação aos gastos e resultados da ajuda para o desenvolvimento, mas talvez eles têm um dever mais importante de cuidar daqueles que alegam estar a ajudar. Desta forma, os doadores podem também se tornar mais

¹ Banco Mundial, *Sub-Saharan Africa: From Crisis to Sustainable Growth: A Long-Term Perspective Study* (Washington, D.C.: World Bank, 1989), p. 60.

responsáveis à dinâmica do processo de desenvolvimento nos países parceiros, e a ajuda deve tornar-se mais eficaz e funcionar melhor como parte da efectivação das aspirações das sociedades emergentes na África e em rápida mutação. A melhoria deste aspecto crucial da governação democrática tem vindo a ser negligenciada há muito tempo pelos doadores e executivos nacionais, na mesma medida. É chegada a hora de os parlamentos se tornarem mais assertivos e desenvolverem as suas capacidades por conta própria.

O Projecto de Supervisão Parlamentar procura fortalecer a ligação entre a eficácia da ajuda e governação, melhorando (e iniciando um processo de institucionalização dessa melhoria a longo prazo) a eficácia e o desempenho dos parlamentos em cinco países africanos. O projecto analisa cinco países africanos: Gana, Benin, Moçambique, Tanzânia e África do Sul. Os parlamentos podem se tornar especificamente mais eficazes na inclusão e representação das aspirações dos cidadãos perante os doadores e governos beneficiários na definição de prioridades políticas e no elaboração das despesas orçamentais dos doadores e nacionais. Implicitamente, isso significa consultar e representar, em cada país, o amplo leque de interesses, círculos eleitorais e, necessidades e preferências reais dos cidadãos que sejam relevantes para o processo de desenvolvimento. Ao longo do tempo essa melhorada capacidade parlamentar moldará as prioridades das políticas de desenvolvimento para melhor se conformarem com o interesse e necessidade do constituinte, melhor acompanhamento da evolução, aplicação e eficácia das políticas e responsabilizar as políticas de ajuda do executivo e os doadores ajuda perante esses mesmos grupos e necessidades dos cidadãos. Em termos mais práticos, o projecto reforça substancialmente a investigação independente e capacidade analítica do parlamento (sistema das comissões de trabalho, pessoal de pesquisa) e parlamentares. O projecto deve desenvolver a capacidade dos parlamentos para colher dados de pesquisa sobre as necessidades e preferências dos cidadãos, para analisar essa informação em relação aos fluxos de ajuda reais e despesas de desenvolvimento, e avaliar os resultados das políticas em relação aos indicadores de desenvolvimento e as aspirações dos cidadãos.

O Instituto de Amesterdão para o Desenvolvimento Internacional (AIID), a Associação doa Parlamentares Europeus com a África (AWEPA), e Rede dos Parlamentares Africanos da NEPAD (NAP), em conjunto, estabeleceram os seguintes objectivos gerais.

1. Melhorar o **conhecimento** dos parlamentares e funcionários dos parlamentos africanos no escrutínio da definição de prioridades e da eficácia real da ajuda para o desenvolvimento: como representantes do povo e os supervisores do erário público, os parlamentares democraticamente eleitos têm um papel crucial a desempenhar na monitoria das políticas e gastos da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD). Os Parlamentares africanos envolvidos no projecto aceitam através da sua própria admissão que carecem de informação, recursos de apoio e conhecimentos necessários para cumprirem com estas funções de forma adequada para enfrentarem a contento tanto os doadores assim como os governos receptores em matéria de prioridades de alocação e eficácia das políticas.
2. Melhorar a **representação** parlamentar ("voz") e funções de **prestação de contas** de organizações políticas africanas no desenvolvimento e implementação de prioridades de ajuda, incluindo forte 'circuito de retro informação (feedback)' sobre o impacto da ajuda: fortalecer a "voz", através da melhoria da eficácia da representação parlamentar pode melhorar a **sensibilidade** do governo às necessidades de desenvolvimento a longo prazo dos africanos, e é um elemento crucial de um futuro estável e democrático para o continente. As cruciais funções de prestação de contas das africanas instituições políticas e, particularmente parlamentos, são muitas vezes apenas emergentes ou ainda não foram desenvolvidos. Isso significa que os doadores e os governos não são totalmente responsáveis ou sensíveis às questões que afectam as suas diversas circunscrições eleitorais e socioeconómicas. A melhoria simultânea da representação parlamentar e prestação de contas é um elo em falta na relação entre a necessidade, alocação de recursos, controlo e um processo de desenvolvimento bem sucedido. O desenvolver desta ligação fortalecerá o diálogo entre o poder executivo do governo, representantes eleitos, e seus cidadãos. A voz fortalecida baseada em fortes ligações parlamentares com a sociedade e com prestação de contas através de uma fiscalização parlamentar mais eficaz ajudará a reduzir o risco de corrupção e má gestão, e trazer ajuda e outras alocações de recursos para mais próximo das necessidades e preferências dos eleitores a quem os governos ostensivamente servem.

3. Fortalecer as comunidades africanas de **pesquisa** e pesquisa sobre a alocação da ajuda e seu papel no processo de desenvolvimento. A construção de laços fortes entre comunidades de pesquisa académica europeias e africanas e seus respectivos parceiros no parlamento e sociedade civil é também crucial para apoiar a capacitação e fortalecer a governação em África. Académicos em países em desenvolvimento têm um alto nível de capacidades em pesquisa e analíticas e portanto podem desempenhar um papel importante para ajudar os parlamentares a desenvolver conhecimentos, reforçar a sua função de representação e prestação de contas e para reforçar as ligações com a sociedade civil. Da mesma forma, os investigadores europeus fornecerão dados sobre os programas de ajuda aprovadas pelos parlamentos dos doadores e, juntamente com académicos e parlamentares do país receptor podem dar seguimento à sua implementação. A ajuda, em conjunto com uma série de outros instrumentos políticos, pode desempenhar um papel importante na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento. No entanto, o entendimento da ajuda, para onde vai e como ela contribui para o processo de desenvolvimento, tem sido muito limitado. Fortalecer a supervisão pode produzir dados para uma melhor investigação, e daí resultarão melhores dados e melhores ligações entre a investigação e a prática política.
4. A pesquisa e elaboração de relatórios que resulta deste projecto deve também ter um impacto sobre a definição de prioridades de ajuda dos países doadores europeus, na melhor, para melhorar a relação entre a assistência dos doadores e a satisfação das necessidades em África, assim como a efectiva implementação de políticas em cooperação com parceiros beneficiários. Os investigadores e parlamentares africanos serão encorajados a fornecer dados e a desenvolver ligações duradouras com parlamentares europeus para aumentar a **sensibilidade** tanto dos países doadores assim como receptores para as necessidades de desenvolvimento em relação aos processos de alocação e implementação da ajuda. A construção de uma melhor articulação de comunicação entre os parlamentares europeus e africanos, pode aumentar consideravelmente o fortalecimento da voz e da responsabilização em África e o "sentido de propriedade" dos programas de ajuda. Melhorar a capacidade dos parlamentares africanos para avaliar e comunicar as necessidades de assistência para o desenvolvimento das suas sociedades faz parte da melhoria da fiscalização e responsabilização em África e o ajuste das políticas dos países doadores com as necessidades reais dos povos africanos. Maior interacção e a partilha de experiências entre África e Europa também ajudará a construir a capacidade dos parlamentos africanos, contribuindo assim para o reforço da sua função de representação e prestação de contas.
5. Em suma, o resultado central e de longo prazo do projecto será que ao longo do tempo, devem ocorrer mudanças em prioridades de políticas nacionais do desenvolvimento económico e programas de assistência internacional nos cinco países de forma a respeitarem melhor às necessidades de todos os seus cidadãos e eleitores africanos no processo de desenvolvimento. Este processo de mudança terá lugar ao longo do tempo em três fases que se sobrepõem, conforme o seguinte:²

Fase 1: Identificação das Necessidades e de Padrões de Ajuda

Os parlamentares nos cinco países africanos têm sido ajudados a estabelecer, expandir e manter ligações inclusivas e transversais quanto aos círculos eleitorais com cidadãos e grupos de cidadãos a fim de melhor compreender e representar as necessidades e interesses reais de desenvolvimento em toda a economia nacional e sociedade, e para melhor compreender os benefícios políticos e de apoio eleitoral a serem alcançados ao proceder desse modo, ligado a benefícios mais amplos da política de desenvolvimento mais bem sucedida. A equipa de pesquisa da AIID e académicos locais, em articulação com conselheiros da Embaixada, contactos de parlamentares europeus, e usando outras fontes disponíveis, nesta fase do projecto, recolheu e começou a analisar dados sobre os padrões da AOD e sua relação com as necessidades.

Esta fase do projecto envolveu um interface em Mesa-redonda com os parlamentares, comissões parlamentares/de trabalho, funcionários parlamentares e partes interessadas. O projecto também esteve envolvido em workshops de Investigação e de Dados envolvendo parlamentos e, académicos e especialistas africanos, um inquérito parlamentar em cada país, e consultas dos cidadãos, que foram apelidados de "audiências públicas".

² Deve se reconhecer que este projecto de 2,5 anos, apenas pode, na melhor das hipóteses, lograr o processo de mudanças exigido.

Fase 2: Responsabilização

Com base nas necessidades em curso e análise de dados da primeira fase, os parlamentares foram ajudados a sintetizar e a representar as necessidades dos cidadãos para com o governo e a penetrar o processo da política do desenvolvimento económico nacional, na monitoria e responsabilização do executivo em relação às necessidades para com estes mesmos cidadãos na modelagem e implementação das políticas e no desenvolvimento das prioridades de ajuda em relação aos programas de assistência dos doadores.

Este relatório congrega e apresenta os resultados desta fase do projecto. O relatório envolve também uma apresentação e uma ampla discussão com os parlamentares, funcionários parlamentares, deputados europeus e académicos durante um workshop de dois dias no país envolvido. O foco do workshop é sobre o uso activo da análise de dados pelo Parlamento para reforçar as funções da representação e responsabilidade, e em institucionalizar a nova pesquisa e outras capacidades desenvolvidas. O produto final foi desenvolvido em diálogo com os parlamentares e sistemas das comissões, assim como o pessoal de pesquisa dos cinco parlamentos.

Fase 3: Circuito de Retro informação

Os parlamentares nesta fase podem explorar as suas novas ligações com os cidadãos para analisar e avaliar o impacto da melhorada política de desenvolvimento e assistência internacional sobre a sociedade e economia, de modo a garantir que os resultados melhor se conformem às necessidades, articulando de forma consistente ao sucessos, problemas e carências do governo (e eventualmente dos doadores) e novas necessidades emergentes num ambiente dinâmico. Este relatório do país com o seu "Pacote de Dados" é uma ferramenta importante neste contexto.

Os parlamentares africanos e da UE terão de ampliar e reforçar os seus contactos mútuos. Os investigadores parlamentares e membros das comissões parlamentares/de trabalho em África, terão das novas pesquisas e desenvolver capacidades analíticas e, certificar-se que os relatórios são actualizados regularmente e disseminados. Os parlamentares em África e nos países doadores europeus terão de tomar iniciativas para traçar estratégias para trazer esta informação à consideração (por exemplo, perguntas escritas / orais aos Ministros, as auscultações e relatórios das comissões, chamar atenção dos deputados europeus para pressionarem os governos doadores), tomando em conta que eles representam os cidadãos perante o governo e os doadores e responsabilizam o executivo pelos resultados. A eventual mudança de políticas terá de ser monitorada e as melhorias na eficácia da ajuda e das políticas devem ser medidas, e isso requer o desenvolvimento de relações com os funcionários do governo envolvidos nas negociações com os doadores e aqueles que definem as políticas de desenvolvimento do país em questão. Para alcançar estes objectivos no médio e longo prazo, dependente fortemente da obtenção de financiamento adicional para levar o projecto adiante, para além da sua fase piloto, que chega ao fim em Fevereiro de 2012.

2. Propósito deste relatório

Este relatório é fundamental tanto para a segunda fase ("Responsabilização") como para a terceira fase ("Circuito de Retro informação") das actividades do projecto. Ambas têm como objectivo fortalecer a capacidade de pesquisa e análise dos deputados e do parlamento, e o Circuito de Retro informação em particular, está preocupado com o papel do Parlamento na promoção da eficácia da ajuda e da mudança de políticas. Este documento serve tanto como um relatório para o doador assim como uma análise de dados e indicadores de desenvolvimento para o Parlamento e outras partes interessadas. Ele será acompanhado por "pacote de dados" fornecendo uma análise acessível e resumida para os deputados e membros das comissões e, pesquisadores das porções de dados do relatório, no parlamento.

O objectivo principal do projecto piloto é de melhorar o monitoramento da AOD dentro e fora do orçamento, através do fortalecimento da capacidade dos parlamentares como representantes do público e como guardiães democráticos da alocação da ajuda e do processo de desenvolvimento nacional. Os investigadores africanos e europeus estiveram envolvidos ao longo do programa, trabalhando com deputados e membros da investigação / comissões do Parlamento de Moçambique, a fim de recolher, analisar e distribuir dados aos interessados. O primeiro conjunto de actividades envolveu um interface em Mesa Redonda para criar um

compromisso para com o projecto e para facilitar uma discussão aberta sobre a eficácia da ajuda, responsabilidade e sobre o controlo democrático por Parlamentares em relação aos fluxos de ajuda e despesas de desenvolvimento. As sessões de Mesa Redonda foram seguidas de Workshops de Pesquisa e Dados e actividades de pesquisa que serviram para melhor identificar as necessidades e preferências de desenvolvimento dos cidadãos em relação à opinião parlamentar e políticas do doador/ governo, e para gerar dados sobre fluxos de ajuda juntamente com as despesas orçamentais do governo. Foram também realizadas consultas aos eleitores ("Audiências Públicas") com a finalidade de avaliar a reacção do público e dos parlamentares perante projectos de ajuda específicos em comparação com as necessidades do cidadão e políticas do doador / governo. A informação gerada através dessas actividades constitui o cerne deste trabalho de investigação no país e o resumo mais acessível de "pacotes de dados" para os parlamentares (secção F).

O reforço da capacidade parlamentar de investigação e analítica ajudará aos deputados e às comissões parlamentares a fiscalizar as políticas e a melhor representar os cidadãos, bem como para responsabilizar tanto os doadores como o governo, de modo a melhorar a eficiência da ajuda e das políticas. O ponto é que os parlamentos possuem capacidade interna para realizar estes exercícios por si no futuro ou podem a desenvolver, com o apoio da comunidade de pesquisa local. Portanto, as actividades do "Círculo de Retro informação" envolvem o facto de o Parlamento fazer uso contínuo da nova capacidade de pesquisa e fluxos de informação gerados de forma activa para desafiar as políticas do governo e dos doadores através do sistema das comissões e nos debates em sessões plenárias, da monitoria dos fluxos de ajuda e resultados do desenvolvimento, e da pressão para as necessárias alterações das políticas. Os deputados dos países da UE parceiros de Moçambique, onde possível, foram introduzidas ao círculo de retro informação local para transmitirem aos seus respectivos parlamentos. Isso é para garantir que os resultados do projecto também cheguem aos processos decisórios dos doadores e que as políticas dos doadores sejam directamente desafiadas por aqueles quem detêm o mandato para fazê-lo. No processo, a capacidade do parlamento como um elemento essencial da boa governação e democracia será fortalecida como instituição.

Este relatório reúne e analisa cinco tipos de dados para parlamentares, membros das comissões / pessoal de pesquisa, e outras partes interessadas, organizados em secções de B a E mais os anexos. A secção B introduz a economia e as instituições do país. Aquela é seguida pela secção C que trata das "Prioridades de Desenvolvimento":

1. O relatório analisa o padrão das *prioridades* de ajuda dos doadores multilaterais e bilaterais em relação a Moçambique e os planos de desenvolvimento do Governo de Moçambique, conforme descrito em documentos como o mais recente Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA III). Estes serão ambos analisados em relação às *aspirações* dos relevantes Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que tanto os doadores como os países parceiros se comprometeram a alcançar.
2. Serão discutidos os dados da opinião pública (provenientes do banco de dados do Afrobarometer) em relação à ajuda.
3. Serão apresentados alguns resultados da pesquisa aos deputados realizada no âmbito deste projecto em Moçambique.

Será tomado cuidado para determinar a extensão da concordância entre os aspectos de compromisso e de aspiração da ajuda para o desenvolvimento em relação à opinião tanto do público como parlamentar sobre as necessidades dos cidadãos e nacionais.

A secção D olha para os "Fluxos da Ajuda" e despesas de desenvolvimento do governo:

4. O relatório discutirá os fluxos reais de ajuda e das despesas orçamentais (de modo a justificar os aspectos da ajuda dentro do orçamento). Estes dados serão avaliados em relação ao contexto dos compromissos / aspirações e aos dados da pesquisa sobre a opinião, tanto do público como parlamentar.

A secção E é sobre "Indicadores de Desenvolvimento":

5. O relatório focalizará sobre a realização efectiva em termos dos indicadores de desenvolvimento, incluindo os ODM, de modo a explorar a medida em que a eficácia da ajuda está a ser alcançada, e como isso se relaciona às políticas do doador / governo, às aspirações da população e dos seus representantes no Parlamento.

A última secção F, contém o "Pacote de Dados" para os deputados. Esta secção é destinada para ser baixada electronicamente (download) e imprimida pelos deputados e pelas comissões parlamentares / membros das comissões. É um resumo sucinto das conclusões dos principais dados e resultados "tópicos da análise" do relatório apresentado num um formato de "uso fácil".

Com base nesta análise, e ao longo do tempo, pode ser criado um "circuito de retro informação" para a melhoria da eficiência da ajuda entre cidadãos / Parlamento e dador / governos receptores. Tanto o parlamentares moçambicanos como os europeus podem melhor representar as aspirações e necessidades de desenvolvimento do eleitores receptores perante os seus respectivos governos. Eles também terão argumentos mais sólidos em mãos para melhor desafiar, sempre que necessário, as políticas tanto do dador como do governo, pressionando por mudanças, onde os dados sugerem que isso seja necessário. Assim, eles manterão os doadores e as autoridades executivas beneficiários mais responsáveis para com as necessidades e aspirações dos cidadãos, conforme representados pelo Parlamento e para a melhoria da alocação e resultados da ajuda em termos de desenvolvimento. Desta forma, pode ser melhor alcançado, melhor do que tem sido até agora, um degrau crucial da Declaração de Paris (2005) e da Agenda de Acra para a Acção (2008) e a "apropriação" do processo da ajuda vai assumir uma nova e mais significativa dimensão em África.

A secção seguinte analisará brevemente o contexto dos desafios institucionais do desenvolvimento económico em Moçambique, criando o cenário para as secções subsequentes e detalhadas que analisam os cinco tipos de dados acima referidos. O relatório será concluído com um exame das implicações políticas da análise. Junto vem um anexo contendo o "Pacote de dados" resumido preparado para os deputados e o sistema parlamentar de comissões.

B. A REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE

Localizado na África Austral, com mais de 2.500 quilómetros de costa no Oceano Índico, Moçambique faz fronteira com seis países. Em 1975, na altura da sua independência, Moçambique era um dos países mais pobres do mundo. A intervenção militar externa e uma longa guerra civil fez com que os primeiros anos fossem difíceis, só para citar o mínimo. Apesar de décadas de conflito armado e muitos desafios ainda existentes, o país se tornou uma das economias de África com melhor desempenho. Entre 1996 e 2008, Moçambique alcançou um crescimento médio anual de 8 por cento.³ A população de Moçambique é jovem e promissora, com 10 milhões de crianças que representam metade da população total de 20 milhões. Cerca de 70 por cento dos moçambicanos vive em áreas rurais, onde a maioria ganha a vida da agricultura de subsistência⁴, e a pobreza continua sendo um desafio. O país agora encontra-se politicamente estável e isso oferece um contexto propício para um maior desenvolvimento bem sucedido.

Tabela 1: Indicadores (2010)	
Básicos	
População (milhões)	23,4
PIB (actual US\$, biliões)	9,6
PIB taxa de crescimento real (anual %)	7,2
PIB por capita (constante US\$)	410
Esperança de vida à nascença (total de anos)	49,3
Prevalência do HIV (% do total, idades 15-49)	11,5
Índice do Desenvolvimento Humano	184/187

1. Evolução do Governo & Administração Pública

Durante séculos, Portugal detinha porções da costa do que hoje é Moçambique, com várias e proeminentes instituições europeias estabelecidas (incluindo o que é agora Maputo). Em 1891, o actual território de Moçambique passou para a soberania nominal portuguesa sob o domínio da Companhia de Moçambique, de facto, até depois da Segunda Guerra Mundial. Depois de 1945, Portugal, sob a liderança de Salazar, integrou todas as suas colónias na metrópole como províncias. Benefícios económicos incentivaram milhares de colonos portugueses para Moçambique, o que levou à submissão progressiva dos habitantes indígenas. À medida que as colónias africanas começaram a conquistar a independência e os portugueses não mostraram nenhuma inclinação para tal, em 1962-64 surgiu a Frente de Libertação de Moçambique ou Frelimo. Apesar do considerável esforço militar, Lisboa sob o ditador Salazar não teve sucesso em reprimir o movimento e como resultado viveu-se um período de prolongada guerra de guerrilha. Enquanto isso, em 1974, Portugal em si, passou por um golpe e revolução da esquerda que levou ao abandono precipitado de todas as colónias restantes, e assim, em Junho de 1975 finalmente nasceu um Moçambique independente.

O novo governo estabeleceu um sistema de partido único com uma plataforma adaptada de políticas marxistas. Os colonos portugueses rapidamente deixaram o país, foram introduzidas aldeias comunais e colectivização rural, e foi desenvolvido um sistema de serviços de saúde e da educação. A estratégia económica teve resultados mistos. Ao mesmo tempo, o novo país enfrentou um ambiente externo hostil, cercado pelos dois regimes de apartheid da Rodésia e da África do Sul. A partir de 1975, os serviços de inteligência da Rodésia começaram a apoiar um movimento de guerrilha anti-Frelimo chamado Resistência Nacional Moçambicana ou Renamo. A África do Sul do Apartheid juntou-se e, em seguida, assumiu o papel de patrocinador após a Rodésia se tornar no Zimbabué independente. Enquanto isso, o regime da supremacia branca na Rodésia enfrentou um desafio crescente da guerrilha, e algumas das forças faziam uso do território moçambicano e / ou foram toleradas por lá. A combinação da dispendiosa guerra civil externamente patrocinada e políticas económicas colectivistas mostrou-se insustentável, e o controlo da Frelimo sobre o país atrofiou em grande parte em meados da década de 1980. Nos finais de 1980, iniciaram conversações, e em 1992 a Frelimo concordou em acabar com o regime monopartidário e assinou um tratado de paz com a Renamo. O país agora enfrenta enormes dívidas e uma situação económica sombria, mesmo enquanto a situação política se mantém

³<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/MOZAMBIQUEEXTN/0,,menuPK:382142~pagePK:141132~piPK:141107~theSitePK:382131,00.html>

⁴<http://www.unicef.org/mozambique/overview.html>

muito frágil. Muitos doadores fizeram ofertas generosas para promover o processo de paz o que acabou provando ser sendo sustentável.

Até à data, Moçambique realizou quatro eleições gerais (1994, 1999, 2004 e 2009); três eleições municipais (1998, 2003, 2008), e uma eleição provincial em 2009.⁵ A Frelimo tem sido consistentemente o partido vencedor, desde o fim da guerra. As duas primeiras eleições multipartidárias foram vencidas relativamente fácil pela Frelimo, apesar disso a sua popularidade começou a enfraquecer devido à percepção sobre a corrupção e uma imprensa independente cada vez mais vocal e devido à oposição. Nas eleições de 2004, o partido substituiu o então presidente Chissano por Armando Guebuza, que liderou uma campanha eleitoral vigorosa contra a corrupção, um novo tema na campanha eleitoral, levando a uma vitória fácil. A eleição marcou também o início simultâneo da queda da Renamo em popularidade conforme à medida que ela enfrentava disputas internas. Estas disputas acabaram por levar ao surgimento de um novo partido da oposição, o Movimento Democrático de Moçambique ou MDM. A Frelimo, sobre a liderança de Guebuza, definiu como uma prioridade, o reforço da sua base política, o que levou a mais uma vitória confortável nas últimas eleições parlamentares. Em Outubro de 2009, o Presidente Guebuza, foi eleito para um segundo mandato.

Contexto institucional

Moçambique conta com três órgãos legislativos: a Assembleia da República com 250 deputados; assembleias provinciais com mais de 800 delegados e assembleias municipais em 43 municípios. Para além disso, existem 11 Governadores provinciais nomeados pelo Presidente, que fazem parte do executivo. O partido no poder detém grandes maiorias em todas as três instâncias legislativas. Durante as últimas eleições, a Frelimo garantiu maiorias consideráveis na Assembleia da República (cerca de 75 por cento), e nas assembleias provinciais (80 por cento) e controla a totalidade das assembleias municipais, e detém 42 das 43 presidências municipais.⁶ Nos últimos anos, tem havido um esforço em direcção a uma maior descentralização e desconcentração do poder para os níveis locais com a introdução dos municípios em 1998, e das assembleias provinciais em 2009, cujos papéis ainda têm de ser amplamente compreendidos pelos cidadãos e até mesmo alguns funcionários públicos no nível municipal.

A Assembleia da República é o órgão supremo legislativo de Moçambique, que legisla sobre todas as questões básicas da política nacional e externa. Entre outras coisas, ela deve aprovar a lei eleitoral e leis que regem referendos; sancionar a suspensão das garantias constitucionais e declarações de estado de sítio ou de emergência; ratificar as nomeações do Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Supremo, o do Presidente do Conselho Constitucional e do Presidente do Tribunal Administrativo; analisar os relatórios do Conselho de Ministros e o Plano e Orçamento do Estado e definir as políticas de defesa e segurança. A Assembleia se reúne em sessão ordinária duas vezes por ano, em Fevereiro e Outubro, para um total de 90 dias úteis. Reúne-se em sessão extraordinária quando convocada pelo Presidente da República, Comissão Permanente ou, pelo menos, um terço dos deputados. Ela só pode tomar decisões, quando mais de metade dos seus membros estiverem presentes, e mais da metade dos membros presentes devem votar a favor. A única excepção a essa regra é no caso de emendas constitucionais, que devem ser aprovadas por uma maioria de dois terços. Quando as alterações são de longo alcance a proposta aprovada pela Assembleia deve ser submetida a debate público e a um referendo.⁷

As próximas eleições municipais estão marcadas para 2013, enquanto as eleições presidenciais e legislativas terão lugar em 2014. Enquanto isso, o partido no poder realizará o seu congresso em 2012, durante o qual designará um candidato presidencial. A Renamo é o maior partido da oposição, seguido pelo Movimento Democrático de Moçambique (MDM), uma dissidência da Renamo, que ganhou assentos na Assembleia da República pela primeira vez nas eleições de 2009. O líder do MDM, o Sr. Daviz Simango, foi eleito em 2008 como Presidente do Município da Beira, segunda maior cidade de Moçambique, depois de concorrer como um independente, e tornando-se assim no primeiro candidato independente de sempre a vencer uma eleição no país.

⁵<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/MOZAMBIQUEEXTN/0,,menuPK:382142~pagePK:141132~piPK:141107~theSitePK:382131,00.html>

⁶ <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/7035.htm>

⁷ Constituição da República e Regimento Interno da Assembleia da República

O GdM está comprometido tanto com organizações continentais e regionais o país tem participado muito activamente nas suas instituições, iniciativas e actividades. Moçambique é membro fundador, comprometido, activo e respeitado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e membro fundador da sua antecessora (a SADCC) e da Nova Parceria Económica para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) e da União Africano (UA)⁸.

2. Economia Nacional

Moçambique é considerado uma das economias da África Subsariana com desempenho mais forte e continua a ser um exemplo bem sucedido de transição pós-conflito.⁹ Conforme o já mencionado, nos últimos anos o país teve um crescimento económico elevado e ficou relativamente imune à crise financeira global de 2007-10 e suas consequências. Um componente importante do crescimento económico tem sido o sector de bauxite / alumínio. Em 2009 a economia moçambicana conseguiu crescer, apesar da queda dos preços do alumínio, devido à entrada maciça de investimento estrangeiro directo (IED) em projectos de carvão. Em 2010 a economia do país continuou a comportar-se bem, beneficiando tanto o IDE e recuperação nos preços do alumínio. Em 2010, a agricultura foi o maior aglutinador do crescimento do PIB, seguido pelo comércio, transportes e comunicações e, serviços financeiros. A manufactura e turismo estão ainda muito atrasados. Os principais produtos agrícolas de exportação do país são a castanha de caju e o algodão. Em 2011, esperava-se que o carvão extraído dos "mega-projectos" na província de Tete comesse a acrescentar as exportações, e as principais descobertas de gás natural onshore e offshore estão sendo activamente desenvolvidas. Portanto, espera-se que as exportações aumentem, apesar de o saldo da conta corrente vir a continuar a ser estruturalmente negativo por algum tempo devido à dependência do país nas importações de produtos alimentares, petrolíferos e manufacturados.¹⁰

A taxa de inflação atingiu os dois dígitos em 2010, como resultado da eliminação dos subsídios aos combustíveis em Março-Agosto de 2010, ao aumento dos preços do petróleo dos alimentares a nível internacional e, à depreciação da moeda em relação ao dólar dos EUA (USD) e ao Rand sul africano (ZAR), a um ano agrícola pobre e políticas monetárias fracas. A inflação deverá cair para um dígito em 2011, contida pelos subsídios aos transportes urbanos e farinha de trigo, uma política monetária mais apertada e reforço da estratégia nacional de produção de alimentos. O principal risco na previsão do crescimento é que a recuperação dos preços internacionais do petróleo e dos alimentos e as más condições meteorológicas resultarão numa incapacidade de controlar a inflação.

Independente da impressionante taxa de crescimento, os distúrbios em Setembro de 2010 e os novos dados sobre a pobreza, destacam as fracas ligações entre o forte desempenho macroeconómico e o bem-estar da maioria da população. A agitação social obrigou o governo, doadores e instituições internacionais a reconsiderarem o modelo de crescimento de Moçambique. Este modelo teve como base os mega-projectos do IDE na indústria extractiva, que são em grande parte isentos de tributação, com o desenvolvimento humano sendo apoiado pelas contribuições dos doadores.

Espera-se que o ambicioso programa de obras públicas do governo venha a resultar num aumento substancial do défice, ao longo dos próximos anos. As despesas de capital devem subir por mais de 1,5 pontos percentuais do PIB entre 2008 e 2012. O investimento público financiado por empréstimos não-concessionais incidirá sobre infra-estruturas baseadas em parcerias público-privadas (PPPs) ao longo dos corredores de desenvolvimento. Tais projectos vão absorver todo o espaço fiscal para o período 2011-13, favorecendo, numa primeira fase, grandes investimentos estrangeiros que ligam áreas extractivas com a costa. A agricultura e emprego nas PMEs deverão se beneficiar através dos efeitos de transbordo ao longo dos corredores de desenvolvimento. Os doadores continuarão a apoiar o desenvolvimento humano, embora a sua contribuição ao orçamento, que representa quase 50% das receitas em 2010, vai começar a ser gradualmente terminado.

O novo modelo de crescimento de Moçambique continua a ser com base na indústria extractiva. Duas Zonas Francas Industriais (ZFI) serão criadas em Nacala em 2011, seguido de cinco ZIFs e mais uma Zona Económica Especial (ZEE) antes de 2014. A medida em que esse modelo assim como a exploração das reservas de gás criarão os efeitos de transbordo que beneficiam a

⁸ http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/scanned_mz_csp10_en.pdf

⁹ <http://reliefweb.int/node/317342>

¹⁰ <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/southern-africa/mozambique/>

população ainda está para ser provado, após o fracasso do governo de promover com sucesso para a manufatura doméstica e serviços em torno dos existentes mega-projectos. As armadilhas da "maldição dos recursos" são bem conhecidas nas economias em desenvolvimento e isso precisa ser evitado a todo custo. No entanto, O corredor de Moatize-Nacala, bem como os desenvolvimentos do gasoduto e do porto, têm o potencial de ter um grande impacto sobre a economia. As províncias de Nampula e da Zambézia têm consideráveis potenciais agrícolas e enormes populações, e as trocas com o Malawi, Zâmbia e Zimbabué, sem litoral, podem ser exploradas.¹¹

3. Ajuda Internacional & Desafios do Desenvolvimento Nacional

Moçambique é o maior beneficiário único da AOD em África. Em 2010, a AOD representava mais de 16 por cento do PIB e quase 50 por cento da despesa pública anual.¹² A forma como esta ajuda é prestada mudou consideravelmente, com um movimento claro e concertado no sentido de maior harmonização e alinhamento da actividade dos doadores com as prioridades nacionais. As actividades dos doadores estão centradas sobre o Plano de Acção do Governo para a Redução da Pobreza Absoluta¹³ ou PARPA. Relacionado a isso, os doadores têm cada vez mais enveredado por modalidades de ajuda mais flexíveis, tais como Apoio ao Orçamento Geral (AOG). Este tipo de modalidade flexível e os fundos comuns constituem neste momento cerca de 40 por cento dos compromissos de ajuda bruta.¹⁴

Tabela 2: Desembolsos brutos de AOD para Moçambique

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	3.610.76	1.410.24	1.528.10	1.533.10	1.850.67	1.878.14	1.993.78
Bilateral	2.749.73	946.75	913.09	919.09	1.084.43	1.153.89	1.344.22
Multilateral	861.03	463.49	615.86	633.46	766.24	724.25	649.56

Fonte: Unidade de Análise Económica e Política (EPAU), PNUD Moçambique

Moçambique está a beneficiar de uma diversificação dos parceiros de desenvolvimento, incluindo China, Brasil e Índia. Esses parceiros emergentes complementar foco doadores tradicionais forte em sectores sociais com interesse na infra-estrutura e agricultura. Durante a crise económica mundial, a sua crescente demanda por recursos naturais contribuiu para sustentar a economia de Moçambique. Parceiros emergentes também financiar vários projectos de pesquisa que buscam aumentar a produtividade agrícola. Até à data, no entanto, grandes investimentos em infra-estrutura têm sido quase sempre voltada para aumentar a produtividade das indústrias extractivas, em vez de beneficiar a economia local. Um envolvimento mais estruturado com emergentes e parceiros tradicionais tanto é necessário para incorporar os projectos futuros no plano de desenvolvimento nacional.¹⁵

Devido aos anos de crescimento económico Moçambique tirou mais de três milhões de pessoas da pobreza. O país também fez progressos significativos para alcançar alguns marcos rumo aos ODM. Por exemplo, os ingressos ao ensino primário atingiram 95 por cento em 2010 e a mortalidade infantil e de menores de cinco anos caiu de 201 por mil recém-nascidos em 1997 para 138 por mil recém-nascido em 2008. No entanto, Moçambique continua entre os países mais pobres do mundo (situando-se no lugar 184 de 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano 2010). A redução da pobreza é um desafio importante com cerca de 55 por cento da população vivendo abaixo da linha da pobreza nos últimos seis anos. As baixas taxas de crescimento na produtividade agrícola, os choques climáticos que afectaram as colheitas de 2008 e um aumento nos preços dos alimentos e combustíveis a nível internacional, contribuíram para essa estagnação.

Moçambique enfrenta importantes desafios para o desenvolvimento:

- **Politicamente:** Divisões Norte-Sul, o papel incerto dos partidos da oposição num estado que anteriormente era de partido único, a desigualdade de gênero, falta de capacidade.

¹¹ idem.

¹² The Economic and Policy Analysis Unit (EPAU), PNUD Moçambique.

¹³ Uma referência ao padrão do Banco Mundial de 'um dólar por dia' em oposição as medidas da pobreza relativas à proporção do rendimento mediano nacional.

¹⁴ <http://mz.one.un.org/eng/About-Mozambique/Development-Context-in-Mozambique>

¹⁵ <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/southern-africa/mozambique/>

- **Economicamente:** crescimento conduzido por investidores, fraca capacidade exacerbada pela pandemia do HIV/SIDA, a desigualdade de género, recursos agrícolas subutilizados, a vulnerabilidade aos desastres naturais.
- **Socialmente:** disparidades no rendimento, disparidades regionais, falta de educação, a desigualdade de género, HIV/SIDA.
- **No meio ambiente:** vulnerabilidade a secas e cheias que podem ser exacerbadas pelas mudanças climáticas.¹⁶

Uma das maiores ameaças ao desenvolvimento em Moçambique é o HIV/SIDA. A epidemia está a ameaçar prejudicar os resultados alcançados pelo Governo na última década. Com base na prevalência do HIV entre mulheres grávidas que frequentam os cuidados pré-natais, a taxa nacional de prevalência do HIV para pessoas entre os 15-49 anos de idade, aumentou de 14% em 2001 para 16% em 2007.¹⁷ O Governo e seus parceiros aumentaram a sua resposta para travar a propagação do HIV e da SIDA. Este esforço deve ser mantido e fortalecido assim que o impacto sobre aqueles que estão infectados e afectados aumenta.

Outro importante desafio será o de traduzir os ganhos económicos em melhorias na saúde materno-infantil e do bem-estar a médio e longo prazo. Os esforços da redução da pobreza e outros avanços sociais não beneficiaram os cidadãos de forma igual. As disparidades da renda, educação, saúde e estado nutricional, assim como o acesso à água potável e saneamento, existem entre aqueles que vivem em áreas rurais e áreas urbanas; entre homens e mulheres, meninos e meninas e entre aqueles que são educados e aqueles que não são. O progresso nas taxas de escolarização acarreta desafios na qualidade da educação, com 44 por cento das crianças no ensino primário, sendo maiores de idade e apenas uma em cada cinco crianças em idade escolar secundária, estando realmente a frequentar a escola secundária. A paridade de género foi alcançada na escolarização, mas existem muito mais meninas fora da escola, do que meninos

No entanto, os resultados do último inquérito ao agregado familiar sugerem que a redução da pobreza estagnou e que o crescimento não resultou na criação de emprego. Além disso, as crises mundiais de alimentos e dos combustíveis continuam a assombrar as perspectivas económicas de Moçambique. Os tumultos de Setembro de 2010, a repetição em 2008 das manifestações relacionados com preço, foram um outro lembrete da vulnerabilidade do país a choques externos, e ressaltam a dependência crónica de Moçambique em relação às importações de alimentos, e da necessidade de estimular a produtividade agrícola e desenvolvimento rural em geral, dado que aproximadamente 70 por cento da população vive em áreas rurais. No entanto, a seca recorrente no interior do país, levou as pessoas a migrar para zonas urbanas e costeiras com adversas consequências ambientais, como a desertificação e poluição das águas superficiais.

Sustentar o impressionante desempenho do país ao longo das últimas duas décadas, exigirá investimentos adicionais para ampliar de redes de infra-estruturas do país, incluindo estradas, caminhos-de-ferro, energia, água, e portos. Outros grandes desafios incluem a necessidade de intensificar a criação de emprego; acelerar e sustentar o crescimento económico de forma inclusiva, promover uma economia competitiva e diversificada com base na produção e exportação; aumentar a produção e a produtividade nos sectores de trabalho intensivo, com um enfoque especial na agricultura.

¹⁶ <http://w3.acdi-cida.gc.ca/CIDAWEB/acdicida.nsf/En/JUD-22211732-LWS#8>

¹⁷ <http://mz.one.un.org/eng/About-Mozambique/Development-Context-in-Mozambique>

C. PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Esta secção dá uma visão geral das prioridades de desenvolvimento do Governo de Moçambique (GdM), dos principais doadores do país, e das principais preocupações de desenvolvimento de acordo com a opinião pública moçambicana e parlamento. Por último, enumera as prioridades de desenvolvimento estabelecidas nos ODM. Analisar esta gama de prioridades de desenvolvimento nos permite ter uma melhor ideia da sobreposição e diferenças. No final desta secção, será possível avaliar em que medida as prioridades do governo moçambicano estão em consonância com as prioridades do seu parlamento e da opinião pública. Além disso, podemos avaliar a medida em que os maiores doadores de Moçambique se concentram nas prioridades nacionais de desenvolvimento do país e nas dos seus cidadãos.

1. O Governo de Moçambique

As prioridades de desenvolvimento do GdM estão apresentadas na sua estratégia de desenvolvimento nacional: o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). Desde 2001, a GdM desenvolveu três PARPAs. O primeiro PARPA cobriu o período 2001-2005. Este levou a progressos substanciais no sector social, com impacto concomitante sobre a redução da pobreza. Para os anos de 2006-2009 PARPA II esteve em vigor. Este documento se baseou na experiência do primeiro PARPA e coincidiu com muitos dos ODM. O objectivo geral do PARPA II foi o de reduzir a taxa da pobreza para 45 por cento até 2009. O PARPA II define a pobreza como: "a impossibilidade, a incapacidade e/ou a falta de oportunidades para indivíduos, famílias e comunidades para terem acesso às condições básicas mínimas, de acordo com as normas básicas da sociedade". Para além disso, o plano de acção se destinava a promover um crescimento económico rápido, sustentável e abrangente.¹⁸

Tabela 3: Objectivos do PARPA II (2006-2009)	
1. Gerais	
-	Reducao dos niveis da pobreza absoluta
-	Promocao de um crescimento económico rápido, sustentável e abrangente
2. Governação	
-	Consolidação da unidade nacional, paz, justiça, e democracia
-	Combate à corrupção, burocracia excessiva, and crime
-	Fortalecimento da soberania e cooperação internacional
-	Desenvolvimento harmonioso do paúis
3. Capital humano	
-	Expandir e melhorar os níveis do ensino
-	Melhorar e expandir o acesso aos cuidados de saúde
-	Melhorar e expandir o acesso à água potável e saneamento adequado
-	Promover e consolidar a auto-estima nas mentes dos cidadãos
-	Aumentar a consciência da importância de uma cultura que valoriza o trabalho, entusiasmo, honestidade e responsabilidade
-	Ajuda os jovens moçambicanos a perceber o seu potencial e capacidade criativa e empreendedora, e expressar o seu espírito voluntarista
4. Desenvolvimento economico	
-	Desenvolvimento rural
-	Fomentar o desenvolvimento da comunidade empresarial nacional
-	Criar um ambiente favoravel para o investimento

O terceiro PARPA, que cobre o período 2010-14, representa uma continuação do PARPA II.¹⁹ O objectivo principal é de reduzir a incidência de pobreza alimentar a partir do nível actual de 54,7 por cento para 42 por cento até 2014. O PARPA III está alinhado com a visão da Agenda 2025, e elaborado para ajudar a alcançar os ODM. Para concretizar o objectivo do crescimento económico inclusivo para reduzir a pobreza, o governo definiu objectivos gerais, para os quais os esforços do governo serão direccionadas. Estes objectivos estão resumidos na tabela abaixo.

¹⁸ <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2007/cr0737.pdf>

¹⁹ <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2011/cr11132.pdf>

Tabela 4: Objectivos do PARPA III (2010-2014)	
1. Fortalecer a produção e produtividade nos sectores da agricultura e pescas	- Melhorar e expandir o acesso aos fatores de produção - Facilitar o acesso aos mercados - Melhorar a gestão sustentável dos recursos naturais (terra, água, pescas, florestas)
1. Promovee o emprego	- Estimular a criação do emprego - Melhorar a empregabilidade das pessoas - Facilitar a articulação entre a oferta e a procura de emprego
2. Desenvolvimento humano e social	- Disponibilidade e qualidade dos serviços sociais - Segurança Social Básica - Infra-estruturas Sociais
3. Boa governação	- Melhorar a acessibilidade e qualidade dos serviços públicos fornecidos aos cidadãos em todo o país - Combater a corrupção nas instituições públicas - Descentralização e governação local - Consolidar o Estado democrático e de direito
4. Medidas macroeconomicas	- Política monetária e cambial - Gestão financeira do Estado

O aumento da produção e da produtividade agrícola e das pescas, com o impacto na oferta de alimentos, são um factor determinante para a redução da incidência da pobreza, e desempenham um papel importante como fonte de renda para cerca de 80 por cento da população do país. Além disso, existe uma necessidade de promover emprego decente, através da facilitação e desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas. Moçambique precisa de cidadãos educados e saudáveis, de modo a aumentar a produção e a produtividade agrícola e criar mais empregos. O acesso aos serviços de saúde e educação de qualidade, bem como a programas de segurança social que proteja os membros da sociedade mais vulneráveis é indispensável para uma força de trabalho forte e bem treinada. Estes objectivos são acrescidos pela necessidade de promover o desenvolvimento humano e social como pré-requisito e objectivo vital em si próprio. Estes três objectivos estratégicos estão interligados, e alcançá-los vai depender de uma só vez num quadro macroeconómico estável e competitivo, gestão fiscal eficiente e eficaz e governação transparente, honesta e justa.²⁰

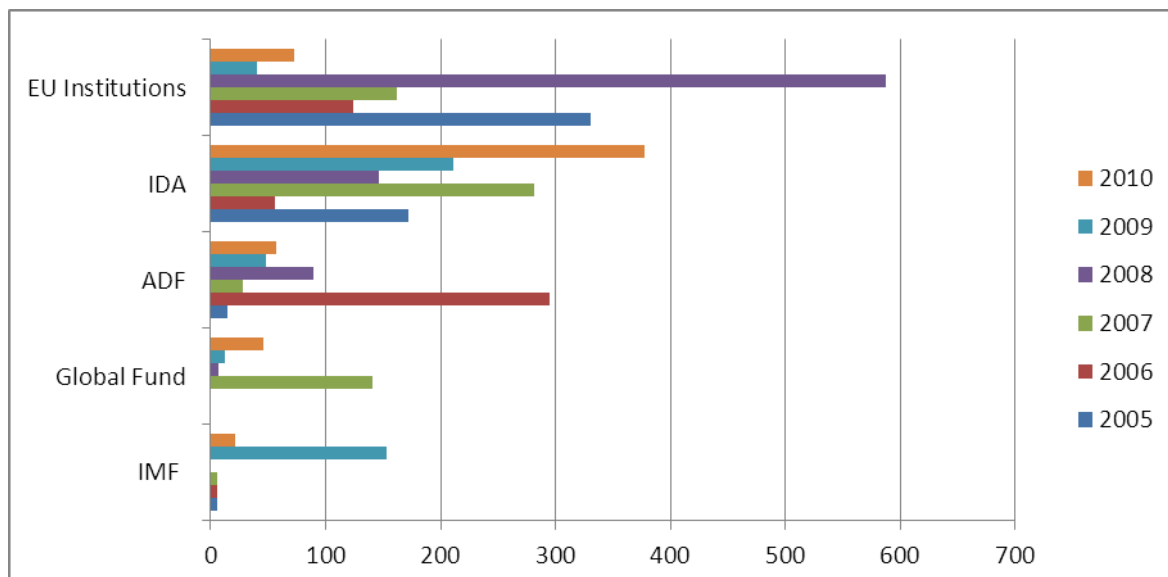
2. Principais doadores multilaterais

Entre 2005 e 2010 os principais cinco doadores multilaterais de Moçambique foram: as instituições da UE, a Associação para o Desenvolvimento Internacional do Banco Mundial (IDA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Fundo Africano de Desenvolvimento (ADF), o Fundo Global, e o Fundo Monetário Internacional (FMI).²¹ A figura 1 abaixo apresenta uma visão geral dos fluxos de ajuda anuais desses doadores para Moçambique entre 2005 e 2010. Conforme podemos ver, a ajuda multilateral para Moçambique oscilou ao longo dos anos. As instituições da UE, proporcionaram grandes quantidades de ajuda em 2005 e 2008, mas a sua ajuda declinou nos anos seguintes. A ajuda da IDA tem aumentado nos últimos três anos. O ADF desembolsou quase US\$300 milhões em 2006, mas deu pequenas quantidades de ajuda nos anos posteriores. Por último, a ajuda concedida pelo Fundo Global e o FMI atingiu o auge em 2007 e 2009, respectivamente.

²⁰ <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2011/cr11132.pdf>

²¹ Os outros doadores multilaterais de Moçambique nesses anos foram IFAD, UNICEF, BADEA, OFID, GEF, UNDP, GAVI, UNFPA, Fundo Islâmico para o Desenvolvimento, Fundo Nórdico para o Desenvolvimento, e UNAIDS.

Figura 1: Maiores 5 doadores multilaterais a Moçambique 2005-2010
(desembolsos brutos de AOD, constante nos preços, 2009 milhões US\$ n)



Fonte: <http://stats.oecd.org/>

As prioridades de desenvolvimento dos três maiores doadores multilaterais de Moçambique serão discutidas abaixo e em seguida comparadas com as prioridades de desenvolvimento do governo moçambicano.

2.1 Banco Mundial - IDA: prioridades de desenvolvimento

Estratégia de Parceria com o País do Banco Mundial (CPS) para Moçambique (2008-2011) visa apoiar o GdM na implementação do PARPA nacional. Os três pilares de ajuda da IDA a Moçambique estão descritos na tabela abaixo. No primeiro pilar, o Banco Mundial tem como objectivo reforçar a governação central e local e a capacidade do GdM. Para além disso, visa fortalecer a sociedade civil, academia, grupos de reflexão e imprensa na sua qualidade de melhorar a voz e monitorar a governação. Dentro do segundo pilar, o Banco se concentra em tratar da epidemia do HIV/SIDA, da melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano na saúde, aumentando da oferta da mão de obra qualificada para o mercado de trabalho e melhorar a eficiência e a eficácia da prestação de serviços. Por ultimo, no terceiro pilar a IDA tem como objectivo aumentar a participação do sector privado no crescimento, acelerar o crescimento rural através do desenvolvimento de infra-estruturas e aumentar o acesso das PME's ao financiamento, aumentar a integração regional e comércio, e mitigar os riscos dos desastres e choques.²²

Tabela 5: prioridades de desenvolvimento da IDA para Moçambique

1. Aumento da prestação de contas e voz do publico

- Melhorar a governacao economica
- Fortalecer os mecanismos de supervisao pelos cidadaos

2. Acesso equitativo a serviços básicos

- Melhorar a eficacia do governo na prestacao de serviços

3. Crescimento sustentável e de base ampla

- Ambienete favoravel para investimentos internacionais e nacionais
- Fortalecimento do potencial para o crescimento economico

²² http://siteresources.worldbank.org/MOZAMBIQUEEXTN/Resources/Mozambique_CPS_2008_2011.pdf

As prioridades de desenvolvimento da IDA enquadram-se dentro dos objectivos dos PARPAs. No entanto, existem várias áreas que a IDA não contempla. Estas incluem: aumento da produção e produtividade na agricultura e pescas, e promoção do emprego.

2.2 Instituições da UE: prioridades de desenvolvimento

O quadro estratégico da Comissão Europeia (CE) para a cooperação com Moçambique no âmbito do 10º Fundo de Desenvolvimento Europeu (EDF) foi traduzido em forma do seu Documento de Estratégia para Moçambique (2008-2013). A estratégia visa contribuir para a diminuição da incidência da pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009 e para promover um crescimento rápido, sustentável e de base ampla. Dois sectores prioritários foram seleccionados os quais estão resumidos na tabela abaixo.

Tabela 6: prioridades de desenvolvimento da CE para Moçambique

1. Transportes, infra-estruturas e integração económica regional

- Reabilitação para facilitar a actividade económica e social
- Apoio para manutenção e reabilitação de estradas
- Apoio institucional e capacitação
- Investimento de capital em apoio à integração regional

2. Agricultura, desenvolvimento rural e integração económica regional

- Promover o crescimento económico sustentável nas áreas rurais
- Melhorar a segurança alimentar
- Promover os fluxos de comércio

Para abordar estas questões a dotação total da CE para Moçambique no âmbito do 10º programa EDF (2008-2013) atinge os €634.1 milhões. Cerca de metade destes recursos será fornecido como Apoio ao Orçamento Geral (AOG), facilitando um padrão de despesa pública que garante o progresso para os ODM. A CE também continuará a apoiar as medidas de governação a favor dos direitos humanos, justiça, anti-corrupção, a inclusão de actores não-estatais e comércio, assim como orçamento para o sector da saúde de Moçambique. As intervenções da CE em Moçambique também tomam em conta questões transversais, em especial o ambiente, género, HIV/SIDA, direitos das crianças e protecção social.²³

A UE aborda várias questões que também são mencionadas como áreas prioritárias para o desenvolvimento nos PARPAs. As principais prioridades que não são mencionadas pela UE são: criação de emprego, desenvolvimento humano e social e boa governação. No entanto, a UE fornece uma grande parte da sua ajuda como AOG que pode ser usado ao critério do GdM para tratar destas questões.

2.3 Fundo Africano de Desenvolvimento: prioridades de desenvolvimento

No Documento da Estratégia Nacional para o período 2006-2009 o Fundo Africano de Desenvolvimento do Banco Africano de Desenvolvimento formulou várias prioridades de desenvolvimento para Moçambique. O Banco funciona através de dois pilares que estão descritos na tabela 8 abaixo.²⁴

Tabela 8: prioridades de desenvolvimento do ADF para Moçambique

1. Melhoria do desempenho na governação através do apoio ao orçamento

- Estimular o desenvolvimento económico através de:
 - o Garantir a transparência
 - o Prestação de contas
 - o Implementação activa das leis contra actos criminais e corrupção
 - o Minimizar oportunidades para desvio e incorrecta aplicação de fundos e recursos públicos
- Melhorar o ambiente para o desenvolvimento do sector privado

2. Infra-estruturas

- Rede de estradas
- Agricultura

²³ http://ec.europa.eu/europeaid/where/acp/country-cooperation/mozambique/mozambique_en.htm

²⁴ <http://www.ADB.org/fileadmin/uploads/ADB/Documents/Project-and-Operations/ADB-BD-WP-2008-161-EN-MOZAMBIQUE-CSP-2006-2009-MID-TERM-REVIEW-FINAL.PDF>

- Apoio ao sector social
- Água e Saneamento
- Electricidade

A ajuda concedida ao abrigo do documento de estratégia nacional para os anos 2011-2015 vai centrar-se em dois pilares:

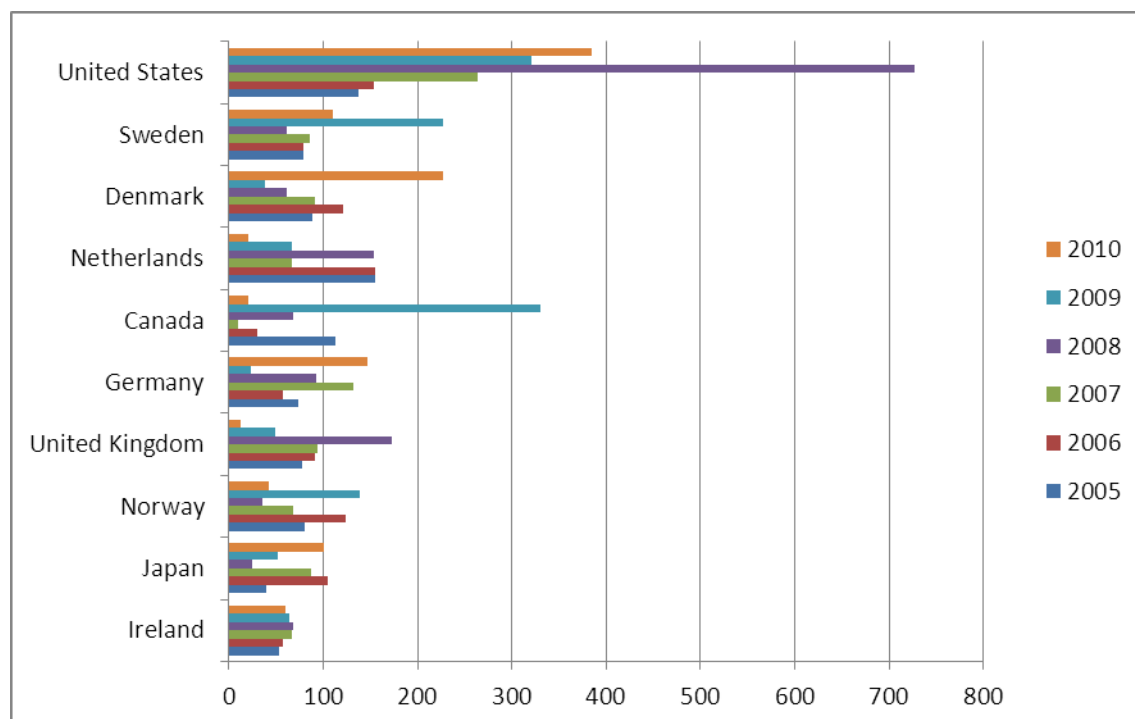
- (1) Melhorar a competitividade do sector privado através do desenvolvimento de infra-estruturas;
- e (2) Governação e crescimento inclusivo.²⁵

Todas as prioridades do ADF de desenvolvimento enquadram-se no foco dos PARPAS. No entanto, há várias questões que permanecem sem solução, o mais importante é a criação de emprego. Novamente, esta prioridade pode ser abordada através do AOG do BAD.

3. Principais doadores bilaterais

A figura abaixo dá uma visão geral dos fluxos de ajuda anual dos maiores dez doadores bilaterais²⁶ de Moçambique. Ao longo dos anos constatamos flutuações da ajuda. A ajuda dos EUA aumentou de forma constante com um pico em 2008, quando o país forneceu mais de 727 milhões dólares dos EUA em ajuda. A Suécia, Canadá e Noruega, forneceram a maior parte da sua ajuda em 2009. A Dinamarca, Alemanha e Japão forneceram a maior parte da sua ajuda AOD em 2010. Os doadores que reduziram a sua ajuda a Moçambique são os Países Baixos e no Reino Unido.

Figura 2: Maiores 10 doadores bilaterais a Moçambique 2005-2010
(compromissos totais, preços constantes, 2009 milhões US\$)



Fonte: <http://stats.oecd.org/>

As prioridades de desenvolvimento dos maiores cinco doadores bilaterais de Moçambique serão discutidas abaixo e comparadas com as metas de desenvolvimento do GdM e, eventualmente, também com as preferências dos cidadão e parlamentares.

²⁵ <http://www.ADB.org/fileadmin/uploads/ADB/Documents/Policy-Documents/Mozambique%20-%20DSP%202011-15.pdf>

²⁶ Os outros doadores que proporcionavam quantias substanciais de ajuda a Moçambique nesses anos eram: Irlanda, Finlândia, Espanha, Itália, Portugal e França. Bélgica, Coreia e Suíça.

3.1 Estados Unidos: prioridades de desenvolvimento

Os Estados Unidos canalizam a maior parte da sua ajuda externa através da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A assistência da USAID para Moçambique de forma esporádica começou logo após a independência do país em 1975. Nesses primeiros anos, a USAID forneceu assistência alimentar de emergência e para importações de bens como resposta a desastres naturais e crises humanitárias. Essas actividades se intensificaram a partir de 1984 em diante, e em 1986 começou a assistência para reconstruir as infra-estruturas do país severamente danificadas durante a guerra civil. Com os Acordos de Paz de 1992 em Moçambique, que terminaram com dezasseis anos de guerra civil, a USAID implementou programas de apoio ao processo de paz. Em 1995, a USAID desenvolveu o seu primeiro Plano Estratégico para o País que serviu de base para a assistência dos EUA para Moçambique.

Desde 1984, a USAID forneceu mais de US\$2,5 bilhões para Moçambique. A USAID desenvolveu recentemente uma nova Estratégia de Assistência para o País para o período de 2009-2014 com um orçamento anual de cerca de EUA \$ 185 milhões, actualmente. A estratégia de desenvolvimento possui cinco objectivos estratégicos, para a assistência estrangeira da USAID, que estão descritos na tabela 9 abaixo.

Tabela 8: prioridades de desenvolvimento da USAID para Moçambique
1. Fortalecimento da governação democrática
2. Melhoria da concorrência dos principais sectores económicos
3. Melhoria da saúde da população
4. Expansão das oportunidades para a qualidade da educação e formação
5. Fortalecimento das capacidades das forças de segurança

Estes objectivos focalizam na estratégia da USAID sobre a criação de condições para que uma essencial dinâmica de desenvolvimento possa se enraizar e promover o desenvolvimento político, económico e social de Moçambique. Um princípio fundamental desta estratégia é que uma ampla concorrência nas áreas de ideias, política e economia alimentará uma democracia cada vez mais participativa e trazer uma maior responsabilidade para o governo, acelerar investimentos do sector privado e expandir o comércio para aumentar o emprego e reduzir a pobreza, e trazer maior dinamismo nos sistemas de educação e saúde.

A estratégia da USAID está focalizada em garantir que existam condições para essa concorrência florescer. Para atingir esse objectivo, a estratégia se concentra em três áreas:

- **Educação:** educação e formação em competências técnicas, capacidades de gestão e liderança em todas as áreas desta estratégia.
- **Organização:** enfoque na organização das pessoas para melhorar a comunicação e trazer uma acção colectiva para tratar dos desafios do desenvolvimento.
- **Disciplina:** melhor gestão, sistemas financeiros e mecanismos de fiscalização, contribuirão significativamente para o desenvolvimento de Moçambique.

Em Moçambique, o enfoque da estratégia da USAID inclui também uma resposta às necessidades de saúde das pessoas que são vistas como os principais actores para se atingir o progresso do desenvolvimento. Quando um terço dos moçambicanos são afectados pela malária por ano e 16% do total dos adultos estão infectados pelo HIV/SIDA, o progresso do desenvolvimento fica limitado. Um número considerável de professores moçambicanos morrem por ano de doenças com prevenção e um grande número de polícias, militares, trabalhadores da saúde e outros, a todos os níveis de governo e do sector privado, também morrem de doenças que podem ser prevenidas e tratadas. Mais de 74% dos moçambicanos não têm acesso a água potável. Esta estratégia também reconhece e responde a diferentes circunstâncias de mulheres e homens que têm implicações para o desenvolvimento e destaca a importância de acções dirigidas para a juventude num país onde mais da metade da população está abaixo dos 18 anos.

A política de ajuda da USAID para Moçambique inclui quase todas as prioridades de desenvolvimento do GdM. Apenas uma área está fora das prioridades do PARPA. Essa é o reforço das capacidades das forças de segurança de Moçambique. No entanto, o GdM tem como um dos objectivos o combate ao crime e os EUA estão, entretanto, envolvidos no que chamam de 'guerra global contra o terror'.

3.2 Suécia: prioridades de desenvolvimento

Moçambique é um dos países prioritários da Suécia em termos de cooperação para o desenvolvimento. A Suécia tem como objectivo apoiar os esforços contínuos do país na luta contra a pobreza. O objectivo geral é reduzir a pobreza absoluta, promovendo o desenvolvimento social-democrático e um crescimento económico rápido, sustentável e de base ampla. Com a finalidade de fazer uso da evolução positiva dos últimos anos, a Suécia está a concentrar o seu apoio directo em três áreas que estão descritas na tabela abaixo. O apoio para reduzir a propagação do HIV/SIDA está também integrado no programa de cooperação.

Tabela 9: prioridades de desenvolvimento da Suécia para Moçambique
1. Democracia e direitos humanos
2. Ambiente e clima
3. Igualdade de género e o papel das mulheres no desenvolvimento

Todas as prioridades de desenvolvimento da Suécia enquadram-se dentro dos objectivos fundamentais dos PARPAs. A Suécia não incide especificamente sobre as prioridades do GdM nos sectores da agrícola e pescas e, criação de emprego. Dito isto, cerca de metade da ajuda da Suécia vai para AOG (veja abaixo) e pode ser desembolsada de acordo com prioridades próprias de Moçambique.

3.3 Dinamarca: prioridades de desenvolvimento

A Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA) visa contribuir para a redução da pobreza global e ajudar as pessoas a tomar conta do seu próprio destino. A Dinamarca está presente em Moçambique desde a independência. Em 1989, a Dinamarca e Moçambique começaram a cooperar numa base regular para melhorar o desenvolvimento de Moçambique. Em 1994, Moçambique tornou-se um parceiro principal para a Dinamarca, como país.

Dinamarca contribui anualmente mais de US\$ 70 milhões em apoio à reforma do sector público e prestação de serviços na saúde, sector privado, meio ambiente e sector da justiça, assim como aos direitos humanos. Com o objectivo global da erradicação da pobreza, a cooperação para o desenvolvimento dinamarquês-moçambicano está organizado como uma contribuição directa para a implementação da própria estratégia de Moçambique para a redução da pobreza. A estratégia da Dinamarca para atacar a pobreza possui cinco pilares, que estão descritas na tabela 12 abaixo.²⁷

Tabela 10: Cinco pilares da ajuda da Dinamarca para Moçambique
1. Acelerar o crescimento económico através da produção agrícola e apoio ao sector privada
2. Melhoria do acesso a serviços de saúde e educação básicos
3. Avanço no desenvolvimento económico de longo-termo através da expansão das infra-estruturas (estradas rurais, escolas e fornecimento de energia)
4. Promover a boa governação e direitos humanos através da reforma do sector público e legal
5. Assegurar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras através da correcta gestão dos ecossistemas e recursos naturais

Portanto, a política de ajuda da Dinamarca, aborda as principais prioridades do GdM com excepção da criação de emprego.

3.4 Países Baixos: prioridades de desenvolvimento

Em conformidade com acordos internacionais, os Países Baixos tem até agora honrado o seu compromisso de gastar 0,7% do seu PIB na cooperação para o desenvolvimento.²⁸ Cerca de metade desse dinheiro vai para a África, onde a pobreza é mais aguda. Cerca de 25% da AOD da Holanda é canalizada através de ONGs, o que coloca os Países Baixos entre os principais países doadores para a prestação não-governamental da ajuda ao desenvolvimento. Os Países Baixos estão a se esforçar para melhorar a eficácia da sua contribuição para a realização dos ODM. Para tal, contribuíram com 4,6 biliões de euros em 2011 para o desenvolvimento dos países pobres no

²⁷ <http://www.ambmaputo.um.dk/en/menu/DevelopmentAssistance/>

²⁸ Os recentes desenvolvimentos políticos significam que este compromisso provavelmente não será mais honrado no futuro.

mundo e em apoio a parcerias com organizações da sociedade civil, empresas e instituições educacionais em países ricos e pobres. Moçambique é um dos quinze países parceiros do governo holandês. Os Países baixos possuem quatro prioridades de desenvolvimento em Moçambique, que estão apresentadas na tabela abaixo. Depois destes quatro pilares, outras áreas focais são: educação, saúde, HIV/SIDA, água, meio ambiente, desenvolvimento do sector privado e da boa governação, que são também prioridades.²⁹

Tabela 11: prioridades de desenvolvimento da Holanda para Moçambique
1. Segurança e desenvolvimento
2. Crescimento e equidade
3. Igualdade de direitos, oportunidades para mulheres, e SRHR (direitos sexuais e de saúde reprodutiva)
4. Sustentabilidade, clima e energia

A política de ajuda holandesa para Moçambique aborda vários e importantes problemas de desenvolvimento que também estão mencionados nos PARPAs. No entanto, a segurança e o género não são prioridades específicas de desenvolvimento do GdM. Por outro lado, a política de ajuda holandesa omite várias prioridades do GdM: aumentar a produção e produtividade na agricultura e pescas; criação de emprego, desenvolvimento humano e social e boa governação.

3.5 Canada: prioridades de desenvolvimento

A Agencia Canadiana de Desenvolvimento Internacional (CIDA) presta apoio directo ao orçamento nacional de Moçambique e alinhou o seu programa com o PARPA 2006-2010. O Canadá apoia o Governo de Moçambique para melhorar a agricultura, segurança alimentar, geração de renda e capacitação nos sectores da educação e saúde. Além disso, visa promover a igualdade entre mulheres e homens na educação, saúde e desenvolvimento agrícola. A CIDA possui três áreas prioritárias em Moçambique que estão descritas na tabela abaixo.

Tabela 12: prioridades de desenvolvimento da CIDA para Moçambique
1. Apoio ao Orçamento Geral
2. Crianças e juventude - Aumentar o acesso e a qualidade da educação - Melhorar o acesso aos cuidados de saúde de qualidade, incluindo a resposta do país à crise do HIV/SIDA - Reforçar a capacidade dos Ministérios da Educação e Saúde para planejar, implementar, monitorar e avaliar suas políticas e programas
3 Segurança alimentar - Apoiar o Ministério da Agricultura na implementação do seu programa nacional de desenvolvimento agrícola - Melhorar a produção agrícola através da difusão de novas tecnologias - Promover ligações dos mercados - Reabilitação de sistemas de irrigação - Fortalecimento das associações de agricultores - Aprimoramento da gestão da terra
3. Crescimento economico - Ajudar as estratégias de crescimento de Moçambique, através do apoio ao orçamental geral e programas agrícolas - Reforma do sector público - Fortalecimento do sistema nacional de estatísticas - Apoio à sociedade civil local

Fonte: <http://www.acdi-cida.gc.ca/mozambique-e>

Portanto, a política de ajuda da CIDA para Moçambique, engloba a maior parte das prioridades de desenvolvimento, conforme descrito nos PARPAs. No entanto, o enfoque do Canadá sobre crianças e jovens não é um ponto focal para o GdM. Enquanto algumas áreas prioritárias, tais como a promoção do emprego, não estão especificamente mencionados na política de desenvolvimento do Canadá, questões como essas podem ser abordadas através do AOG.

²⁹ <http://www.euroresources.org/index.php?id=427>

4. Opinião Pública em Moçambique

De forma a apurar as prioridades de desenvolvimento dos cidadãos moçambicanos, empregamos dados do sistema de Afrobarometer das pesquisas regulares de opinião pública.³⁰ Em Moçambique, foram realizadas duas rondas de pesquisas (2005 e 2008), cada uma a partir de uma amostra de 1200 entrevistados.³¹ Uma das perguntas do questionário foi: "Na sua opinião, quais são os problemas mais importantes enfrentados por este país que o governo deveria resolver?" Não havia uma lista de potenciais respostas "que induziam" aos entrevistados: os entrevistados foram solicitados para classificar as suas próprias principais três prioridades de desenvolvimento em ordem de importância. Os resultados dos inquéritos de 2005 e 2008 estão resumidos nas figuras mais abaixo. As cinco principais prioridades de desenvolvimento, de acordo com a opinião pública moçambicana em 2005 foram:

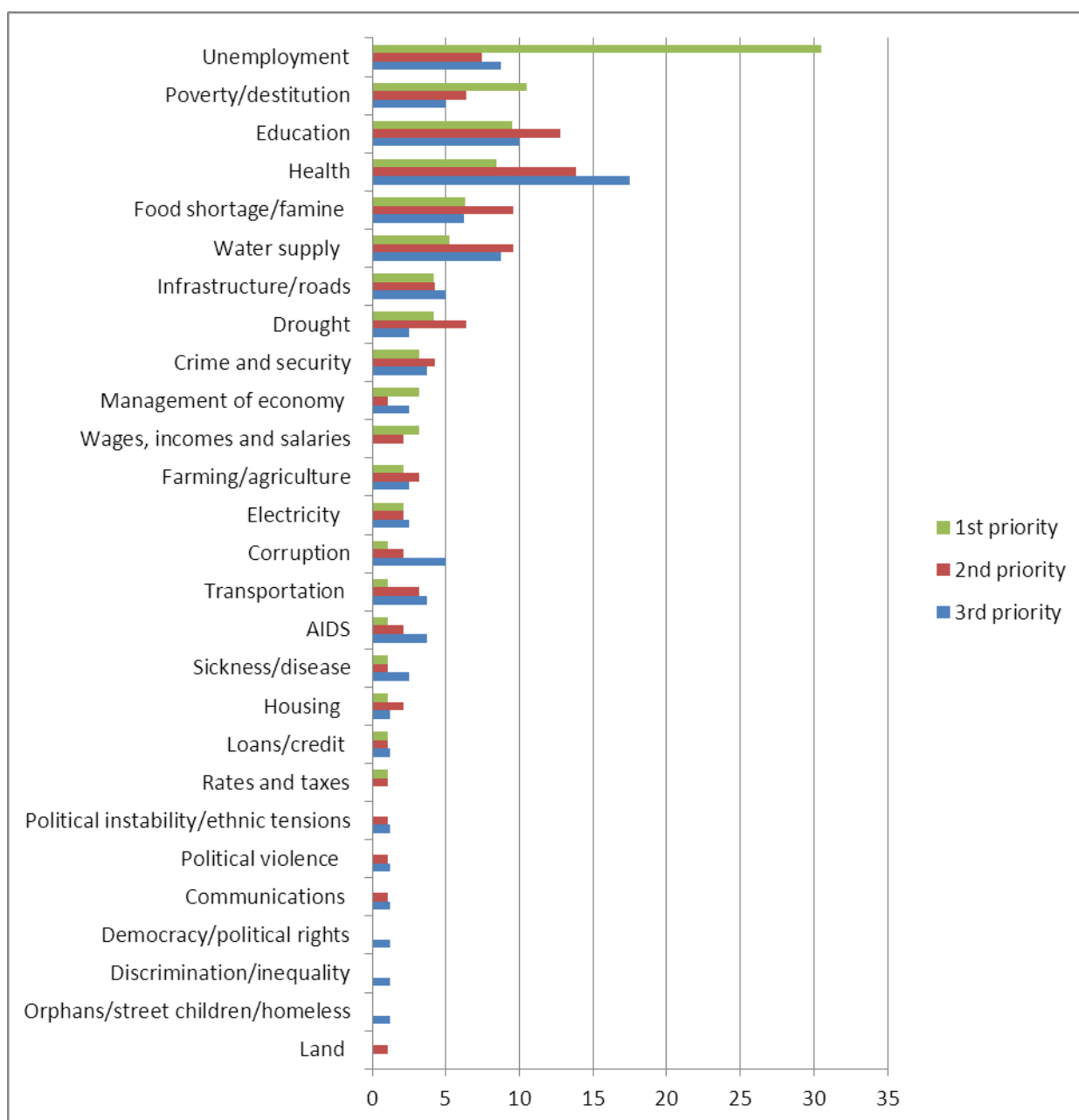
- (1) Desemprego;
- (2) Pobreza e Miséria;
- (3) Educação;
- (4) Saúde;
- (5) Escassez Alimentar /Fome.

Outras prioridades de desenvolvimento importantes, de acordo com a opinião pública moçambicana foram: Abastecimento de Água; Infra-estruturas/Estradas, Seca e, Crime e Segurança.

³⁰ Afrobarometer é um projecto independente de pesquisa que mede a opinião pública sobre assuntos sociais, políticos e económicos em toda a África através de um conjunto de perguntas padrão, que permitem uma válida comparação entre os países. As pesquisas são feitas em mais de uma dúzia de países africanos e são repetidas em intervalos regulares.

³¹ Esta é uma amostra de probabilidade nacional aleatoriamente seleccionada usando padrões académicos e representando uma faixa transversal de moçambicanos adultos.

**Figura 3: Prioridades de desenvolvimento da opinião pública moçambicana
(2005)**



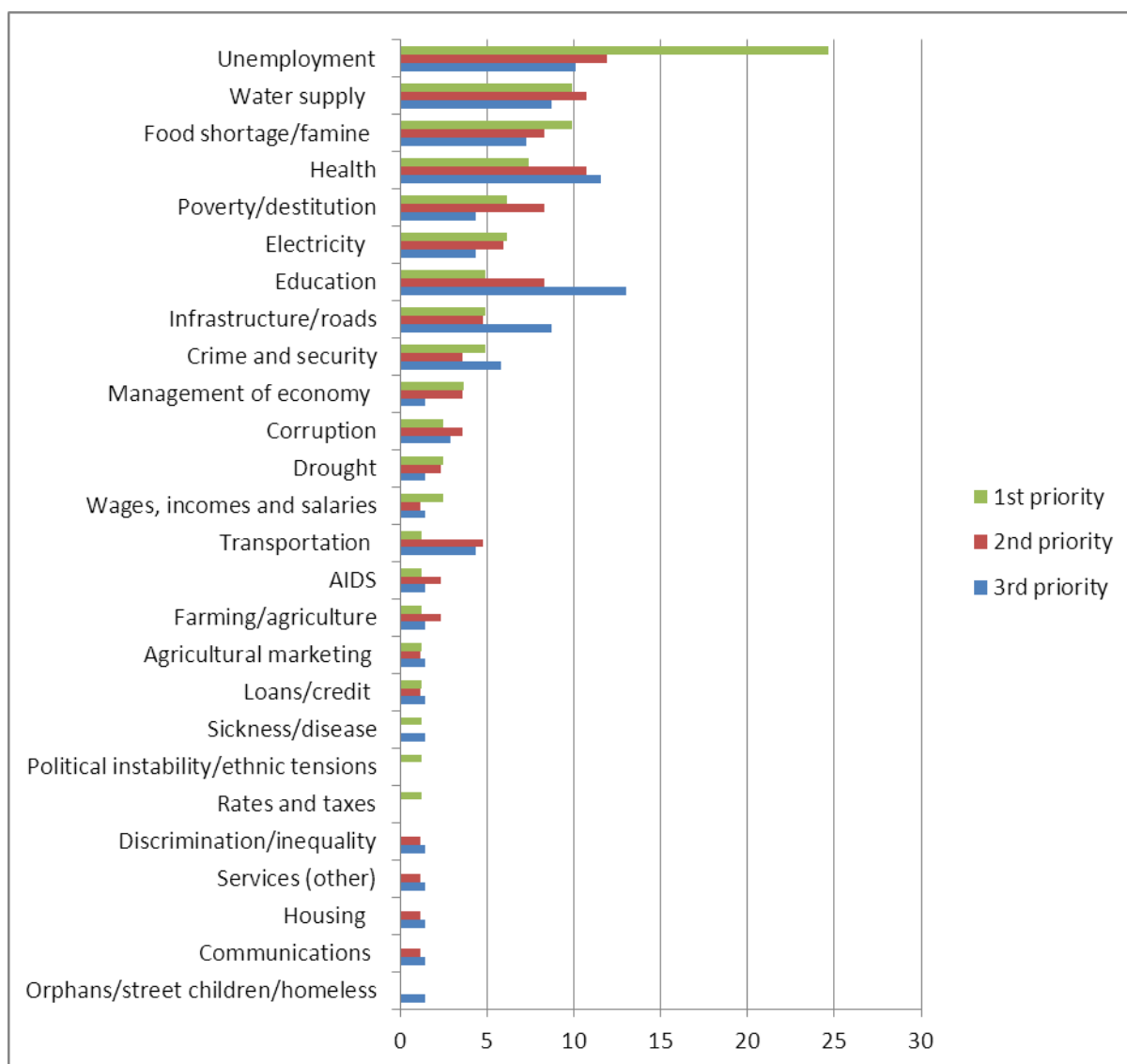
Fonte: Afrobarometer 2005

Em 2008, as principais cinco prioridades, de acordo com a opinião pública moçambicana foram:

- (1) Desemprego;
- (2) Fornecimento de água;
- (3) Escassez de alimentos/fome;
- (4) Saúde; e
- (5) Pobreza/miséria.

Conforme podemos ver, quatro das cinco prioridades de desenvolvimento permaneceram as mesmas. No entanto, a Educação foi substituída nas cinco principais prioridades pelo Abastecimento de Água. Outras importantes prioridades de desenvolvimento que foram alistadas foram: Fornecimento de electricidade, Crime e Segurança, Educação e Infra-estruturas/Estradas.

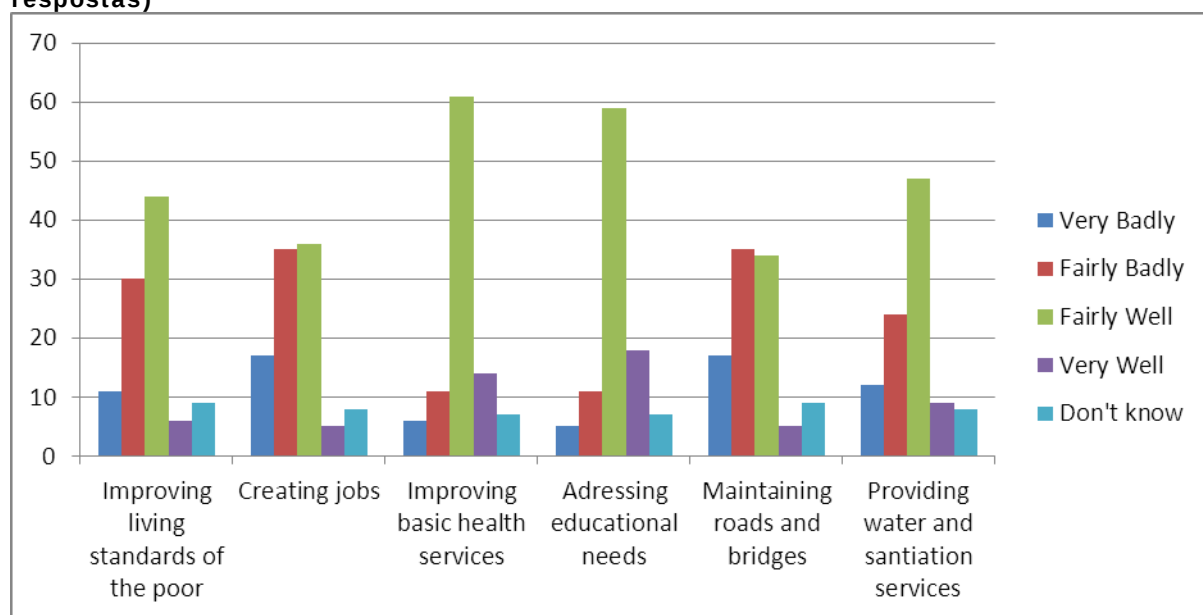
Figura 4: Prioridades de desenvolvimento da opinião pública moçambicana (2008)



Fonte: Afrobarometer 2008

Quando comparamos as estratégias nacionais de desenvolvimento do GdM às prioridades de desenvolvimento da opinião pública moçambicana, existe uma considerável sobreposição no papel. No entanto, é também importante avaliar os esforços do governo em relação a essas metas. Assim, o Afrobarometer também pediu aos moçambicanos para avaliar o desempenho do seu governo nas áreas alistadas como prioridades fundamentais para o desenvolvimento. A figura abaixo apresenta uma visão geral de avaliação dos entrevistados da acção do Governo no campo da pobreza, desemprego, saúde, educação, infra-estruturas e água. A maioria dos moçambicanos pensa que o seu governo teve um desempenho relativamente bom na educação e saúde. No entanto, nas áreas de criação de emprego, padrões de vida e segurança alimentar, pensa-se que o governo teve um mau desempenho. Os pontos de vista sobre o desempenho do governo nas áreas de água e saneamento diferem muito, dependendo do tema em questão.

Figure 5: Avaliação do desempenho do governo nas áreas prioritárias para o desenvolvimento de acordo com a opinião pública moçambicana (% do total das respostas)



Fonte: Afrobarometer 2008

5. O Parlamento de Moçambique

De forma a avaliar as preferências e percepções dos parlamentares, o Projecto de Supervisão Parlamentar da AOD encomendou uma pesquisa feita usando normas académicas a uma amostra de membros da Assembleia da República. A pesquisa recolheu e analisou dados sobre a relação entre o Parlamento e o eleitorado/cidadãos, na prestação de contas pelo Governo e sobre a questão da transparência no processo da alocação da ajuda. Uma pergunta feita aos parlamentares sobre o seu entendimento das prioridades de desenvolvimento cidadãos foi: "No seu círculo eleitoral, o que considera como sendo a questão mais importante para o eleitorado?" Assim como no levantamento Afrobarometer, não foi usada uma lista prévia de possíveis respostas para induzir as respostas dos deputados. Os entrevistados foram solicitados a fornecer três respostas classificadas na sua ordem percebida de importância, produzindo os resultados abaixo (ver também Figura 6) :

Conforme podemos constatar, as principais prioridades de desenvolvimento são:

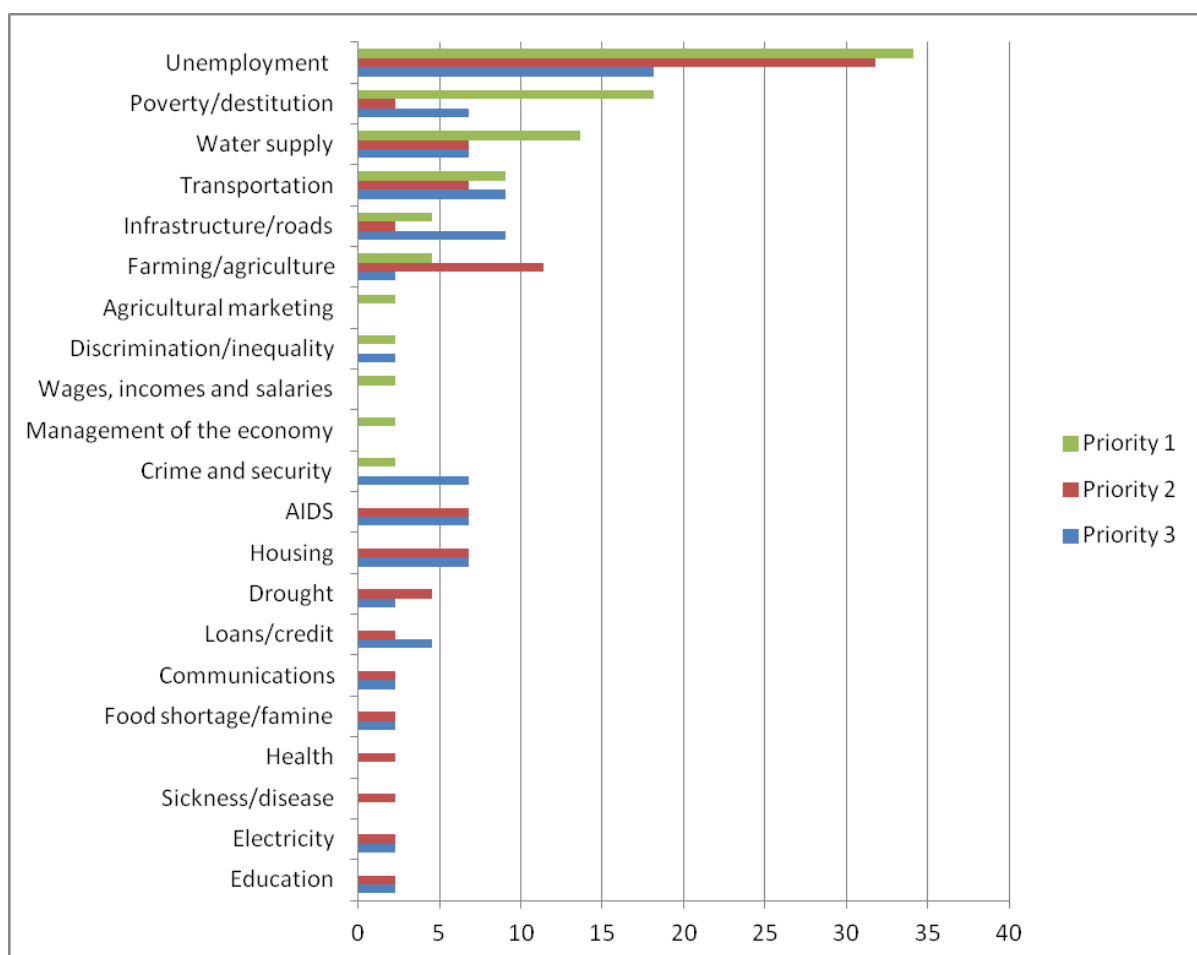
1. Desemprego;
2. Pobreza/miséria;
3. Fornecimento de água;
4. Transportes;
5. Infra-estruturas/estradas; e
6. Agricultura (subsistência/industrial).

O desemprego foi alistado como prioridade máxima por cerca de 35% dos entrevistados. Os entrevistados explicaram que o desemprego é um problema importante, porque a criação de emprego leva à uma redução da pobreza. Além disso, quando muitos jovens nas cidades estão desempregados, tal é tido como causador de outros problemas sociais, como o comportamento criminoso. Outras prioridades de desenvolvimento importantes que foram mencionados são a pobreza / miséria, abastecimento de água e transporte / infra-estruturas / estradas (assim, as prioridades, 4 e 5 podem ser colocadas em conjunto). Um dos parlamentares defendeu que a pobreza era a prioridade de desenvolvimento mais importante, pois: "ela causa fome, exclusão social e corrupção, assim colocando em perigo a vida das pessoas". O fornecimento de água foi tido como sendo importante por várias razões. Primeiro de tudo, a falta de abastecimento de água é tida como tornando outras actividades difíceis porque as mulheres gastam tanto tempo para buscar água. A falta de água potável também causa a doença. As infra-estruturas e as estradas foram tidas como sendo importantes, porque elas permitem que os produtos agrícolas sejam transportados para o mercado.

Muitos parlamentares também alistaram o desemprego como a segundo mais importante prioridade de desenvolvimento. A agricultura (subsistência/industrial), HIV-SIDA, habitação, abastecimento de água e transportes são alistados como outras em segundo lugar no topo das prioridades de desenvolvimento. O desenvolvimento agrícola foi considerado como sendo importante porque ajuda as famílias e comunidades a se tornem auto-suficientes, e técnicas agrícolas mais avançadas, em conjunto com a melhoria das instalações de transporte permite que os eleitores comercializarem os seus produtos e aumentem a sua renda. O transporte é também considerado importante por outras razões. Conforme afirmou um parlamentar: "A falta de infra-estruturas pode reverter as actividades económicas do eleitorado para o desenvolvimento". Por último o HIV-SIDA é considerado uma prioridade porque está a matar muitas pessoas.

Com relação a terceira prioridade para o desenvolvimento, os parlamentares alistaram uma série de questões. O desemprego, transportes, infra-estruturas/estradas, continuam no topo da lista. No entanto, outras áreas como a habitação e, crime e segurança também são alistadas como importantes prioridades de desenvolvimento. Concluindo, o que está claro é que existe uma considerável sobreposição entre as respostas dos deputados e as respostas dos cidadãos à mesma pergunta no Afrobarometer. Os deputados, em média, entendem as necessidades e prioridades de desenvolvimento dos seus eleitores.

Figura 6: Prioridades de desenvolvimento de acordo com o parlamento moçambicano



Fonte: Pesquisa sobre a Supervisão Parlamentar da AOD

6. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, das Nações Unidas

Para além dos dados sobre as prioridades de desenvolvimento dos cidadãos e parlamentares, 193 estados membros das Nações Unidas e pelo menos 23 organizações internacionais concordaram em oito ODM a serem alcançados até o ano de 2015. Uma visão geral destes objectivos e as respectivas metas encontram-se na tabela abaixo.

Tabela 13: Objectivos de Desenvolvimento do Mlénio, das Nações Unidas	
Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome	<i>Meta 1:</i> Reduzir para metade, a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia; <i>Meta 2:</i> Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população que sofre de fome
Objectivo 2: Alcançar o ensino primário universal	<i>Meta 3:</i> Garantir que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário
Objectivo 3: Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher	<i>Meta 4:</i> Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis da educação, até 2015
Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil	<i>Meta 5:</i> Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos
Objectivo 5: Melhorar a saúde materna	<i>Meta 6:</i> Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna
Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças	<i>Meta 7:</i> Deter e começar a reduzir a propagação do HIV/SIDA, até 2015 <i>Meta 8:</i> Deter e começar a reduzir a incidência da malária e outras doenças graves, até 2015
Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental	<i>Meta 9:</i> Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual perda de recursos ambientais <i>Meta 10:</i> Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico <i>Meta 11:</i> Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 000 habitantes de bairros degradados, até 2020
Objectivo 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento	<i>Meta 12:</i> Continuar a desenvolver um sistema comercial aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório (incluindo um compromisso em relação a uma boa governação, ao desenvolvimento e redução da pobreza, tanto a nível nacional como internacional) <i>Meta 13:</i> Satisfazer as necessidades especiais dos Países Menos Desenvolvidos (incluindo o acesso a um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos Países Menos Desenvolvidos, um programa melhorado de alívio da dívida dos países muito endividados [HIPC], o cancelamento da dívida bilateral oficial e a concessão de uma ajuda oficial ao desenvolvimento mais generosa aos países empenhados em reduzir a pobreza) <i>Meta 14:</i> Satisfazer as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento (através do Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares e disposições 22^a da Assembleia Geral) <i>Meta 15:</i> Tratar de uma maneira global dos problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo. <i>Meta 16:</i> Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e implementar estratégias que proporcionem aos jovens um emprego digno e produtivo <i>Meta 17:</i> Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar acesso a medicamentos essenciais, a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento

	<i>Meta 18:</i> Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os das tecnologias da informação e comunicação.
--	--

Fonte: <http://www.un.org/millenniumgoals>

Conclusões: prioridades de desenvolvimento

Comparando as prioridades de desenvolvimento das diferentes partes interessadas, podemos tirar algumas conclusões interessantes. Para começar, a opinião pública está razoavelmente bem representada pelo parlamento. O público e o parlamento têm muitas prioridades de desenvolvimento em comum, tais como: crescimento económico, emprego, agricultura, infra-estruturas, saúde e, abastecimento de água e saneamento. No entanto, enquanto a opinião pública menciona a energia (fornecimento de electricidade) e segurança como áreas importantes para o desenvolvimento, estas questões não são alistadas como áreas prioritárias pelos deputados de Moçambique.

O governo de Moçambique compartilha muitas prioridades com o seu parlamento e seu povo. A única questão que não está especificamente priorizada pelo governo é o fornecimento de electricidade, embora essa possa ser coberta na área das infra-estruturas. No entanto, o governo concentra-se em várias questões que não são consideradas prioridades de desenvolvimento pelo parlamento ou pela opinião pública. Uma dessas áreas é a boa governação. "Boa governação" é uma prioridade originalmente importada dos doadores (ver secção A1 acima) e é parte do compartilhado condicionalismo para a concessão da ajuda. O argumento subjacente é que melhores instituições, menos corrupção e serviços governamentais em funcionamento são condições básicas e necessárias para o desenvolvimento bem sucedido. A questão é até que ponto essa prioridade pode contribuir (ou não) para a realização das prioridades identificadas pelos cidadãos, e este assunto é retomado em vários pontos abaixo. O governo também realça o comércio e o desenvolvimento do sector privado como principais questões prioritárias, enquanto o moçambicano médio não. A educação é sublinhada tanto pelo governo de Moçambique e pela opinião pública enquanto o Parlamento reserva menos atenção a este problema.

No entanto, há também diferenças importantes entre os pontos focais do governo moçambicano, do parlamento e da opinião pública, por um lado, e os principais doadores do país, por outro. Uma área que é negligenciada por todos os doadores, excepto pelo BAD e os Países Baixos é o Abastecimento de Água e Saneamento. Isso é problemático dado que os três intervenientes moçambicanos alistaram essa área como uma prioridade. Outra questão que não recebe atenção suficiente é o emprego. Esta é uma prioridade importante para Moçambique, mas apenas sublinhada pelos EUA. Conforme o discutido nesta secção, os moçambicanos avaliam negativamente o desempenho do governo na área da criação de emprego. É possível que a falta de desempenho do governo nesta questão seja, em parte, devido à falta de apoio dos doadores nessa área. Embora seja importante ressaltar discrepâncias entre as prioridades do receptor e dos doadores, podia ser possível que o Abastecimento de Água e Saneamento fossem tratados no âmbito das infra-estruturas e que o emprego fosse tratado através do apoio dos doadores para a educação, comércio, e sector privado. Algumas áreas recebem muita atenção dos doadores, enquanto elas não estão alistadas como prioridades nacionais pelo governo. Uma delas é o meio ambiente e também fornecimento de energia (e deve notar-se que o fornecimento de electricidade é considerado como uma grande prioridade pela opinião pública). Os doadores também consideraram a integração regional e o género como sendo prioridades. No entanto, nenhum dos intervenientes moçambicanos entrevistados considera encontrar estas questões como fundamentais para o desenvolvimento de Moçambique. Os comentários sobre a "boa governação" como uma prioridade são aqui relevantes.

Um último ponto, mais uma vez, prende-se com a "Boa governação". Esta é uma prioridade importante tanto para o governo como para os doadores, mas nem a opinião pública, nem parlamentares o classificam como altamente prioritário como financiamento para o desenvolvimento ou problema quando perguntados. No mínimo, esta discrepância requer explicação, porque a agenda da "boa governação" tem sido central para a arquitectura da ajuda dos últimos quinze anos.³² Na medida em que a melhoria da qualidade da governação melhora a realização concreta das prioridades políticas dos cidadãos, então, os esforços destinados a

³² E claro, este projecto de supervisão da AOD faz, em grande medida, parte dessa agenda.

melhorar a governação podem muito bem estar em consonância com as necessidades dos eleitores, mas esta é uma questão de verificação e prestação de contas ao parlamento. Existe um risco de os orçamentos para a "boa governação" ou "sociedade civil" se tornarem projectos de estimação do governo e dos doadores. Tal não devia ser o caso em face de medidas sólidas para assegurar a articulação entre os objectivos das políticas e os resultados reais e, mecanismos robustos do "ciclo de retro informação" na prestação de contas. A questão será outra vez retomada quando forem examinados a ajuda real e as alocações orçamentais. Nesta fase, basta dizer que os cidadãos estão preocupados (Figura 5) com o desempenho do Governo e nem sempre o classificam em alta, e o parlamento não entende que o seu papel é importante para garantir a priorização eficaz e resultados no processo de desenvolvimento. Pode ser que os doadores e o governo precisam explicar melhor aos cidadãos a relação entre a prioridade da "governação" e os resultados de desenvolvimento que os constituintes desejam ver. O parlamento pode desempenhar um papel neste caso.

No geral, as políticas dos doadores estão razoavelmente bem alinhadas com as prioridades governamentais expressas no PARPA, com alguma divisão de trabalho entre os doadores, e as prioridades nacionais de desenvolvimento estão bem alinhadas com as preferências dos cidadãos e seus representantes eleitos. Vale a pena comentar brevemente sobre possíveis razões para essa sobreposição relativamente benigna nas prioridades de desenvolvimento. Enquanto ainda temos de examinar as reais despesas orçamentais e dos doadores, tal sobreposição não foi de maneira nenhuma observável em todos os outros quatro países abrangidos por este projecto (Benin, Gana, África do Sul e Tanzânia). Tanto a evidência anedótica assim como a mais sistemática, adquirida no decurso deste projecto sugere que, apesar da dominância de longo prazo da parte da Frelimo, tanto no executivo assim como no parlamento de Moçambique, os parlamentares e as comissões parlamentares assumem com seriedade o seu papel como intervenientes discretos no processo político. A oposição é pequena mas não é irrelevante, e Frelimo como um grupo possui ligações de base sérias e está consciente de que a oposição e, portanto, os desafios eleitorais são fortes em algumas regiões do país. Em termos de dados mais consistentes, o inquérito parlamentar indicou que um grande número de Deputados sentiu o executivo deve informar regularmente o Parlamento sobre as questões orçamentais e de desenvolvimento e deve fazê-lo mais do que é o caso actualmente. Eles também afirmaram, em média, que o governo de facto ouve o Parlamento sobre questões de alocação da ajuda e do desenvolvimento. Foi impressão geral de que as comissões parlamentares devem desempenhar um papel importante nos processos de dotação orçamental e ajuda, e que tal deve ser reforçado ao longo do tempo já que ainda não é ainda suficiente.³³ No geral, os Parlamentares sentem que eles são e devem ser um actor forte no processo de definição de prioridades de desenvolvimento no país. Houve um pouco menos de certeza se os parlamentares eram tão importantes no processo de atribuição da ajuda, mas isso, é claro, excluindo as dotações do AOG.

Em suma, parece que quando os parlamentares assumem com seriedade as funções de representantes e de responsabilização e terem uma boa compreensão das necessidades e preferências das bases, isso pode aumentar as hipóteses de as políticas do governo e dos doadores reflectirem, em alguma medida considerável, as preferências dos cidadãos. Nos países incluídos no projecto, onde tal se registada em menor escala, a concordância entre as prioridades ajuda / desenvolvimento e necessidades de desenvolvimento percebidas a nível local não era tão boa. Onde o Parlamento realiza bem as suas de representante e responsabilização no processo político, poderia acontecer que as alocações para o desenvolvimento fossem mais sensíveis às necessidades e, talvez, os resultados fossem também melhores (ver secção E abaixo). É claro uma das premissas deste projecto de Supervisão Parlamentar da AOD que "circuito de retro-informação" em termos de responsabilização funcione das pessoas para o governo / doadores, através do parlamento, e de volta, incluindo a avaliação contínua do cidadão e parlamentar, dos resultados concretos do desenvolvimento nos círculos eleitorais, por exemplo, através as audiências públicas promovidas por este projecto e o controlo regular dos dados de opinião pública, deve melhorar a eficácia da ajuda e da política nacional de desenvolvimento. Na verdade, não faltariam benefícios potenciais na operacionalização dos compromissos de 'Tres As' inicialmente contidos na Declaração de Paris. Este ponto será retomado na secção D da conclusão abaixo, sobre a ajuda e desembolsos do governo assim como na secção E sobre nos resultados.

³³ Neste sentido, os parlamentares apresentaram-se como grandes apoiantes dos esforços de pesquisa/dados, análise e capacitação deste projecto.

Tabela 14: Resumo das áreas prioritárias de desenvolvimento

	Crescimento económico / Redução da pobreza	Educação	Saúde HIV/SIDA	Abastecimento de Água / Saneamento	Boa governação	Infra-estruturas	Meio ambiente / Energia	Agricultura, Florestas & Pescas	Integração Regional	Género	Emprego	Comércio/ Sector Privado	Segurança
Actores moçambicanos													
Governo													
Parlamento													
Opinião pública													
Doadores multilaterais													
Instituições da UE													
AID													
FAD													
Doadores bilaterais													
EUA													
Suécia													
Dinamarca													
Holanda													
Canadá													
Outros													
ODM													

- Área de desenvolvimento de alta prioridade
- Área de desenvolvimento de média prioridade

D. FLUXOS DE AJUDA E GASTOS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Esta secção examina os padrões dos gastos reais do GdM e seus principais doadores para o período de 2005-2010. Ao olhar para o orçamento nacional do Governo de Moçambique, que inclui desembolsos da ajuda em AOG, podemos avaliar a extensão em que o governo responde às prioridades de desenvolvimento do parlamento moçambicano e da opinião pública, conforme descrito na secção anterior. Podemos fazer o mesmo para os maiores doadores bilaterais e multilaterais de Moçambique, olhando para a distribuição sectorial dos fluxos de ajuda. Enquanto a secção anterior nos permitiu avaliar a concordância entre as prioridades de desenvolvimento e o descrito nas políticas de desenvolvimento, esta secção nos permite ver em que medida o Governo de Moçambique e os doadores realmente cumprem com as suas promessas e em que medida eles são sensíveis às necessidades e preferências dos cidadãos e seus representantes.

1. O Governo de Moçambique

A Figura 7 indica a proporção do orçamento anual de 2005-10 que foi alocada para os diversos sectores que em geral correspondem às categorias de ajuda da OCDE-CAD que também são analisadas nesta secção. Deve-se ter em conta que o tamanho absoluto do orçamento cresceu em cerca de 180% entre 2005 e 2010 (preços correntes, de modo que este não é o crescimento "real" que controla a inflação). Uma *parte* cada vez menor de despesas observáveis ao longo do tempo numa rubrica orçamental específica pode ocultar um aumento real nos gastos reais. É preciso também recordar que a AOD total anual é equivalente a cerca de 50% do orçamento anual nacional e que uma proporção considerável da mesma ajuda (ver abaixo) é na verdade parte do orçamento nacional como os desembolsos do AOG.

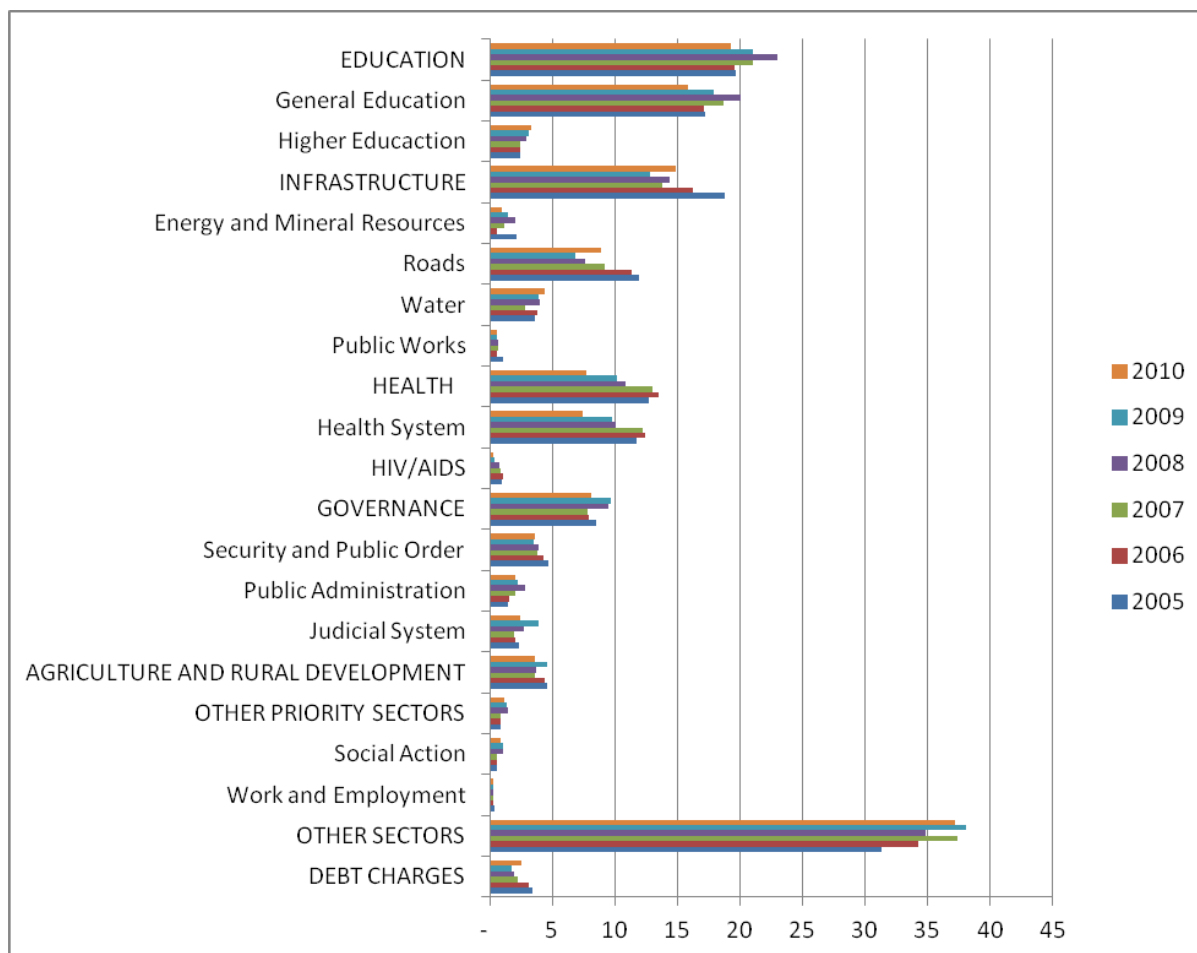
Uma primeira observação tirada a partir da Figura 7 é que o GdM aloca um valor consistente de 35% do seu orçamento para 'Outros Sectores', cuja repartição mais específica não está disponível. Isso inclui a defesa nacional, e uma série de gastos que não fazem parte das prioridades dos doadores para o chamado "Quadro de Avaliação do Desempenho", destinado a prestar contas em relação ao Apoio Directo ao Orçamento, que inclui AOG. 'Outros' portanto, incluem sectores que não são consideradas prioridades para a assistência ao desenvolvimento, mas ainda não está claro até que ponto esta rubrica orçamental é ou não relevante para o processo de desenvolvimento. A maior proporção dos gastos do governo, em contraposição, vai para a educação (cerca de 20% do orçamento), infra-estruturas (cerca de 15%), saúde (cerca de 10%) e governação (cerca de 10%). A agricultura e o desenvolvimento rural recebeu menos de 5% do orçamento total. Dentro do sector da educação, o governo tem como enfoque a educação geral, em oposição ao ensino superior. Com relação às infra-estruturas, o governo concentra seus esforços nas estradas e, em menor medida na água. No sector da saúde a maior parte do dinheiro vai para o fortalecimento do sistema de saúde. Olhando para os investimentos do governo na governação, podemos ver que este espalha os seus investimentos de forma relativamente igual na segurança e ordem pública, administração pública e no sistema judicial. Por ultimo, perto de 5% do orçamento vai para o serviço da dívida.

Porque uma grande parte do orçamento vai para sectores não especificados, é difícil aferir em que medida o GdM faz jus às promessas feitas na sua política de ajuda. De acordo com os resultados do nosso inquérito parlamentar, essa falta de transparência tem que e deve continuar a atrair a atenção do parlamento. No entanto, várias das declaradas prioridades de desenvolvimento do governo estão claramente reflectidas na despesa real. Isto se verifica para: governação, educação e saúde. Uma área supostamente prioritária que não recebe uma parte substancial do orçamento nacional é a agricultura. Além disso, os dados não permitem identificar com precisão os esforços do governo na área de redução da pobreza e do crescimento económico.

A Figura 7 também revela que os gastos do GdM cobrem várias as prioridades de desenvolvimento da opinião pública moçambicana: abastecimento de água, educação e saúde. No entanto, os problemas do desemprego escassez de alimentos/fome e a pobreza/miséria não são especificamente visados no orçamento, apesar do facto de que tanto os cidadãos moçambicanos assim como os parlamentares os consideram entre as prioridades de desenvolvimento mais elevadas, e o governo alegadamente concordar no PARPA. O parlamento também identificou os transportes e infra-estruturas/estradas como importantes. Como podemos ver, o governo faz

investimentos substanciais nesta área. No entanto, a percentagem do orçamento destinado às estradas diminuiu ao longo dos anos (embora dado que o orçamento aumentou no geral, a despesa nominal nas estradas tem se mantido ou aumentado ligeiramente desde 2005).

Figura 7: Despesa do GdM por sector e subsector 2005-2010 (% dos preços totais, correntes)



Fonte: compilado por Mariam Umarji (Comissão do Plano e Orçamento), com base nos dados do orçamento nacional

Embora os dados do orçamento nacional mostrem uma sobreposição predominantemente positiva entre as prioridades do governo no PARPA e nas despesas reais, e um nível bastante elevado de correspondência entre as prioridades do cidadão/parlamentares e os esforços do governo, os dados descritos acima devem ser tratados com cuidado. Os parlamentares afirmam que a contabilidade pública e as alocações orçamentais não são totalmente transparentes e que o controlo parlamentar e o envolvimento dos cidadãos são ainda insuficientes para garantir a precisão. De acordo com um estudo recente³⁴, enquanto ambos o parlamento e o governo aceitam que importantes melhorias foram feitas no sistema da gestão financeira do Estado, o governo ainda não libera informação tão atempada e detalhadamente como poderia ou mesmo devia nos termos da lei. O processo orçamental é ainda restringido ao governo e para o governo. A auditoria às contas públicas leva muito tempo para produzir/assegurar a responsabilização adequada. O peso da ajuda no orçamento agrava o problema da satisfatória gestão financeira do Estado. Mais energia é investida no governo – no processo de revisão conjunta dos doadores, onde os resultados são medidos em relação ao quadro de desempenho concordado com os doadores, do que para facilitar o controlo parlamentar ou pelo cidadão. As finanças públicas parecem ser mais responsável perante os doadores do que aos cidadãos e ao parlamento. Além disso, existe uma desconexão entre o processo de planificação consagrado no Plano Económico e Social nacional, e a

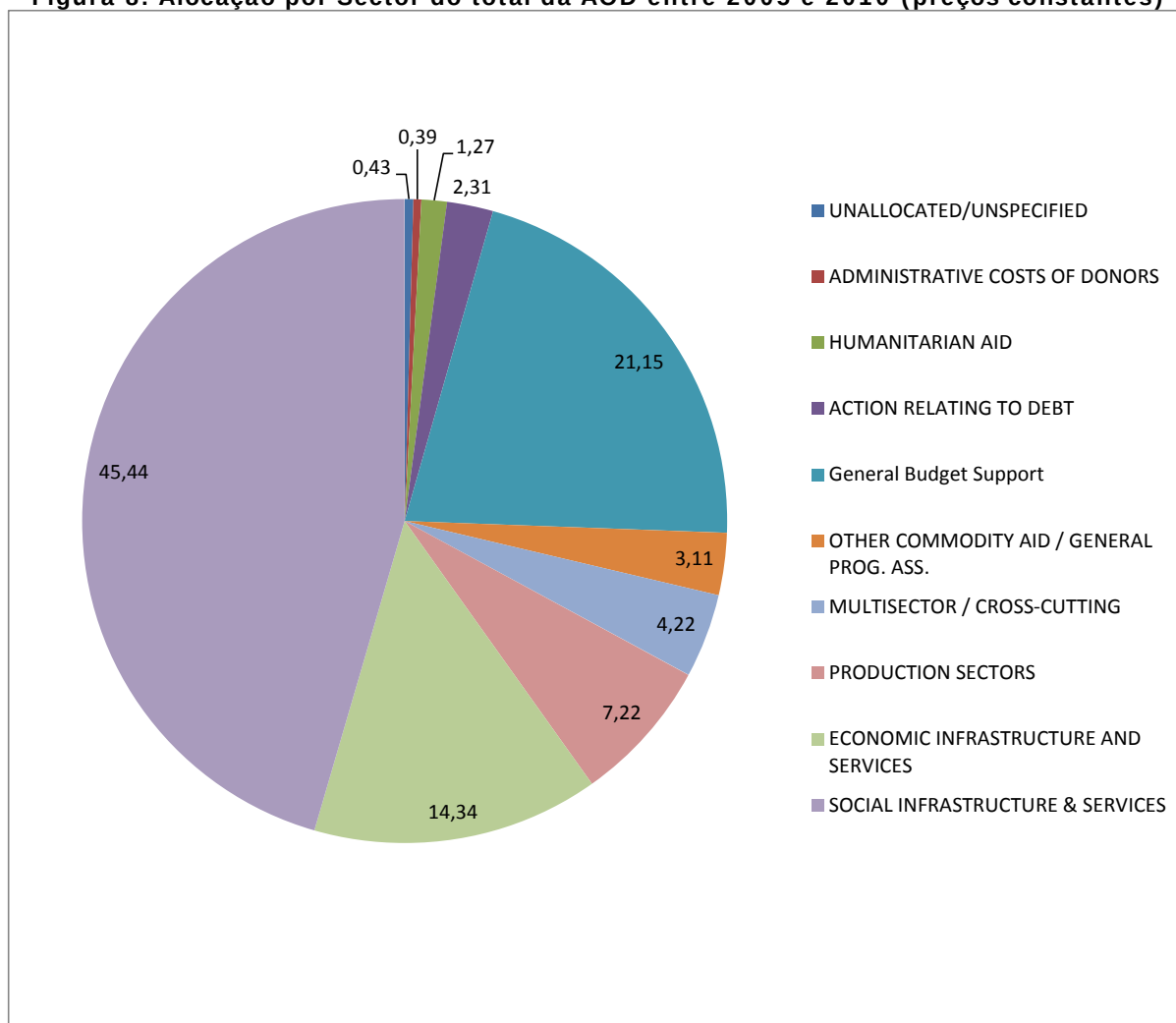
³⁴ http://www.eurodad.org/uploadedfiles/whats_new/reports/aid_budget_transparency_in_moz.pdf 13 July 2010, p.6

ronda anual de alocação orçamental. A despesas esta também dissociada dos limites máximos orçamentais estabelecidos pelo Cenário Fiscal de Médio Prazo.

2. Total de AOD 2005-2010

A Figura 8 abaixo dá uma visão geral da alocação de ajuda por todos os doadores da OCDE-CAD para Moçambique. A ajuda total para o período, é por sua vez é dividida num grande número de categorias (sub) sectoriais. As usadas neste estudo são as mais relevantes para Moçambique e que correspondem de mais perto à repartição do orçamento usado acima: Infra-estruturas e Serviços Sociais (por exemplo saúde, educação, governo/sociedade civil, população e saúde reprodutiva), constituem cerca de 45%; Infra-estruturas e Serviços Económicos (transportes, energia, serviços de negócios) constituem cerca de 14% do total; ajuda aos Sectores Produtivos (por exemplo, comércio, mineração, agricultura, etc.) são menores com 7%; Multisectorial/transversal (por exemplo, o meio ambiente); Ajuda em Bens/Programa de Assistência Geral (por exemplo, ajuda alimentar e, em particular o AOG (cerca de 21%, portanto, o segundo maior segmento), que é mostrado separadamente); Acção Relacionada com a Dívida; Apoio Humanitário (emergência e alívio/prevenção de calamidades, esforços de reconstrução); Custos Administrativos dos Doadores, e Não Alocados. Entre 2005 e 2010, a maior proporção da AOD foi proporcionado como Programa de Assistência, a maior parte da qual vem sob a forma de Apoio ao Orçamental Geral (GBS). A Saúde e População, bem como outros Sectores Sociais são também grandes beneficiários. As Infra-Estruturas e Serviços Económicos também receberam uma grande parcela do total da AOD.

Figura 8: Alocação por Sector do total da AOD entre 2005 e 2010 (preços constantes)



Fonte: <http://stats.oecd.org>

2.1 AOD Multilateral 2005-2010

Esta secção examina a distribuição da ajuda sectorial dos maiores três doadores multilaterais de Moçambique em 2005-2010. Em primeiro lugar, isso nos permite avaliar se os doadores cumprem com as promessas nas suas políticas de ajuda, conforme descrito na secção anterior. Em segundo lugar, permite-nos comparar os fluxos de ajuda dos doadores às declaradas prioridades de desenvolvimento do GdM, do Parlamento e da opinião pública. As figuras abaixo mostram a percentagem da ajuda total alocada aos diferentes sectores-chave (letras maiúsculas) e subsectores (letras minúsculas). Os dados vem do banco de dados do OCDE/CAD.³⁵

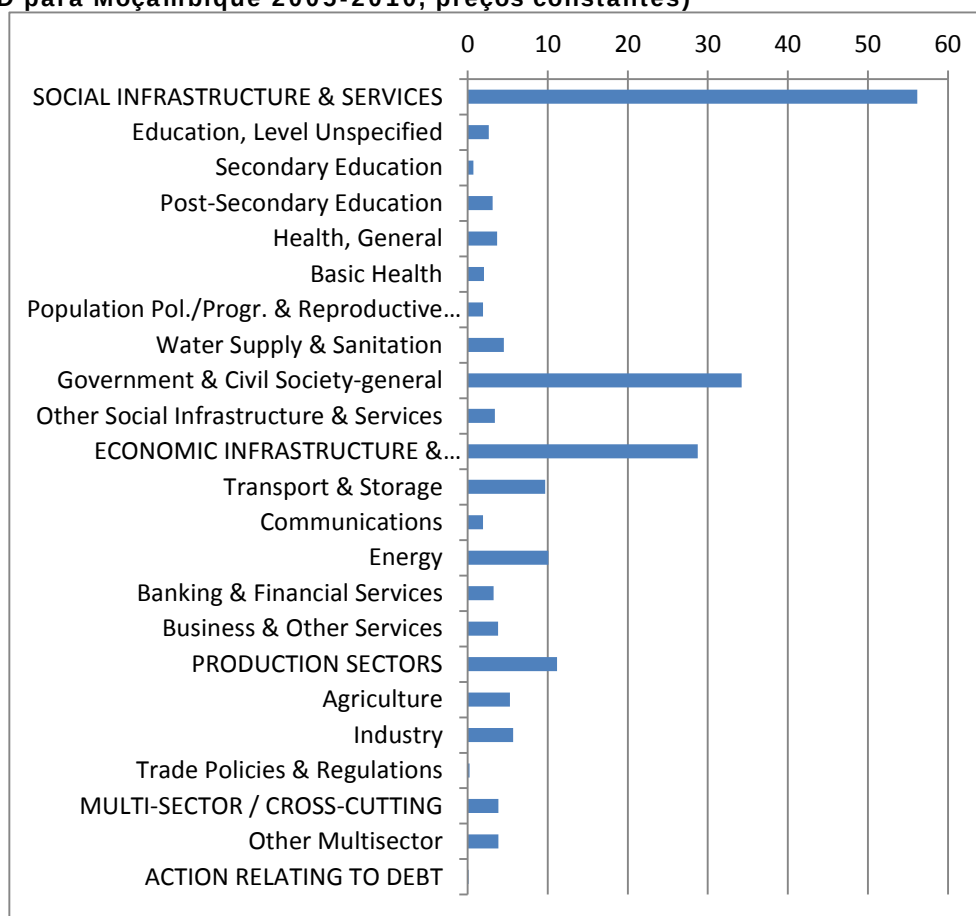
2.1.1 Agência de Desenvolvimento Internacional (do Banco Mundial): fluxos de 2005-2010

A Figura 9 mostra que as Infra-estrutura e Serviços Sociais são a maior despesa a AID aos mais de 55% do total da ajuda. A maior parte desta vai para o Governo e Sociedade Civil (cerca de 35%), enquanto a Educação e a Saúde também recebem uma percentagem ligeira. Dentro das 'Infra-estruturas e Serviços Económicos' a maior parte da ajuda é alocada aos Transportes e Armazenagem, bem como para os Serviços Bancários e Financeiros. Os Sectores de Produção, ou mais especificamente Agricultura e Indústria, recebem quase 12 por cento do total da ajuda da AID.

O AID gasta uma relativa proporção da sua ajuda de acordo com a sua política para Moçambique (Tabela 5; a prioridade é aumentar a responsabilidade e voz), embora talvez menos vai para a saúde, água e educação, do que se poderia esperar, dada a alta prioridade atribuída ao acesso aos serviços. Os desembolsos da ajuda da AID correspondem bem mais baixo às prioridades de desenvolvimento do cidadão e parlamentares (ver Figuras 3-4 e 6 acima), em particular, a grande parcela que vai para o Governo e Sociedade Civil. A boa governação é uma prioridade para o governo, sem dúvida, precisamente porque é uma prioridade para os doadores e o governo tem um interesse directo na melhoria dos seus próprios serviços e operações. Embora, sem dúvida, melhorar a governação seja importante para os cidadãos, porque eles querem um governo que atinja bons resultados de desenvolvimento económico, a opinião pública, sem surpresas, se preocupa com melhorias concretas da vida diária. Enquanto essa ajuda para melhorar a governação também possa servir para melhorar a prestação de contas e voz pública, a AID presta relativamente pouca atenção à saúde, água e saneamento, e à escassez de alimentos (mesmo a ajuda à agricultura se afigura modesta), que são grandes prioridades para os cidadãos, assim como para o parlamento. Por outro lado, a AID não está desatenta ao sector dos transportes conforme definida como prioridade pelos parlamentares.

³⁵ <http://stats.oecd.org/>

Figura 9: AID para Moçambique por sector e subsector (% do total da ajuda prestada pela AID para Moçambique 2005-2010, preços constantes)

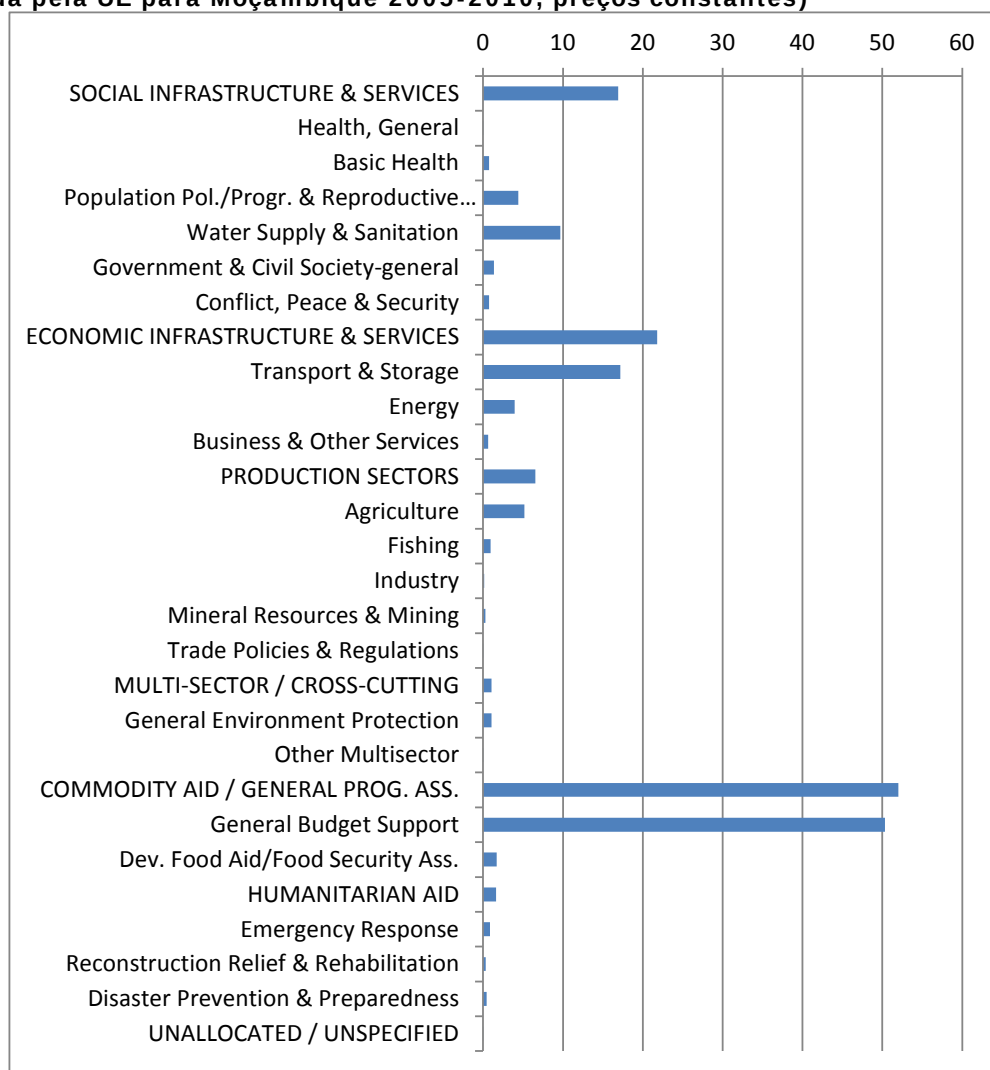


À primeira, existe também pouca atenção directa às maiores prioridades dos cidadãos e dos parlamentares referentes ao desemprego e redução da pobreza. Isso pode não ser justo como uma avaliação porque a AID dedica uma parte considerável de seu orçamento de ajuda para a promoção das infra-estruturas económicas e produção, portanto, para o crescimento, e o crescimento é uma condição *sine qua non* para o alívio da pobreza e criação do emprego. No entanto (ver a secção B2 acima) não está claro se a estratégia de crescimento nacional para a qual a AID e outros doadores contribuem tem sido eficaz na melhoria do bem-estar dos pobres. Podia se considerar um ataque mais directo à pobreza e emprego, especialmente nas áreas rurais e regiões mais pobres do norte. Se a pobreza e as oportunidades de emprego não forem tratadas tão eficazmente como poderiam ser, também não fica claro se a AID tem também como objectivo o crescimento que é ambientalmente sustentável.

2.1.2 Instituições da UE: fluxos de ajuda

A Figura 10 indica que mais de 50% da ajuda da UE foi concedida como Apoio ao Orçamental Geral. A União Europeia também deu uma grande proporção de apoio às infra-estruturas e serviços sociais, com a maior parte indo para o Abastecimento de Água e Saneamento e da Políticas/ Programas Populacionais e Saúde Reprodutiva. Isso se encaixa directamente com as prioridades de desenvolvimento do governo, bem como com as preferências dos parlamentares e cidadãos (na medida em que a porção do AOG é gasto em conformidade com esses pontos). Uma menor percentagem da ajuda da UE foi para o Transporte e Armazenamento e, Energia no âmbito do sector de Infra-estruturas e Serviços Económicos e Agricultura no âmbito dos Sectores de Produção, também em consonância com as prioridades do povo e seus representantes. Seria necessária uma análise mais detalhada para determinar se os problemas da pobreza e emprego estão a ser confrontados com sucesso.

Figura 10: Ajuda da UE para Moçambique por sector e subsector (% do total da ajuda prestada pela UE para Moçambique 2005-2010, preços constantes)



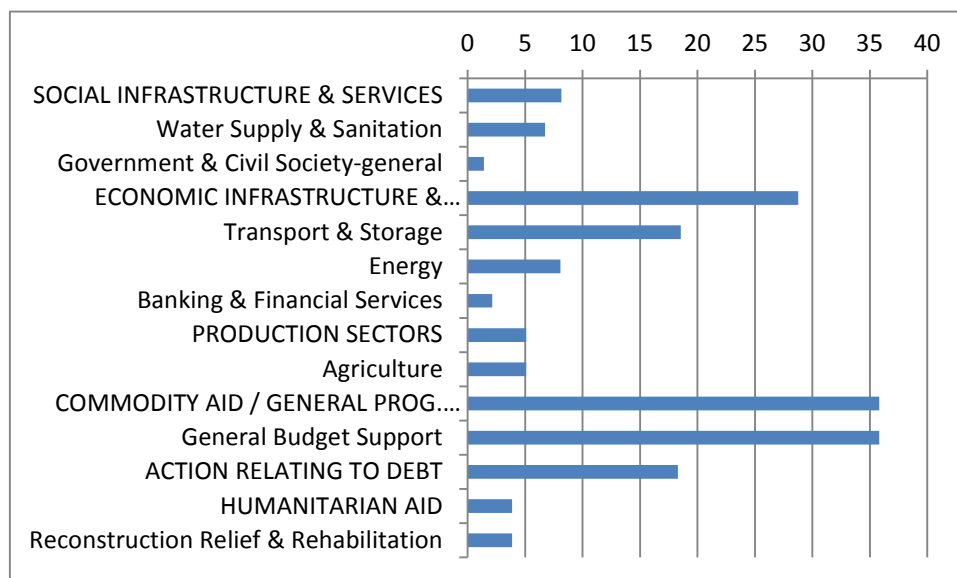
A ajuda da UE a Moçambique não é completamente gasta de acordo com as suas estabelecidas prioridades de ajuda descritas na Tabela 6 acima. Globalmente, a UE definiu diminuir a pobreza e promover o crescimento rápido e de base ampla e a investir em: infra-estruturas de transportes, agricultura, desenvolvimento rural e integração económica regional. Estas áreas receberam proporções relativamente pequenas de ajuda e a relação directa para com a redução da pobreza ou crescimento não fica imediatamente evidente. No entanto, uma vez que a UE fornece mais de metade da sua ajuda como AOG, existe a possibilidade de que algumas das prioridades de ajuda da UE sejam tratadas através da sua ajuda ao GdM. Por último, é importante ressaltar que a UE gasta uma quantidade relativamente grande de ajuda em Infra-estruturas e Serviços Sociais, enquanto este sector não é mencionado como uma prioridade na política de ajuda da UE. Dado o ajuste relativamente bom com as prioridades locais, isso não é lamentável.

2.1.3 Fluxos de ajuda do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) por sector

Como podemos ver Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) do BAD também concede mais ajuda como o Apoio ao Orçamento Geral (36%), ajudando o governo a aumentar os seus próprios esforços para concretizar as prioridades de desenvolvimento próprias do FAD. Quase 30% da ajuda total foram para o sector das Infra-estruturas e Serviços Económicos, principalmente Transportes e Armazenamento e Energia, em conformidade com o segundo pilar de prioridades da estratégia do BAD. Em relação ao sector de Infra-estruturas e Serviços Sociais o FAD realçou o Abastecimento de Água e Saneamento, em consonância com as preferências da opinião pública e dos parlamentares. Uma parcela relativamente pequena foi concedida ao Governo e Sociedade Civil. Em relação aos Sectores de Produção o Fundo centrou-se na Agricultura (potencialmente

melhor para as preocupações dos cidadãos com o alívio da pobreza e escassez de alimentos). Por último, Moçambique recebeu quase 5% do total da ajuda para o Alívio da Reconstrução e Reabilitação, que se pode supor que ajuda a aliviar a pobreza e a miséria, no curto prazo.

Figura 11: Ajuda da FAD para Moçambique por sector e subsector (% do total da ajuda prestada pela FAD para Moçambique 2005-2010, preços constantes)



Portanto, o FAD gasta a sua ajuda em plena consonância com a sua política de desenvolvimento para Moçambique, e o ajuste com as preferências parlamentares e populares é relativamente bom.

2.2 AOD Bilateral

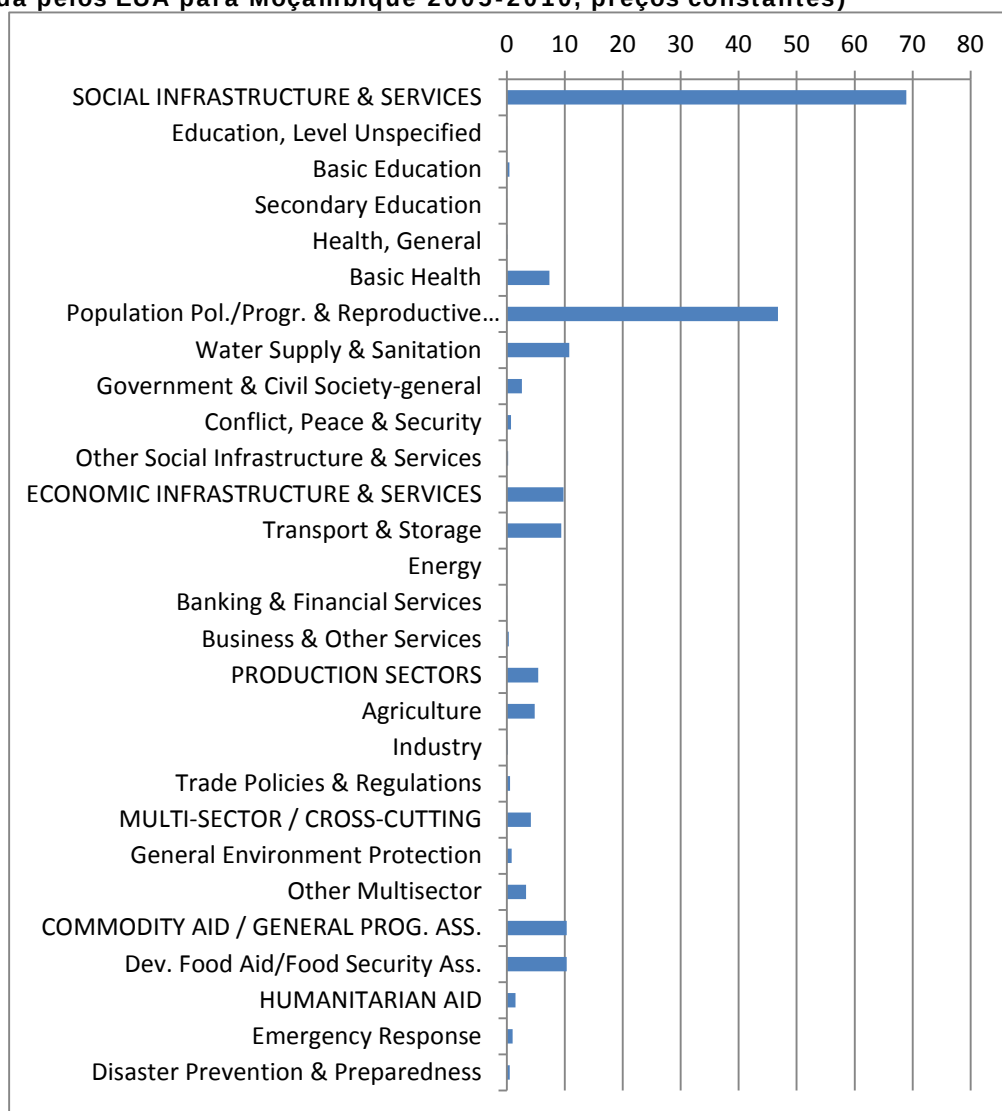
Os cinco principais doadores bilaterais para Moçambique entre 2005 e 2010 foram os EUA, Reino Unido, Suécia, Dinamarca, Holanda e Canadá. Os parágrafos abaixo se debruçam sobre a alocação sectorial da AOD concedido por estes doadores durante este período. Os números mostram a percentagem da ajuda total alocada aos diferentes sectores (letras maiúsculas) e subsectores (letras minúsculas). Os dados utilizados provêm da base de dados do CAD / OCDE.³⁶

2.2.1 Estados Unidos: fluxos de ajuda

De acordo com a Figura 12 abaixo, os EUA concentra quase 70% dos desembolsos da sua ajuda nas Infra-estruturas e Serviços Social. Cerca de 45% do total da ajuda passou Políticas / Programas a Populacionais e Saúde Reprodutiva; também houve uma modesta atenção para o sector de água e saneamento. Tanto a saúde e a água são as principais preocupações do parlamento, governo e opinião pública. Dentro do sector das Infra-estruturas e Serviços Sociais, o Transporte e Armazenamento recebeu a maior quota. Nos Sectores de Produção os EUA afectaram quase toda a sua ajuda para a Agricultura, mas a proporção é pequena. Por último, os EUA forneceram cerca de 10 por cento da sua AOD em forma de Ajuda Alimentar. Não houve ajuda que foi para o AOG, portanto os EUA não estão em conformidade com os acordos da OCDE ou prioridades do governo. Não existe atenção directa aos problemas da pobreza e do emprego, excepto para a ajuda alimentar e a limitada assistência aos sectores económicos.

³⁶ <http://stats.oecd.org/>

Figura 12: Ajuda dos EUA para Moçambique por sector e subsector (% do total da ajuda prestada pelos EUA para Moçambique 2005-2010, preços constantes)



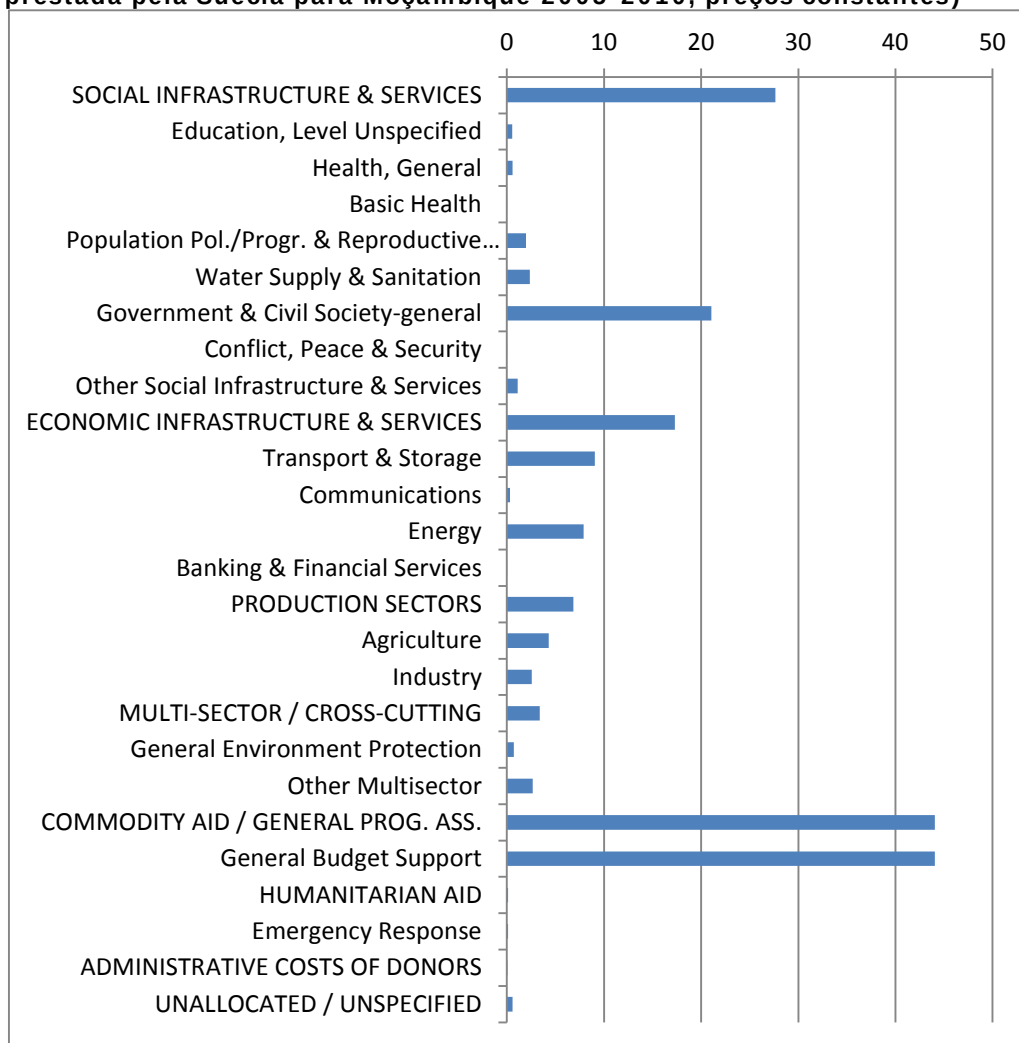
A ajuda dos EUA para Moçambique é parcialmente atribuído só às áreas prioritárias para o desenvolvimento, conforme descrito na política de desenvolvimento da USAID para o país (ver p. 22). Aparentemente, os EUA dedicam quase nenhum do seu esforço de ajuda para a sua principal prioridade, democracia e direitos humanos, e relativamente pouco para a segunda prioridade de melhorar a competitividade dos sectores económicos chaves. De facto, os EUA destinam a sua ajuda na melhoria da saúde (prioridade 3). A prioridade 4 (educação) mal recebe qualquer ajuda. Por último, é difícil dizer quanta ajuda é realmente gasta a reforçar a capacidade das forças de segurança de Moçambique. Esta área pode se enquadrar na categoria de Conflito, Paz e Segurança, Ajuda multisectorial, ou Ajuda Humanitária. Em suma, o ajuste dos EUA, quer com as prioridades locais dos intervenientes em Moçambique ou com as suas próprias estabelecidas prioridades, não é particularmente forte.

2.2.2 Suécia: fluxos de ajuda

Quase 45% da ajuda sueca foi concedida como AOG, em consonância com as prioridades do GdM e normas internacionais. Em paralelo, a Suécia fornece cerca de 28% da sua ajuda para o sector de Infra-estruturas e Serviços Sociais. O Governo e a Sociedade Civil recebem a maior parte sob esta rubrica, o que, na melhor das hipóteses, corresponde com as preferências tanto do parlamento como do público moçambicano, apenas indirectamente. No âmbito das Infra-estruturas e Serviços Económicos, a maior parte da ajuda é alocada para os Transportes e Armazenamento, destacado pelos parlamentares, mas não pelos cidadãos, e energia (uma modesta prioridade para os cidadãos). No que respeita aos Sectores de Produção, a AOD sueca concentra-se na Agricultura

e, em menor extensão na Indústria (ambos que podem ajudar em termos de emprego e, possivelmente, também segurança alimentar e pobreza), mas o esforço é modesto, na melhor das hipóteses. Apesar da alta prioridade que lhe é concedida por eleitores e seus representantes, o alívio da pobreza não é uma prioridade directa, excepto na medida em que possa ser concretizada através da alocação para o AOG. Portanto, a alocação da ajuda da Suécia, não corresponde bem às prioridades dos cidadãos ou do Parlamento.

Figura 13: Ajuda da Suécia para Moçambique por sector e subsector (% do total da ajuda prestada pela Suécia para Moçambique 2005-2010, preços constantes)



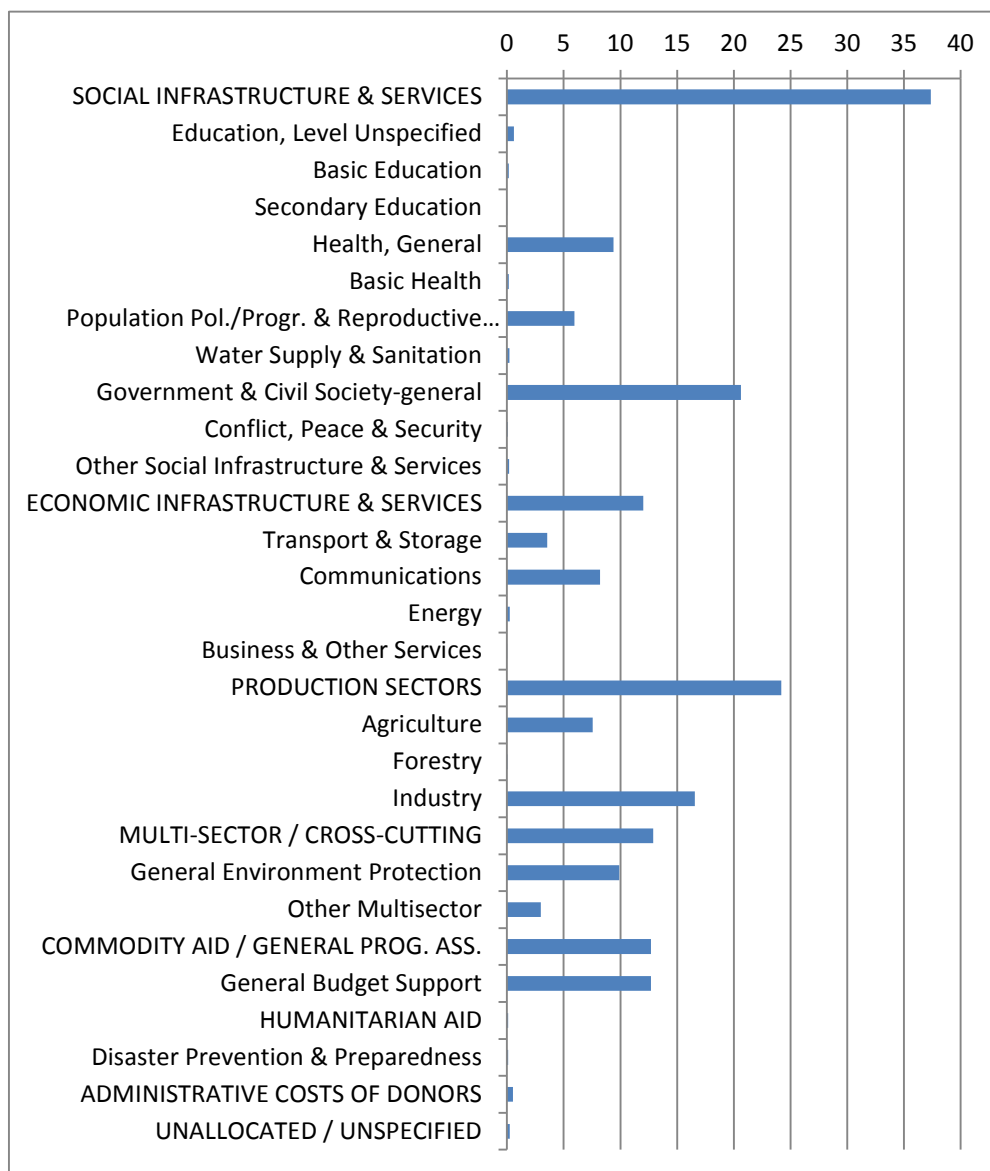
Em termos da declarada política de ajuda da Suécia (pp 22-3), relativamente pouca é destinada para tratar da prioridade global do alívio directo da pobreza e crescimento económico mais amplo, embora uma percentagem razoável da ajuda foi concedida a infra-estruturas e sectores de produção. Das prioridades sectoriais enumeradas, a grande quantidade de ajuda à governação / democracia está em conformidade com a principal prioridade de desenvolvimento da Suécia, para Moçambique, mas pouco é gasto no meio ambiente, a suposta segunda prioridade da Suécia. É difícil dizer quanta ajuda é gasta na igualdade de género, mas esta questão é potencialmente abordada através de vários outros sectores que recebem ajuda da Suécia. Em suma, os fluxos de ajuda reais correspondem às prioridades políticas da Suécia, apenas parcialmente.

2.2.3 Dinamarca: fluxos de ajuda

Conforme podemos depreender a ajuda dinamarquesa está grandemente focada no sector das Infra-estrutura e Serviços Sociais. Neste sector, a ajuda dinamarquesa é dirigida ao Governo e Sociedade Civil, assim como saúde reprodutiva e "geral". Dentro da Infra-estrutura e Serviços Sociais a maior parte da ajuda vai para as Comunicações e, em menor escala para Transportes e

Armazenamento. Nos Sectores de Produção a maior parte da ajuda foi para a Agricultura. A Dinamarca também concede quase 8% da sua ajuda como Apoio ao Orçamental Geral. Por último, é o único doador bilateral que concede ajuda especificamente para a Protecção Geral do Meio Ambiente.

Figura 14: Ajuda Dinamarquesa para Moçambique por sector e subsector (% do total da ajuda prestada pela Dinamarca para Moçambique 2005-2010, preços constantes)

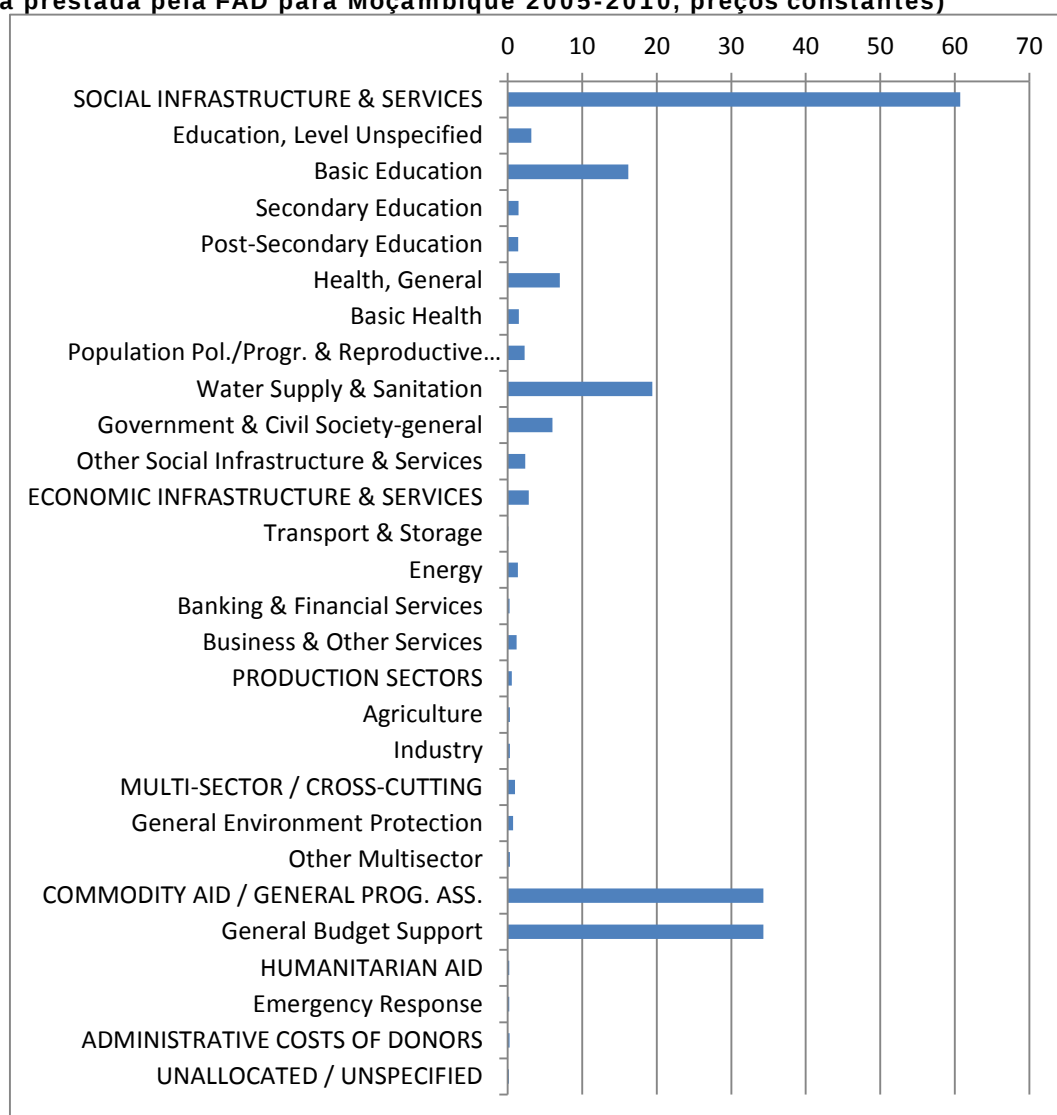


Tendo alocado ajuda à agricultura, saúde, infra-estruturas, governação e meio ambiente, a ajuda dinamarquesa a Moçambique foi em grande parte gasta de acordo com a sua política de ajuda para o país (Tabela 10). O único grande desvio entre a política da Dinamarca e a ajuda efectivamente prestada foi a pequena quantidade de ajuda que está a ser concedida à educação, sendo alistada como uma grande prioridade para Moçambique. Dito isto, dada a grande prioridade política atribuída à redução da pobreza e ao desenvolvimento económico, poderia se esperar mais para a agricultura (envolvendo a população rural pobre), mas a agricultura e a indústria juntos, recebem cerca de um quarto do total da ajuda. Enquanto a Dinamarca cumpre com os seus próprios objectivos políticos muito bem, o grau relativamente elevado de ajuda dedicada à governação / sociedade civil e ao meio ambiente correspondem muito pouco às preferências dos cidadãos ou Deputados no parlamento. As declaradas prioridades se ajustam melhor à opinião pública do que os reais fluxos da ajuda dinamarquesa.

2.2.4 Holanda: fluxos de ajuda

Olhando para a distribuição da ajuda holandesa, depreendemos que mais de 60% do total da AOD foram atribuídos ao sector das Infra-estrutura e Serviços Sociais. Dentro deste sector a maior parte foi dirigida para Abastecimento de Água e Saneamento, Educação Básica e Saúde Geral. Isso se encaixa muito bem com uma série das principais prioridades dos cidadãos e seus representantes. Ao contrário de um leque de doadores, a ajuda holandesa ao governo / sociedade civil continua a ser modesta e isso também se encaixa com as preferências da opinião pública locais (embora em menor grau com as prioridades do governo). Em paralelo, cerca de 35% da AOD holandesa foi concedida sob a forma de Apoio ao Orçamental Geral, certamente em conformidade com as políticas governamentais. Uma pequena parte da ajuda holandesa foi também concedida às Infra-estruturas e Serviços Económicos, com a Energia a receber a maior parte dentro deste sector.

Figura 15: Ajuda Holandesa para Moçambique por sector e subsector (% do total da ajuda prestada pela FAD para Moçambique 2005-2010, preços constantes)



O ajuste entre a alocação da ajuda holandesa e as declaradas prioridades políticas para Moçambique (Tabela 11) foi apenas parcial. Enquanto a segurança e o desenvolvimento seja uma prioridade alta é importante notar que é difícil definir a parte da ajuda holandesa que foi gasta na segurança. No entanto, é possível que esta prioridade tenha sido tratada pelo GdM através do AOG concedido pelos Países Baixos. O mesmo AOG, complementado pelos investimentos nos sectores económicos e de produção, é provável que tenha contribuído para a prioridade do crescimento económico, embora não necessariamente para o alívio da pobreza (especialmente rural) e o

desemprego que são tão importantes para o eleitorado. Os direitos e oportunidades para as mulheres e direitos a saúde sexual e reprodutiva (SRHR) são tratados através da ajuda holandesa à educação e à saúde. No entanto, a prioridade da sustentabilidade, clima e energia está dificilmente reflectida nos fluxos reais de ajuda para Moçambique.

2.2.5 Canadá: fluxos de ajuda

Quase 70% da ajuda do Canadá para Moçambique foi concedida a Infra-estruturas e Serviços Sociais, com maior parte da ajuda a ser alocada para a Educação Básica e Educação não Especificada e, Saúde Básica. Estas são todas as principais prioridades tanto para o parlamento como para os cidadãos. Os Sectores da Produção também receberam uma boa quantidade da ajuda, em particular a Agricultura. Por fim, o Canadá concedeu mais de 16% da sua ajuda como AOG.

Figura 16: Ajuda Canadiana FAD para Moçambique por sector e subsector (% do total da ajuda prestada pelo Canadá para Moçambique 2005-2010, preços constantes)



Tendo gasto a sua ajuda em AOG, saúde, educação, agricultura, abastecimento de água e governação, os fluxos da ajuda canadiana reflectem, em grande parte, às prioridades de ajuda da CIDA para Moçambique (Tabela 12: juventude, segurança alimentar, crescimento económico, especialmente agricultura). Elas também reflectem as preferências da opinião pública em Moçambique, ressaltando apenas que: há pouca evidência de atenção directa para as principais prioridades de alívio da pobreza, o problema da escassez de alimentos, ou o alívio do desemprego.

Conclusão: orçamento e fluxos de ajuda

Olhando para a alocação sectorial do orçamento nacional do GdM, notamos que o governo concentra o seu orçamento na educação, infra-estruturas, saúde e governação. No entanto, porque quase 40% do orçamento vai para 'outros' sectores não especificados, é difícil afirmar em que medida o GdM cumpre com as promessas feitas na sua política de desenvolvimento. Enquanto o governo faz cumprir com as suas políticas de visar as áreas de governação, educação e saúde, o sector agrícola (e, portanto, os pobres rurais e problemas de segurança alimentar) não recebem uma parte substancial do orçamento. O GdM aborda várias prioridades de desenvolvimento da opinião pública e do parlamento moçambicano, em particular: abastecimento de água, educação, saúde, transporte e infra-estruturas / estradas. No entanto, os principais problemas de desemprego, escassez de alimentos / fome e a pobreza / miséria não são especificamente abordados pelo orçamento. As secções B2 e B3 do relatório sobre a economia nacional acima, já chamaram atenção para os problemas do crescimento e do desenvolvimento desigual, uma situação que até agora tem servido de forma inadequada às necessidades dos pobres, especialmente nas áreas rurais. Isso é problemático dado que os moçambicanos claramente consideram estas questões como principais problemas para o desenvolvimento, bem como os seus representantes eleitos. O governo deve, sem dúvida, prestar mais atenção a estas questões, e o parlamento poderia afirmar-se neste respeito.

Examinando a alocação de ajuda dos maiores doadores de Moçambique, podemos em primeiro lugar, concluir que quase todos os doadores investem uma grande parte da sua AOD em Infra-estruturas e Serviços Sociais. No entanto, dentro deste sector os doadores têm uma variedade de prioridades (e não há nada de errado com uma divisão de trabalho, mas a coordenação e a coerência entre os doadores é reconhecida como sendo uma dificuldade contínua). A Holanda e o Canadá são os dois únicos doadores que gastam uma grande parte da sua ajuda na Educação. Os EUA concedem a maior parte da sua ajuda para a Saúde (reprodutiva). Este sector também recebe uma parte substancial da ajuda concedida pela Dinamarca, Holanda e Canadá. O Abastecimento de Água é considerado uma prioridade pela União Europeia, o FAD, os EUA, e pela Holanda. Por fim, a AID, assim como a Suécia e a Dinamarca, dirigem uma grande percentagem da sua ajuda ao Governo e Sociedade Civil.

A ajuda investida no sector social, juntamente com as equivalentes rubricas orçamentais do GdM e parcialmente alimentada pelo apoio ao OGE, aborda muitas das prioridades de desenvolvimento de Moçambique. A educação é uma prioridade tanto da opinião pública moçambicana e do GdM. Todos os três actores moçambicanos cujas preferências foram examinadas consideraram a Saúde e o Abastecimento de Água como sendo as principais prioridades. No entanto, conforme indicado na secção anterior, a ajuda que vai para o Governo e Sociedade Civil é priorizada em alta apenas pelo GdM. Esta área não é considerada uma prioridade (directa) pelo parlamento moçambicano nem pela opinião pública e conforme mencionado acima, a atenção à "boa governação" é central para as políticas de condicionalismo dos doadores e é, como tal, uma "importação". O facto de que o GdM partilha desta prioridade com os doadores, enquanto o parlamento e os cidadãos não, pode ter muito a ver com as conversas relativamente fechados que ocorrem entre o executivo e os doadores sobre os programas dos doadores e alocações do AOG. Acreditando que a melhoria da qualidade da governação melhora a realização concreta das prioridades políticas dos cidadãos, então os esforços destinados a melhorar a governação podem muito bem estar em consonância com as necessidades dos eleitores, mas esta é uma questão de verificação e prestação de contas ao parlamento. Existe um risco de os orçamentos para a "boa governação" ou "sociedade civil" se tornarem projectos de estimação de governo e dos doadores. Isso não precisa se verificar no caso de medidas sólidas para assegurar a articulação entre os objectivos das políticas e os resultados reais e, mecanismos robustos de "retro-informação" de prestação de contas. Apenas na medida em que uma melhor prestação de serviços pelo governo ajuda a aliviar a pobreza, a escassez de alimentos e o desemprego, assim como as dificuldades da prestação de serviços de saúde e educação, é que as prioridades do público moçambicano e do parlamento serão servidas neste aspecto. Os doadores e o governo todos precisam de parar e reflectir sobre este ponto.

Certamente, conforme revelado na secção E5 abaixo, que apresenta os dados recolhidos nas "audiências públicas" do projecto sobre a ajuda local e eficácia de desenvolvimento do governo, ainda existe espaço para melhorias neste aspecto. Os indicadores de desenvolvimento também indicam o mesmo.

As Infra-estruturas e Serviços Económicos recebem a maior parte da ajuda da AID e FAD. Todos os doadores multilaterais, assim como os EUA e a Suécia investem quantias substanciais nos Transportes e Armazenamento. Esta atenção para melhoria dos transportes é uma prioridade primária do parlamento moçambicano, bem como do governo. O FAD é o único doador que tem como alvo ajuda substancial para Energia. O GdM bem como a opinião pública consideram os Sectores de Produção, e mais especificamente a Agricultura, como uma prioridade para o desenvolvimento. As melhorias nesta área são tidas como contribuindo para a segurança alimentar no país. No entanto, a Agricultura recebe quantidades substanciais de ajuda apenas da AID, do FAD, Dinamarca e Canadá, e em geral, os montantes são modestos. Os doadores e o GdM poderiam fazer melhor pelo sector agrícola, um elemento crucial de qualquer processo de desenvolvimento bem sucedido.

O desemprego é considerado o problema número um do desenvolvimento pelo parlamento moçambicano e pela opinião pública. A promoção do emprego é também uma das prioridades políticas centrais do governo moçambicano (embora não em termos dos seus gastos reais). Os esforços dos doadores nas áreas da educação e nos sectores de produção podem muito bem contribuir para resolver este problema. No entanto, nem todos os doadores alocam ajuda a estes sectores e nenhum dos doadores definiu estes sectores como prioridade. Embora tal seja problemático, a maioria dos doadores concede uma grande parte da sua ajuda como AOG. Em teoria, este apoio poderá ser utilizado pelo GdM para tratar do desemprego. Contudo, mais uma vez, deve se indicar que apenas na medida em que o crescimento seja inclusivo e logre visar os pobres é que as políticas dos doadores e do governo estarão a abordar as principais prioridades dos cidadãos e da Assembleia da República. A melhor participação parlamentar na elaboração dos orçamentos nacionais e dos doadores pode ajudar, e mecanismos de responsabilização mais robustos poderão reforçar o círculo de 'retro-informação' entre as preferências dos cidadãos, orçamentos e resultados de desenvolvimento.

Vale a pena ressaltar que uma série de desembolsos reais de ajuda dos doadores, estão pouco de acordo com as prioridades de desenvolvimento definidas nas suas próprias políticas de ajuda para Moçambique (ver secção C e análise nesta secção, acima). Embora a UE definiu investir em infra-estruturas, agricultura e integração económica regional, estas áreas apenas receberam pequenas partes de ajuda da UE, sendo os transportes a excepção. Em vez disso, a UE gastou uma parte considerável da sua ajuda nos sectores sociais. No entanto, a UE fornece mais de metade da sua ajuda como AOG, e por isso é provável que algumas das prioridades da UE foram abordadas através da sua ajuda para o GdM. Os EUA e a Dinamarca deram apenas uma pequena parcela da sua ajuda à educação, embora ambos os países definiram este sector como uma prioridade. A Suécia concedeu uma percentagem justa da sua ajuda para as infra-estruturas e sectores de produção. No entanto, estes não estão definidos como prioridades na política sueca de ajuda para Moçambique. Por último, a prioridade de ajuda holandesa de sustentabilidade, clima e energia quase que não foi reflectida nos fluxos de ajuda reais para Moçambique.

Para resumir, os doadores e o governo são ambos de certa forma inconsistentes quando se trata do cumprimento dos seus prometidos objectivos políticos. Eles também são quase plenamente insensíveis às preferências dos cidadãos do país ou àquelas dos seus representantes parlamentares eleitos. Uma melhor pontuação neste aspecto poderia muito bem resultar num desenvolvimento mais inclusivo e mais efectivo. O envolvimento parlamentar, na qualidade de representantes dos cidadãos e na responsabilização tanto dos doadores como do governo para responder pelos resultados é um caminho a seguir.

Tabela 15: Resumo dos padrões de fluxo de ajuda

	Governo de Moçambique	AID	UE	FAD	EUA	Suécia	Dinamarca	Países baixos	Canadá
INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS									
Educação									
Saúde									
Abastecimento de Água e Saneamento									
Governo e Sociedade Civil									
INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS									
Transportes e Armazenamento									
Comunicações									
Negócios/Banca e Serviços Financeiros									
Energia									
SECTORES PRODUTIVOS									
Agricultura									
Indústria									
Ambiente									
Políticas Comerciais									
Assistência Alimentar									
APOIO AO ORÇAMENTO GERAL									
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA									

- Maior proporção concedida a este sector
- Apoio substancial concedido a este sector
- Pouco apoio concedido a este sector

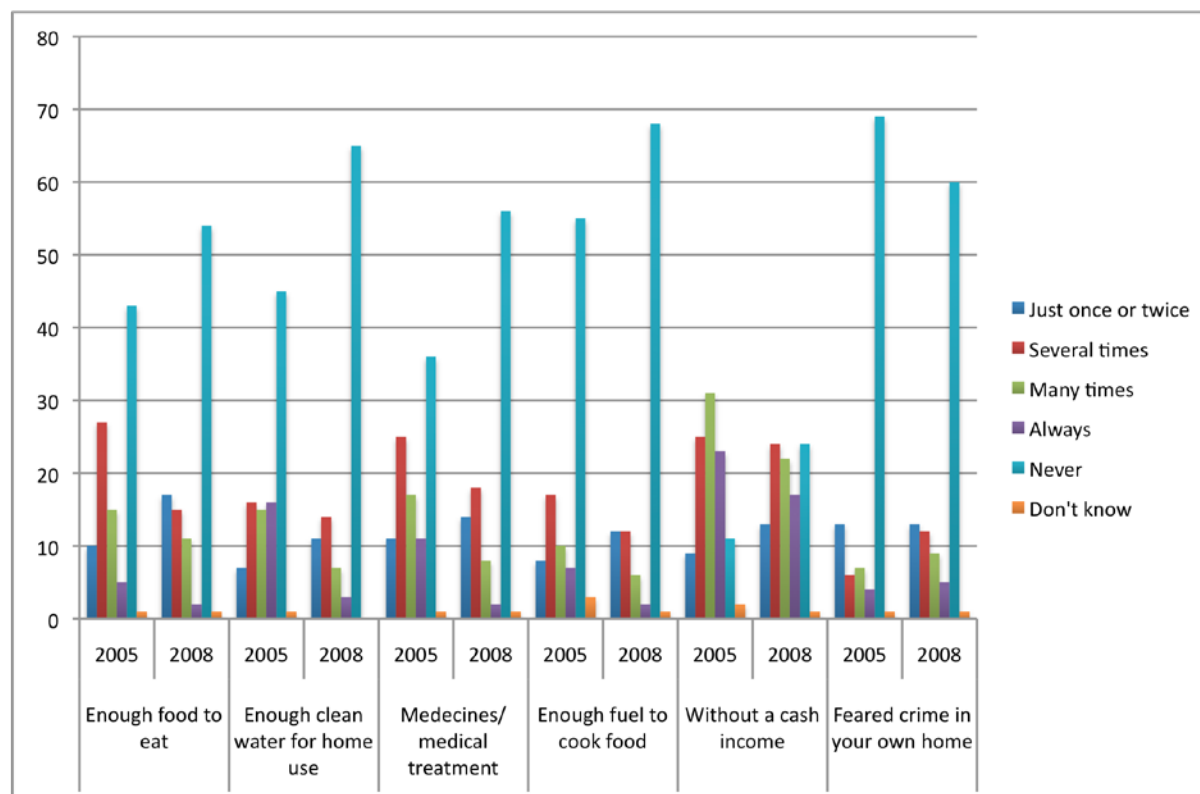
E. INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO

As secções anteriores analisaram e compararam as prioridades de desenvolvimento do governo moçambicano, do parlamento e da opinião pública, bem como dos principais doadores de Moçambique. Estas prioridades de políticas foram, então, justapostas sobre o financiamento real do desenvolvimento do GdM e dos doadores. O fim central da análise era de estabelecer a medida em que as prioridades políticas foram consistentes com os reais compromissos orçamentais, e em que medida as decisões políticas podem corresponder às necessidades e preferências do público moçambicano e os seus representantes na Assembleia da República. Esta secção examina os resultados: o progresso de Moçambique segundo analisado através de uma série de indicadores de desenvolvimento. Olhar para as realizações de desenvolvimento de Moçambique nos permite observar e avaliar até que ponto as políticas de desenvolvimento e os padrões da despesa dos doadores e do governo têm levado a melhorias reais no terreno. Os progressos serão medidos através dos ODM, indicadores do Banco Mundial, e o Índice de Desenvolvimento Humano. Por sua vez os resultados podem ser relacionadas com as prioridades de desenvolvimento do constituinte médio no país. Empregando as audiências públicas e dados de inquéritos parlamentares gerados pelo projecto juntamente com os dados da opinião pública da Afrobarometer, os indicadores do progresso do desenvolvimento podem ser analisados em relação às percepções populares e parlamentares e às avaliações do sucesso ou da sua falta. Na essência, como é que indicadores de desenvolvimento 'objectivos' se compararam com as percepções dos representantes parlamentares e seus constituintes?

1. Indicadores de pobreza da Afrobarometer

A Afrobarometer avalia de que forma e com que frequência os moçambicanos "vivem" a pobreza. A Figura 17 nos permite medir os progressos em várias consequências concretas da pobreza na vida dos moçambicanos adultos. A Afrobarometer pediu aos entrevistados para indicarem se tinham sofrido privação de necessidades básicas nos últimos doze meses, e com se frequência, se fosse o caso.

Figura 17: Tendência na Pobreza (percentagem dos respondentes que passaram sem necessidades básicas)



Fonte: Pesquisa Afrobarometer 2005 e 2008

Entre 2005 e 2008, em cada questão, um número maior de pessoas responderam "nunca" em todas as áreas, exceptuando para o crime. O número que respondeu "sempre" também diminuiu consideravelmente, uma vez mais o crime foi a excepção. Provavelmente o maior progresso foi feito nas áreas da saúde e água potável. No entanto, apesar das melhorias nas duas pesquisas, a imagem permanece não satisfatória. De forma alarmante, 28% de pessoas em 2008, continuou a apresentar vários episódios de privação de alimentos e no total, 45% experimentaram privação de alimentos, uma ou mais vezes. Em 2008 apenas 24% puderam dizer que eles *nunca* tinham estado sem renda em dinheiro, e para 63% da população este era um problema recorrente.

A imagem de progresso num contexto de contínuos desafios se encaixa com os dados fornecidos pelas Figuras 3, 4 e especialmente 5 acima: a opinião pública ainda considera o desemprego e a pobreza como o problema primordial no país. A avaliação popular dos esforços do seu governo para resolver o que os constituintes consideram ser os problemas de desenvolvimento mais urgentes é a "justa", na melhor das hipóteses. Além disso, as avaliações da opinião pública dos esforços do governo são mais baixos para os dois problemas mais urgentes identificados pelos constituintes: o desemprego e a pobreza/miséria. Quando perguntados por Afrobarometer para avaliar o desempenho do governo (e isso pode coincidir com os esforços dos doadores, tendo em vista que o AOG é também tendo em conta que os cidadãos nem sempre sabem se um projecto é de um doador estrangeiro ou não) para elevar os padrões de vida dos pobres, 40% acharam que o governo tinha tido um desempenho "mau" ou "muito mau". Apenas 7% acharam que o governo tinha tido um desempenho "muito bom", com cerca de 43% a responderem 'ligeiramente bom' (o restante foi "não sei"). Convidados a avaliar o sucesso do governo na criação de emprego, 52% responderam "mau/ligeiramente mau", 36% 'ligeiramente bom', e apenas 5% "muito bom".

Então a opinião pública percebe claramente que houve progresso em termos de desenvolvimento, mas os níveis de satisfação não são particularmente elevados e pouco menos de metade da população continua a sofrer de *fome* em algum momento ou outro, e uma proporção considerável, *com frequência*. Isso fornece o contexto para analisar os indicadores 'padrão' de desenvolvimento, que são publicamente disponíveis.

2. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas

De modo a analisar o desenvolvimento de Moçambique em termos dos indicadores de desenvolvimento mais importantes, a secção abaixo debate e forma breve o progresso do país sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, conforme reportado pelo escritório do PNUD em Moçambique.³⁷



OBJECTIVO 1: ERRADICAR A POBREZA EXTREMA E A FOME

De acordo com o último relatório de progresso nacional sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) produzido em 2010, A percentagem das pessoas vivendo abaixo da linha nacional da pobreza em Moçambique situou-se em 54,7%. Apesar de maus resultados obtidos entre 2003 e 2009, acredita-se que Moçambique ainda tem a possibilidade de atingir a meta do milénio de uma taxa de pobreza de 40%.

Para se atingir o objectivo, é necessário reduzir as taxas de pobreza nos próximos 5 anos em 14 pontos percentuais. Excluindo os ganhos potenciais na produtividade agrícola, a taxa da pobreza parece diminuir em cerca de 1% ao ano. Assim, a taxa deve atingir cerca de 48% até 2015. Se as actuais tendências na formação e criação de emprego continuarem, a meta nacional de 1 milhão de pessoas empregadas e/ou profissionalmente formadas em 2015, pode ser excedida em mais de 100%. O outro objectivo principal do ODM1 é reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome. Moçambique poderá atingir esta meta, mas o país enfrenta dificuldades: fraca coordenação de medidas contra a desnutrição crónica e um fracasso em alcançar as pessoas mais vulneráveis; baixa produtividade nas indústrias agrícolas, pecuárias e pesqueiras; altos preços dos alimentos; e transporte deficiente de alimentos básicos das regiões produtoras para os consumidores.

³⁷ <http://www.undp.org.mz/en/Media/Design/MDG/Millennium-Development-Goals-in-Mozambique>



OBJECTIVO 2: ALCANÇAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA UNIVERSAL

Atingir cem por cento de escolarização líquida no ensino primário até 2015 parece ser um objectivo potencial para Moçambique.

Em 2008, 81% das crianças na faixa etária de escolaridade primária (6-12 anos) estavam matriculadas. Isso significa que cerca de 19% desses grupos etários não estão a frequentar o ensino primário. A taxa de conclusão também aumentou tremendamente, assim, uma elevada proporção dos matriculados estão tanto a frequentar e concluir o ensino. As taxas de escolarização tendem a ser maiores na região Sul: na Cidade de Maputo (96%), Província de Maputo (95%), Gaza (91%) e Inhambane (91%), em comparação com as regiões centro e norte do país. Província de Tete apresenta a menor taxa de escolarização de qualquer região em 69%. Em 2008, as províncias da região sul também tiveram maiores taxas de conclusão, com a maior sendo para a capital Maputo Cidade (92,5%). Tete, na região central e Cabo Delgado, no norte apresentaram as mais baixas taxas de conclusão no EP1, 62,5% e 62,1 respectivamente. A riqueza foi, sem surpresas um factor que afecta as taxas de ingresso. Rapazes e raparigas provenientes de quintis superiores de riqueza tendem a ter maiores taxas de ingresso (95,2% para rapazes e 94,5% para raparigas) do que raparigas e rapazes dos quintis mais baixos (74,6% para rapazes e 69,9% para raparigas).

As dificuldades para o cumprimento das metas em 2015 são:

- O aumento do número de alunos no ensino primário não é sempre acompanhado por uma melhoria na qualidade da educação;
- A falta de salas de aula. Uma proporção significativa de crianças com 6 anos de idade não têm acesso à escola;
- As combinadas taxas de chumbo e abandono produzem um considerável desperdício;
- O rácio aluno/professor continua a ser elevado;
- Os resultados que foram alcançados na educação primária criam novos desafios para os níveis subsequentes - no ensino secundário geral e técnico-profissional;
- Não existe nenhuma lei que torna o ensino primário obrigatório;
- As tradições culturais nas zonas rurais não assumem a escolarização como importante.



OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DO GÉNERO E A AUTONOMIZAÇÃO DA MULHER

De acordo com a Meta 3, deve haver tantas raparigas como há rapazes nas escolas primárias moçambicanas em 2015, ou seja, a relação menina-menino deve ser 1. Segundo o relatório nacional de 2010 sobre os ODM, este objectivo será provavelmente atingido.

A relação menina-menino no primeiro nível do ensino primário aumentou em 11 anos (1997-2008) de 0,71 para 0,89 (MICS). A este ritmo, Moçambique irá atingir uma proporção de 0,97 até 2015, o que significa que, no primeiro nível do ensino primário haverá quase uma menina para cada menino. A taxa de analfabetismo feminina em Moçambique, embora ainda elevada, diminuiu no decurso do tempo. Em 2004, era de 66,2% e baixou para 56% em 2009. Embora seja um dos indicadores de género, não existe nenhuma meta nacionalmente definida para 2015. A percentagem de assentos ocupados por mulheres no Parlamento de Moçambique aumentou desde 1997. Era de 28% em 2003, 38,2% em 2008 e está nos 39,2% em 2010. A meta nacional deste indicador em 2015 é atingir a metade dos assentos para mulheres.

As principais dificuldades para o cumprimento do ODM 3 até 2015 são:

- Nas zonas rurais, alguns pais estão com medo de enviar suas filhas à escola onde os professores do sexo masculino dominam, devido ao receio do assédio sexual.
- Necessidade de enfoque especial na formação profissional para as mulheres, principalmente nas áreas com elevada empregabilidade, de modo que a escolarização seja valorizada pelas mulheres.
- As tradições culturais locais como os casamentos prematuros e baixa importância atribuída à educação para raparigas aumentam as taxas de não-ingresso ou abandono das raparigas.



OBJECTIVO 4: REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

Nas últimas décadas, o país testemunhou a uma redução contínua das taxas de mortalidade neonatal, infantil e infantil. No entanto, a velocidade desta diminuição reduziu recentemente. Moçambique tem o potencial para atingir os seus objectivos de 2015 para a mortalidade infantil (67/1, 000 nados vivos) e mortalidade de menores de cinco anos (108/1, 000 nados vivos).

A mortalidade infantil diminuiu de 143,7 / 1.000 nados vivos em 1997 (Censo de 1997) para 93/1.000 em nados vivos em 2008 (Censo de 2007). A Taxa da Mortalidade Infantil ou da Mortalidade de Menores de Cinco Anos caiu entre 1997 e 2003 de 245,3 para 154/1.000 nados vivos, e 138/1.000 nados vivos em 2008. A redução foi mais significativa nas zonas rurais do que nas áreas urbanas. Os programas de vacinação contribuíram muito para a redução, diminuindo a incidência de doenças preveníveis. Os dados do MICS de 2008 mostram alguns progressos na cobertura da vacinação contra as principais doenças preveníveis entre crianças de um ano de idade ou menos. As disparidades entre as áreas rurais e urbanas são evidentes: apenas 54,8% de crianças dos 12-23 meses de idade nas áreas rurais receberam todas as vacinas contra cerca de 74% das crianças que vivem em áreas urbanas. A malária, SIDA, pneumonia e diarreia foram as principais causas de mortes de crianças em Moçambique em 2008.

As recomendações para se atingir o ODM 4 são:

- Distribuição mais uniforme de recursos humanos qualificados para a saúde neonatal e infantil em todos os níveis.
- Maiores esforços para expandir a prevenção da malária (pulverização intra-domiciliar, distribuição de redes mosquiteiras, medicamentos anti-maláricos de uso rápido para bebés).
- Redução da mortalidade por desnutrição aguda ou crónica.
- Melhorar a nutrição em mulheres grávidas e crianças.
- Fortalecer a logística no sistema de saúde para a distribuição de medicamentos e equipamentos.
- Revitalização do Programa Agente Elementar Geral e outras iniciativas a nível comunitário para reforçar o envolvimento da comunidade nas actividades de saúde neonatal e infantil.
- Melhor advocacia para garantir a integração dos direitos da criança nas políticas e legislação.
- Sensibilização das comunidades/famílias sobre as práticas de bons para os cuidados filhos.



OBJECTIVO 5: MELHORAR A SAÚDE MATERNA

A taxa de mortalidade materna baixou gradualmente de 1000 mortes por 100.000 nascidos vivos no início da década de 90 para 500.1 óbitos por 100.000 nascidos vivos em 2007. A meta nacional para 2015 está definida em 250 mortes; isso pode ser difícil, mas há potencial para se alcançar.

Dados de rotina mostram que a Taxa de Mortalidade Materna intra-hospitalar por 100.000 nados vivos diminuiu substancialmente entre 2008 e 2009 de 196 para 149. No entanto, os dados da Avaliação Nacional das Necessidades de Saúde Materna e Neonatal em Moçambique mostram uma taxa de 473/100.000 nados-vivos. A diferença entre estas duas fontes de dados reflecte o facto de que persiste sub-notificação das mortes maternas no Sistema de Informação da Saúde. A cobertura em termos de consultas pré-natais realizadas pelo menos uma vez por ano aumentou de 71,4% para 84,5%, e para 92%, respectivamente (IDS 1997, IDS 2003 e MICS 2008). A meta nacional para este indicador é de 95%, e deverá ser cumprida. O uso de contraceptivos por mulheres casadas (ou mulheres que vivem numa de facto) aumentou de 6% em 1997 para 18,2% em 2003 e diminuiu ligeiramente para 16,2% em 2008. Esta redução corresponde à redução do uso de contraceptivos modernos, que diminuiu de 14,2% em 2003 para 12,2% em 2008.

As recomendações para se atingir o ODM5 incluem:

- Investir muito na formação básica de profissionais especializados em saúde materna, e na sua *disponibilidade* ao nível distrital (enfermeiros de saúde materna e infantil, técnicos e médicos de cirurgia);
- Formação e expansão contínua de emergência e cuidados obstétricos essenciais;
- Implementar a Estratégia de Planeamento da Familiar;

- Fortalecer a logística para garantir que os produtos para a saúde sexual e reprodutiva estejam no lugar certo na hora certa como um pilar fundamental para a prestação de cuidados de qualidade;
- A necessidade de priorizar a garantia de qualidade dos serviços através da formação e supervisão a todos os níveis;
- Tomar medidas para fortalecer o envolvimento da comunidade, especialmente com enfoque para a juventude e no envolvimento dos homens nos serviços de saúde reprodutiva;
- Reforço da informação, monitoria e sistemas de avaliação e da coordenação inter e intra-sectorial.



OBJECTIVO 6: COMBATE AO HIV/SIDA, MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

O HIV e SIDA é uma das grandes ameaças para o desenvolvimento em Moçambique. A incidência do HIV/SIDA entre os jovens e adultos (15 - 49 anos de idade) foi estimada em 11,5% entre 2008 e 2009. Em 1997, a taxa foi de 8,6%. Não existe uma meta nacional fixada para 2015.

Para alcançar as metas para 2015, o país deve:

- Concentre-se nos grupos de alto risco e pessoas em relações estáveis (um único parceiro);
- Promover e consolidar o uso consistente de contraceptivos femininos e masculinos;
- Elaborar estratégias de comunicação específicas para a mudança social e comportamental;
- Continuar a expansão do tratamento ARV de qualidade pediátrico e para adultos;
- Reduzir as desigualdades regionais de acesso a cuidados e tratamento do HIV;
- Promover a capacitação e formação institucional de profissionais de saúde na avaliação nutricional e sistemas de referência, bem como a criação de sistemas comunitários de distribuição e o sistema de monitoria da "cesta básica";
- Reforçar a orientação e aconselhamento, apoio nutricional/alimentar e monitoria do impacto das actividades levadas a cabo por organizações comunitárias de base;
- Reduzir o tempo entre o diagnóstico do HIV e o início da terapia ARV;
- Continuar a assegurar a implementação de um pacote pediátrico abrangente, que inclui apoio psicológico forte para a criança, apoio aos pais e pessoal de apoio e, acima de tudo, mobilizá-los para entrar para a terapia e cuidados;
- Fortalecer a capacidade do pessoal da unidade sanitária e da saúde comunitária sobre nutrição e HIV, particularmente a selecção de pacientes com base em medidas antropométricas, monitoria, acompanhamento e avaliação.

A malária é ainda uma das principais causas de morbilidade e mortalidade em Moçambique. Em 2009, 27% das mortes intra-hospitalares e 47% de todas as mortes foram associadas à malária. Existem oito metas definidas a nível nacional para prevenir a malária e as mortes por malária, até 2015. Prevê-se que a meta possa ser cumprida, mas o ambiente tem que melhorar. A ocorrência da malária por 10.000 crianças em Moçambique diminuiu de 134 em 2003 para 94 em 2009. A taxa de diminuição foi de 5 casos por ano, o que significa que a este ritmo, até 2015 o país terá ultrapassado a meta dos ODM de 80 casos por 10.000 crianças. Os grandes desafios para o programa de malária são a necessidade de reintroduzir outros métodos de controlo vectorial, tais como a aplicação de larvicidas e a confirmação laboratorial de todos os casos suspeitos de malária.

A tuberculose também constitui um grave problema de saúde pública em Moçambique. A meta de 2015 para esta doença é diminuir a prevalência de 298 a 149 casos por 100.000 habitantes e de reduzir a mortalidade de 36 para 18 óbitos por 100.000 habitantes. Mais da metade (66%) dos pacientes com TB são HIV positivos.

As recomendações para se atingir a meta de 2015 são:

- A expansão contínua da Estratégia de Tratamento em Observação Directa (DOTS) para a comunidade;
- A melhoria da capacidade de diagnóstico, aumentando e fortalecendo a rede de laboratórios;
- Melhorar as intervenções para lidar com a co-infecção TB/HIV em todos os níveis.



OBJECTIVO 7: GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Para os indicadores ambientais não existem metas definidas a nível nacional, mas durante os últimos anos, o país aumentou os seus investimentos em reflorestamento e criação de áreas protegidas. Em contraposição, o consumo de substâncias que destroem camada do ozono aumentou em Moçambique.

O acesso ao abastecimento de água potável aumentou de 37,3% em 1997 para 56,0% em 2009, enquanto a meta nacional para 2015 é de 70%. A proporção da população com acesso ao saneamento básico aumentou de 40% em 2003 para 45% em 2009, com a meta para 2015 fixada em 50%. Neste ritmo de melhoria, Moçambique provavelmente vai atingir as metas de 2015 para o acesso à água, bem como de saneamento. A taxa de consumo da água potável nas áreas urbanas em 2008 foi de aproximadamente 70%, representando um crescimento de cerca de 4% em relação a 2004. Nas áreas rurais, a taxa de consumo de água potável foi de cerca de 23% em 2004 e 30% em 2008, representando um aumento de 7% da taxa do consumo da água potável nas áreas rurais. A Cidade de Maputo possui a taxa mais alta de consumo de água potável, com 94,3%, enquanto a província da Zambézia (a segunda mais populosa) tem a taxa mais baixa (24%).

Para melhorar o desempenho do sector, tendo em vista o rápido alcance das metas do ODM, é necessário:

- Garantir o abastecimento sustentável de água e serviços de saneamento;
- Reforçar a coordenação e diálogo entre os ministérios, instituições, sociedade civil, sector privado e parceiros envolvidos nas actividades ambientais;
- Promover a adaptação às alterações climáticas, em particular nas zonas costeiras;
- Fortalecer a educação ambiental, comunicação e medidas concretas, especialmente nas comunidades;
- Promover instrumentos tais como a Avaliação Ambiental Estratégica, para que possa ser assegurada a sustentabilidade ambiental dos programas do sector;
- Definir procedimentos sistemáticos e uniformes para a colecta de dados ambientais;
- Fortalecer as actividades de treinamento para a polícia, oficiais aduaneiros e guarda fronteiras na monitoria e preservação dos recursos naturais;
- Educar os técnicos de refrigeração e climatização sobre alternativas para substâncias destruidoras do ozono e fazer um inventário nos sectores da refrigeração e ar condicionado, dos equipamentos que utilizam material destruidor do ozono que exige a destruição com recurso a tecnologias apropriadas;
- Equipar os centros regionais de reciclagem e recuperação de substâncias que destroem ozono e destinação apropriada de todo o equipamento que funciona com substância de clorofluorcarbonos (CFCs), tetracloro de carbono (CCI4) e halogenados;
- Uma campanha de consciencialização entre os importadores de brometo de metilo, de modo a bani-las com sucesso até 2015;
- Disponibilizar os equipamentos capazes de detectar substâncias que respeitem o ambiente, tais como R-410a, R-407C, R-507, R-600a e R-290, entre outros;
- Proporcionar uma melhor formação para a polícia das fronteiras e funcionários aduaneiros para a inspecção e conservação dos recursos naturais;
- Promover o debate público e conversas com os cidadãos sobre as questões ambientais;
- Melhorar a fiscalização da importação e utilização de substâncias prejudiciais ao ambiente e banidas;
- Recolher e destruir as substâncias prejudiciais ao ambiente e proibidas nas reservas nacionais.



OBJECTIVO 8: DESENVOLVER UMA PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Moçambique continua a ser um beneficiário da assistência externo ao desenvolvimento para o financiamento da despesa pública, tal como preconizado pelo PARPA para o alcance dos ODM. Para tal, o Estado destinou recursos de receitas internas, doações da ajuda externa e do crédito externo concessionário.

Com o progresso registrado na arrecadação de receitas fiscais internas, o uso de fontes externas para a execução do orçamento diminuiu de uma média de 50% nos últimos anos para 49,7%, 45,7%, 43,9% e 45,4% para 2006, 2007, 2008 e 2009, respectivamente. No entanto, mais de 50% das despesas de investimento continua a ser garantida pela ajuda externa. Os progressos alcançados na arrecadação de receitas internas resultaram num compromisso para aplicar um maior dinamismo, eficiência e eficácia na cobrança de impostos, particularmente garantir um crescimento anual de fontes de receitas internas de aproximadamente 0,5% do PIB durante o período de 2005-2014.

As recomendações para se atingir o ODM 8 incluem:

- Melhorar a eficácia, transparência e previsibilidade dos desembolsos de AOD, alinhando a assistência dos doadores com as prioridades do Governo e, especialmente, dos cidadãos e, a harmonização e melhoria da planificação, orçamentação e revisão do PES e ciclos de responsabilização mútua no espírito da Declaração de Paris;
- Aumentar o apoio aos sectores produtivos da economia para atenuar os constrangimentos do lado da oferta (por exemplo, fraca capacidade de produção, má qualidade de infra-estruturas, alto custo de transportes, prestação não confiável dos serviços de utilidade pública, etc.) que dificultam a competitividade do comércio;
- Assegurar o fortalecimento da análise técnica e capacidade de negociação em relação às questões comerciais regionais e internacionais;
- Certificar-se do cancelamento da dívida total em negociações bilaterais e multilaterais;
- Desenvolvimento de um sistema de aquisição, disseminação e comunicação de conhecimento científico e técnico focado na aquisição de novas tecnologias de informação e comunicação, com o objectivo de alcançar as metas do governo para melhorar os serviços e infra-estrutura e a introdução de novos serviços para os interessados.
- Realizar o potencial em termos de consumo de energia da emergente indústria de gás natural;
- Avaliar os custos e benefícios e da viabilidade económica e social dos projectos de desenvolvimento em grande escala;
- Uso eficaz do sistema de propriedade intelectual.

A tabela abaixo dá uma visão geral do progresso de Moçambique sobre os ODM de acordo com os do Banco Mundial.

Tabela 16: Desempenho de Moçambique sobre os Indicadores de Desenvolvimento do Mundo por ODM (1990-2009)

	1990	1995	2000	2009
Objectivo 1: Erradicar a pobreza e a fome				
Rácio entre emprego e população, 15+, total (%)	80	79	79	78
Rácio entre emprego e população, idades 15-24, total (%)	67	68	67	66
Parte da renda detida pelos 20% mais baixos	..	5.7	..	..
Prevalência da má nutrição, peso para a idade (% de crianças abaixo dos 5 anos)	..	28.1	..	..
Fosso da pobreza a \$1,25 ao dia (PPP) (%)	..	42	..	..
Rácio da contagem da pobreza a \$1.25 a dia (PPP) (% da população)	..	81	..	..
Prevalência da subnutrição (% da população)	59	48	46	38
Emprego vulnerável, total (% da população total)	..	..	..	..
Objectivo 2: Atingir a educação primária universal				
Taxa de alfabetização, raparigas jovens (% de raparigas - idade 15-24)	..	..	..	62
Taxa de alfabetização, rapazes jovens (% de rapazes - idade 15-24)	..	..	..	78
Persistência até ao último grau do ensino primário, total (% do cohort)	..	..	32	44
Taxa de conclusão do ensino primário, total (% do grupo etário relevante)	26	26	16	59
Total de ingressos, ensino primário (% líquido)	44	44	56	80
Objectivo 3: Promover a igualdade do género e autonomização da mulher				
Proporção dos assentos detidos por mulheres nos parlamentos nacionais (%)	16	25	30	35
Rácio feminino para masculinos de ingresso ao ensino primário (%)	75	72	75	88
Rácio feminino para masculinos de ingresso ao secundário (%)	57	61	63	75
Rácio feminino para masculinos de ingresso ao terciário (%)	32	28	..	..
Proporção de mulheres empregadas nos sectores não agrícolas (% do total)	11.4	..	..	..

Objectivo 4: Redução da mortalidade infantil				
Imunização, sarampo (% de crianças - idade 12-23 meses)	59	71	71	77
Taxa de mortalidade, infantil (por 1.000 nados vivos)	155	139	123	96
Taxa de mortalidade, abaixo-5 (por 1.000)	232	207	183	142
Objectivo 5: Melhorar a saúde materna				
Taxa de fertilidade adolescente (nascimentos por 1.000 mulheres, idade 15-19)	..	..	147	146
Nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado (% do total)	..	44	..	55
Prevalência de contraceptivos (% de mulheres, idades 15-49)	..	6	..	16
Rácio de mortalidade materna (estimativa modelada, por 100.000 nados vivos)	1,000	890	780	550
Mulheres grávidas que recebem cuidados pré-natais (%)	..	71	76	89
Necessidades de contraceptivos não satisfeitas (% de mulheres casadas, idades 15-49)	..	23	..	..
Objectivo 6: Combate ao HIV/SIDA, malária, e outras doenças				
Crianças com febre que recebem medicamentos anti malárico (% de crianças <5 com febre)	..	..	..	37
Uso de preservativo, idade populacional 15-24, feminina (% de mulheres, idades 15-24)	..	2	..	..
Uso de preservativo, idade populacional 15-24, masculino (% de homens, idades 15-24)	..	11	..	..
Incidência de tuberculose (por 100.000 pessoas)	180	260	380	420
Prevalência do HIV, mulheres (% idade 15-24)	..	..	..	8.5
Prevalência do HIV, homens (% idade 15-24)	..	..	..	3
Prevalência do HIV, total (% da população, idade 15-49)	1.4	4.5	9.5	12.5
Taxa de detecção de casos de tuberculose (todas as formas)	65	43	31	42
Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental				
Emissões de CO2 (kg por PPP \$ do PIB)	0.3	0.2	0.2	0.2
Emissões de CO2 (tons métricas por capita)	0.1	0.1	0.1	0.1
Área florestal (% da área terrestre)	25	25	25	24
Melhoria de meios de saneamento (% da população com acesso)	11	12	14	17
Fontes de água melhoradas (% da população com acesso)	36	38	42	47
Área marinhas protegidas (% do total da área de superfície)	..	..	..	4
Área terrestres protegidas (% do total da área de superfície)	..	..	..	15.7
Objectivo 8: Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento				
Serviço da dívida (PPG e FMI apenas, % das exportações, excluindo remittências dos trabalhadores)	17	33	2	2
Utilizadores da Internet (por 100 pessoas)	0.0	0.0	0.1	1.6
Assinantes de telemóveis (por 100 pessoas)	0	0	0	20
AOD bruta recebida por capita (corrente US\$)	74	67	50	89
Linhas telefónicas (por 100 pessoas)	0	0	0	0
Outros				
Taxa de fertilidade, total (nascimentos por mulher)	6.2	6.0	5.7	5.1
RNB por capita, método Atlas (correntes US\$)	170	130	230	440
RNB, método Atlas (correntes US\$) (bilhões)	2.3	2.1	4.2	10.0
Formação bruta de capital (% do PIB)	22.1	27.0	31.0	21.0
Esperança de vida à nascença, total (anos)	43	46	48	48
Taxa de alfabetização, total de adultos (% de pessoas, idade 15 acima)	..	39	..	54
População, total (milhões)	13.5	15.9	18.2	22.9
Comércio (% do PIB)	44.2	56.6	53.5	68.9

3. Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial³⁸

A Tabela 17 abaixo apresenta um resumo esquemático de uma série de do mundo indicadores oficiais de desenvolvimento do Banco Mundial para o desenvolvimento social e crescimento económico de 2000-2010. A população de Moçambique cresceu a uma percentagem anual de 2,4 por cento. Apesar de RNB per capita ter aumentado ao longo dos anos, em 2008 54% das pessoas ainda viviam na ou abaixo da linha de pobreza nacional. Moçambique aumentou a esperança de vida (por apenas dois anos) para chegar aos 49 em 2009. A mortalidade infantil também diminuiu. No entanto, a prevalência do HIV aumentou de 8,6% em 2000 para 11,5% em 2009. Moçambique registou um crescimento económico elevado com o PIB a atingir os 9,59 biliões dólares americanos em 2010 em comparação com 4,25 biliões dólares americanos em 2000. Ao longo dos anos, o comércio tornou-se mais importante para a economia nacional do país. Durante a última década, as condições de negócios também melhoraram rapidamente. Os ingressos de IDE, as remessas e a AOD, em conjunto aumentaram consideravelmente entre 2000 e 2010. O principal desafio continua a ser um crescimento mais inclusivo e levar o sucesso para as comunidades rurais.

Tabela 17: Desempenho de Moçambique sobre os indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial (2000-2010)

Visão global	2000	2005	2008	2009	2010
População, total (milhões)	18.20	20.77	22.33	22.86	23.39
Crescimento populacional (% anual)	2.6	2.6	2.4	2.3	2.3
Área de superfície (km2) (milhares)	799.4	799.4	799.4	799.4	799.4
Rácio da pobreza em relação à linha da pobreza nacional (% de população)	..	..	54.7	..	..
RNB, método Atlas (correntes US\$) (biliões)	4.20	6.11	8.57	9.98	10.34
RNB por capita, método Atlas (correntes US\$)	230	290	380	440	440
RNB, PPP (corrente internacional \$) (biliões)	7.72	13.15	17.62	20.20	21.65
RNB per capita, PPP (corrente internacional \$)	420	630	790	880	930

Pessoas	2000	2005	2008	2009	2010
Parte da renda detida pelos 20% mais baixos 20%	..	..	5.2	..	..
Esperança de vida à nascença, total (anos)	47	48	49	49	..
Taxa de fertilidade, total (nascimentos por mulher)	5.7	5.3	5.1	5.0	..
Taxa de fertilidade adolescente (nascimentos por 1.000 mulheres, idade 15-19)	153	160	144	139	..
Prevalência de contraceptivos (% de mulheres, idades 15-49)	..	..	16	..	..
Nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado (% do total)	..	..	55	..	..
Taxa de mortalidade, abaixo-5 (por 1.000)	177	158	144	140	135
Imunização, sarampo (% de crianças - idade 12-23 meses)	71	75	71	67	70
Taxa de conclusão do ensino primário, total (% do grupo etário relevante)	16	42	59	56	61
Rácio de raparigas em relação a rapazes no ensino primário e secundário (%)	75	83	87	88	89
Prevalência do HIV, total (% da população idades 15-49)	8.6	11.2	11.4	11.5	..

Meio Ambiente	2000	2005	2008	2009	2010
Área florestal (km2) (milhares)	411.9	400.8	..	..	390.2
Terra agrícola (% da área terrestre)	61.2	62.0	62.4	62.7	..
Recolha anual de água potável, total (% de recursos internos)	0.7	..	..	0.3	..
Fontes de água melhoradas (% da população com acesso)	42	45	47	..	..
Facilidades de saneamento melhoradas (% da população com acesso)	14	15	17	..	..
Uso de Energia (kg de combustível equivalente por capita)	394	409	420	427	..

³⁸ http://ddp-ext.worldbank.org/ext/ddpreports/ViewSharedReport?&CF=&REPORT_ID=9147&REQUEST_TYPE=VIEWADVANCED

Emissões de CO2 (toneladas métricas por capita)	0.1	0.1	0.1	..	..
Consumo de energia eléctrica (kWh por capita)	122	445	462	453	..

Economia	2000	2005	2008	2009	2010
PIB (correntes US\$) (biliões)	4.25	6.58	9.89	9.79	9.59
PIB - crescimento (% anual)	1.1	8.4	6.8	6.4	7.2
Inflação, deflacionador de PIB (% anual)	12.0	8.8	8.4	5.3	12.7
Agricultura, valor acrescentado (% do PIB)	24	27	30	31	32
Indústria, valor acrescentado (% do PIB)	25	25	24	24	23
Serviços, etc., valor acrescentado (% do PIB)	51	48	46	45	45
Exportação de bens e serviços (% do PIB)	16	32	32	25	25
Importação de bens e serviços (% do PIB)	37	44	46	43	43
Formação bruta de capital (% do PIB)	31	19	16	20	24
Estados e mercados	2000	2005	2008	2009	2010
Tempo necessário para iniciar um negócio (dias)	..	153	26	26	13
Despesas militares (% do PIB)	1.3	0.9	0.8	0.9	..
Assinantes de telemóveis (por 100 pessoas)	0	7	20	26	31
Utilizadores da Internet (por 100 pessoas)	0.1	0.9	1.6	2.7	4.2
Estradas, pavimentadas (% do total de estradas)	19	..	21	..	..
Exportação de alta tecnologia (% de exportações manufacturadas)	9	8	4	10	1

Ligações globais	2000	2005	2008	2009	2010
Comércio de mercadorias (% do PIB)	35.8	63.7	67.3	60.4	80.3
Termos de permuta líquida do índice de comércio (2000 = 100)	100	106	109	96	108
Choques externos da dívida, total (DOD, corrente US\$) (milhões)	7,205	4,153	3,392	4,046	4,124
Total do serviço da dívida (% de exportações de bens, serviços e renda)	12.5	3.6	1.1	1.6	2.9
Migração bruta (milhares)	75	-20	..	..	-20
Remitências e compensação do empregador (corrente US\$) (milhões)	37	57	116	111	132
IDE, fluxos líquidos (BoP, corrente US\$) (milhões)	139	108	592	881	789
AOD líquida e ajuda oficial recebida (corrente US\$) (milhões)	906	1,297	1,996	2,013	..

4. Índice do Desenvolvimento Humano³⁹

Desde 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) forneceu dados sobre o de crescimento económico e renda dos países em desenvolvimento, assim como indicadores de desenvolvimento mais 'centrados no homem', tais como saúde e educação. Estes indicadores fornecem uma visão aproximada do desenvolvimento de um país. Os dados indicam que Moçambique ocupa o número 184 de 187 países segundo a medida mais ampla do índice. Isso coloca Moçambique muito abaixo da média da África Sub-Sahariana, embora desde 1995, o país escalou mais alto se (ainda) não o suficiente para diminuir o fosso com o resto da África ou do mundo. Em termos dos principais indicadores do IDH, Moçambique tem um pior desempenho na educação e um pouco melhor na saúde. No entanto, em todos os indicadores Moçambique regista uma má classificação.

³⁹ <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/MOZ.html>

Tabela 18: Perfil de Moçambique no IDH

Variável	Indicador	Classificação de Moçambique
IDH	Classificação	184
Saúde	Esperança de Vida a Nascimento (anos)	50,2
Educação	Índice da Educação (Anos de escolaridade esperados e médios)	0,222
Renda	PNB Por Capita em Termos PPP (constante Internacional 2005 \$)	898
Desigualdade	Desigualdade Ajustada IDH	0,229
Pobreza	Índice de Pobreza Multidimensional (%)	0,512
Género	Índice Desigualdade do Género	0,602
Sustentabilidade	Poupanças líquidas ajustadas (% da RNB)	2,0
Demografia	Total da população de ambos sexos (milhares)	23.929,7

Figure 18: Índice do Desenvolvimento Humano: Tendência 1990 - presente

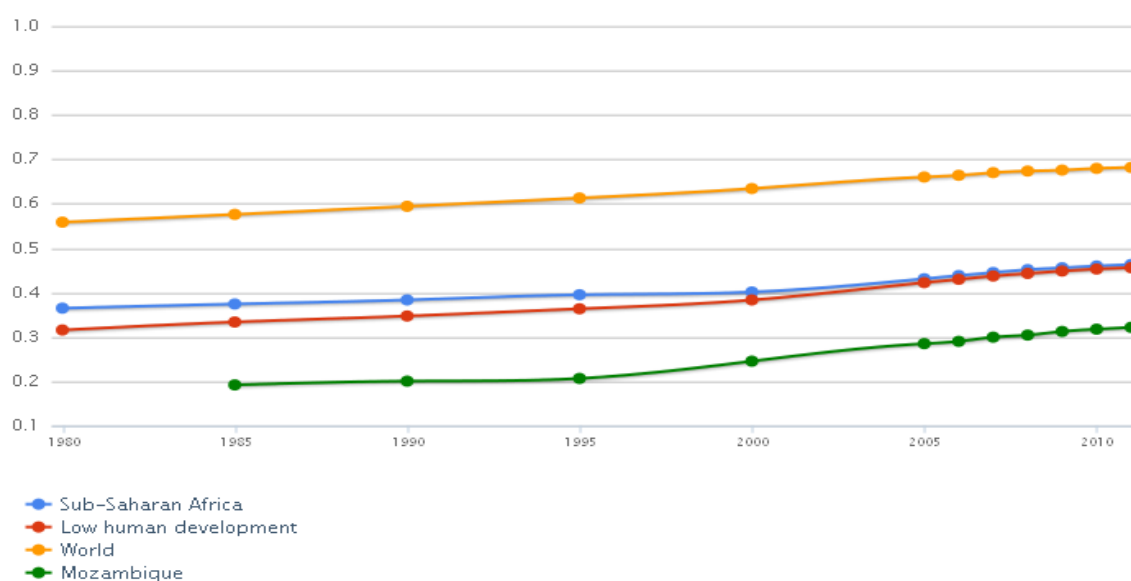
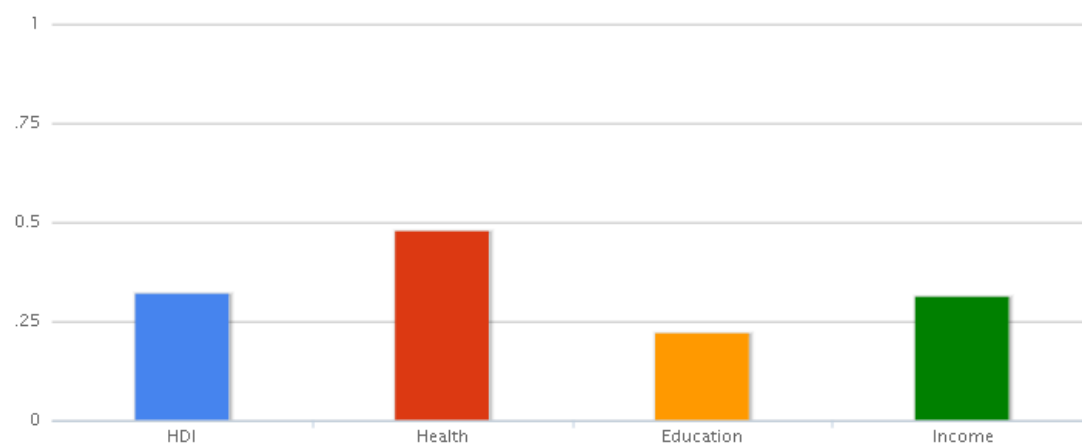


Figure 19: Índice do Desenvolvimento Humano: Saúde, Educação e Rendimento



5. Audiências Públicas em Moçambique

Em Outubro de 2011, o Projecto de Supervisão Parlamentar da AOD e a Assembleia da República, juntos organizam audiências públicas ou consultas do eleitorado nos municípios da Mocimboa da Praia, em Cabo Delgado, Mocuba na província da Zambézia, e Chokwe na província de Gaza, representando as regiões norte, centro e sul, respectivamente. Estas consultas recolheram dados sobre as percepções dos cidadãos nas comunidades locais sobre a eficácia dos feitos concretos da ajuda/governo em determinados sectores. Este exercício constitui uma parte integrante do 'circuito de retro informação' entre os cidadãos/Parlamento e doador/ governos receptores, que este projecto pretende construir e melhorar e, o parlamento manifestou o desejo de adoptar tais exercícios no futuro como parte da sua função de prestação de contas. Para além dos residentes locais os participantes das reuniões foram: Deputados do Parlamento, membros das Assembleias Provinciais, membros das Assembleias Municipais, membros dos Conselhos Municipais, Pessoal Técnico das Secretarias Municipal das Assembleias Municipais, membros da Sociedade Civil e membros dos Conselhos Consultivos dos Municípios. O principal objectivo das audiências públicas era de recolher informações junto dos cidadãos locais sobre o uso dos recursos da ajuda nos seus círculos eleitorais e compreender em que medida as prioridades dos doadores se relacionam com as necessidades e interesses dos cidadãos. O Parlamento, em articulação com as instâncias governamentais locais, seleccionou três projectos separados financiados pelos doadores, para avaliação.

- (1) O abastecimento de água no município de Mocimboa da Praia;
- (3) Saneamento na cidade de Chókwè, e
- (2) Educação e saúde no Município de Mocuba.

Nas audiências públicas, foi avaliada a qualidade dos serviços municipais prestados pelos doadores e pelo governo, segundo o grau de satisfação dos residentes locais com estes serviços, medida pela abordagem de monitoria e avaliação do Cartão de Pontuação Comunitária. O cartão de pontuação media percepções através de uma série de indicadores: sobre a qualidade de e satisfação com facilidades, transparência/consulta na fase de planificação, e o desempenho geral do provedor de serviços. O objectivo era identificar os defeitos e omissões tanto nos serviços e facilidades de prestação de modo a melhorar o processo no futuro. As classificações variaram de 1 = mau, 2 = satisfatório e 3 = bom. Os membros da comunidade que participaram nas audiências públicas foram colocados em dois grupos, homens e mulheres. Os grupos foram divididos, em primeiro lugar, para evitar que as mulheres divergissem com os homens da comunidade, e em segundo lugar, para observar as diferenças de género nos resultados que podiam surgir. Embora a avaliação destes três projectos não nos permite fazer afirmações sobre a eficácia da ajuda, em geral, ela dá-nos importantes sinais sobre as percepções reais dos projectos de ajuda entre o público.

1. Município de Mocimboa da Praia

O Município de Mocimboa da Praia está localizado na província nortenha de Cabo Delgado. O município fica a uma distância de cerca de 500 km da cidade de Pemba, capital provincial de Cabo Delgado. Tem uma população de aproximadamente 50.000 habitantes distribuídos numa área de 24 km². As principais actividades económicas do município são o comércio, pesca e agricultura. O sistema de abastecimento de água no município remonta ao período colonial e foi originalmente concebido para servir cerca de um décimo da população actual. A infra-estrutura e capacidade de abastecimento de água é insuficiente para atender a população cada vez maior e o crescimento da economia local.

O primeiro esforço pós-independência para melhorar o sistema de abastecimento de água foi o programa municipal de Água e Saneamento (Água - SAN), financiado de 2002 até 2004 pela Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC). O programa incluiu: (a) substituição da tubagem de transporte de água do rio para o centro da cidade, (b) reparação e ampliação da rede de distribuição de água, (c) instalação de 11 fontanários, (d) renovação do prédio da administração dos serviços municipais de água. Um outro projecto do Governo de Moçambique (2009 a 2011) incluiu: (a) construção de uma pequena represa para reter água para as épocas de seca, (b) construção de 8 fontanários públicos (c) selagem de tanques plásticos de armazenamento no bairro de Pamunda (d) aquisição e instalação de bombas.

A implementação destes projectos até agora alcançou o seguinte: (a) um aumento no abastecimento de água de duas horas por dia (06:00 - 08:00) para cinco horas por dia (6:00-10:00 e 16: 00 - 17:00), (b) uma rede de abastecimento de água ampliada no distrito para cobrir 9 dos 10 actuais bairros. Os dados recolhidos indicam que o actual sistema de abastecimento de

água, incluindo, canalização, fontanários e poços descobertos, cobre cerca de 23% da população local.

Setenta e quatro residentes locais participaram da audiência pública e foram divididos em dois grupos de 43 homens e 31 mulheres. A Tabela 1 abaixo resume os resultados da avaliação feita pelos grupos de trabalho. O acesso à água melhorou consideravelmente depois da reabilitação do sistema de abastecimento e da abertura de fontes públicas, com apoio técnico e financeiro da Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação. A distância para as fontes de água foi reduzida em média, por 1 km (o município tem um raio de 12 km). Assim, a maioria dos participantes considerou que o acesso à água é agora satisfatório. A cobertura da rede foi assim considerada satisfatória, assim como foi melhorada a disponibilidade durante o dia. No entanto, a qualidade da água foi criticada e foi avaliado como o mais baixo de todos os aspectos do projecto (má). O projecto não tinha incluído nenhuma instalação de tratamento de água e água do rio estava a ser utilizada directamente pelos habitantes. A presença de impurezas é uma ameaça à saúde pública. Em suma, foi observada uma muito melhor cobertura e serviço, embora ainda limitada, mas a qualidade da água é muito pobre. Este resultado se encaixa com a evidência de outros países neste projecto: os projectos de ajuda proporcionam importantes melhorias mas eram incompletas ou mal coordenadas com outros sectores.

Tabela 19: Avaliação só Abastecimento de Agua de Acordo com os Grupos de Trabalho no Município de Mocímboa da Praia

#	Elementos de Avaliação	MAU			SATISFATÓRIO			BOM		
		H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL
1	Acesso à água (distancia para a fonte)	6	1	7	35	12	47	0	5	5
2	Cobertura do abastecimento de água	0	3	3	41	15	56	0	0	0
3	Disponibilidade de agua por dia	0	0	0	41	18	59	0	0	0
4	Preço da água	0	0	0	18	0	18	23	10	33
5	Pressão / volume da água fornecida	1	4	5	40	12	52	0	2	2
6	Qualidade da água fornecida	41	17	58	0	1	1	0	0	0
7	Participação na elaboração dos projectos	0	1	1	0	1	1	41	16	57
8	Participação na implementação	0	18	18	41	0	41	0	0	0
9	Manutenção	0	18	18	41	0	41	0	0	0
10	Satisfação com os serviços de água	0	0	0	41	18	59	0	0	0

Fonte: Compilado com base em dados do campo

Com o crescimento do município de Mocímboa da Praia, em termos de actividade económica, particularmente no comércio, pesca e agricultura, bem como a extensão da rede escolar e os níveis de ensino, a população tende a aumentar e também a tornar-se mais exigente. O município compensa entre a cobertura do abastecimento de água em relação a disponibilidade durante o dia, eventualmente, 24 horas por dia. O segundo desafio é o estabelecimento e a implementação de normas de qualidade mínima de água para consumo e, portanto, a construção de uma instalação de tratamento de água.

2. Município de Chókwè

O município de Chókwè fica localizado na província de Gaza, na região Sul de Moçambique, cerca de 200 km da capital, Maputo. Tem uma população de cerca de 56,000 habitantes em uma área de 200 km². As principais actividades económicas são a agricultura e o comércio. A audiência pública ocorreu a 18 de Outubro de 2011 e envolveu cinquenta residentes, funcionários, membros da Assembleia Municipal e do Município de Chókwè, e membros da sociedade civil. A avaliação incidiu sobre saneamento, incluindo a gestão de resíduos sólidos, abastecimento de água e sistema de esgoto / drenagem.

Quando o município foi criado em 1997, o sistema de água estava obsoleto e apenas podia fornecer água a 15% da população. Anos mais tarde, o Fundo Patrimonial de Abastecimento de Água (FIPAG) assumiu o sistema municipal de abastecimento de água, renovado e aumentado a

sua capacidade de oferta. A cobertura da rede aumentou progressivamente de 15% a 33% e, em seguida, para cerca de 93% do município até 2011. Hoje, o sistema é composto por 50 fontanários e 8.133 ligações domésticas. A água é fornecida 24 horas por dia.

Em 2010, com a assistência para o desenvolvimento proveniente da Finlândia, foram construídos 33 blocos de latrinas melhoradas em 14 escolas primárias juntamente com 4 sanitários públicos, um receptáculo, contentores de lixo e material de protecção para os trabalhadores municipais de saneamento. Isso constituiu um investimento de cerca de 17.394.000,00 MT (cerca de US \$ 600.000,00). A Tabela 20 indica um bom nível geral de satisfação com os serviços de abastecimento de água (quantidade, qualidade e cobertura), e uma satisfação razoável com o sistema de saneamento. No entanto, existe alguma preocupação em relação à gestão dos resíduos sólidos. A recolha de lixo só é realizada nos bairros Primeiro e Segundo. O local de despejo não está vedado. Nos dias de chuva cria-se fugas de lixo e ventos fortes levantam o lixo para fora do local.

Tabela 20: Avaliação do Saneamento de Acordo com os grupos de trabalho no Município de Chókwè

#	Elementos de Avaliação	MAU	SATISFATÓRIO	BOM	TOTAL
1	Cobertura dos serviços de recolha e tratamento de resíduos	0	31	8	39
2	Depósito de resíduos	0	27	0	27
3	Qualidade dos serviços de gestão de resíduos	21	9	5	35
4	Material e equipamento usado na limpeza	2	34	0	36
5	Custo do serviço de gestão de resíduos sólidos	0	19	0	19
6	Educação / campanhas educativas sobre gestão de resíduos sólidos	0	33	0	33
7	Cobertura do fornecimento de água	0		33	33
8	Qualidade da água	1	0	34	35
9	Drenagem	9	16	0	25
10	Sanitários / latrinas públicos	0	40	0	40
11	Comunicação / educação sobre saneamento	1	34	0	35
12	Manutenção dos meios de saneamento	0	34	0	34
13	Participação	0	10	22	32
14	Satisfação geral	0	38	0	38

Fonte: Compilado com base em dados do campo

Os residentes também relataram a drenagem como sendo um problema: "*Chokwe tem um problema sério de ma drenagem das águas que não consegue canalizar um rápido fluxo de água quando as chuvas são intensas. Nos distritos pavimentadas a situação é satisfatória, mas nas áreas circundantes é muito ma. Em dois distritos não existe sistema de drenagem ao longo da estrada.*" Chókwè se situa numa planície baixa, com níveis freáticos elevados susceptível a inundações. É necessária uma abordagem abrangente ao saneamento e à gestão de resíduos e esse é um desafio para Chokwe. O município está a fazer progressos significativos na prestação de saneamento básico numa área com características geográficas adversas. No entanto, o aumento da extensão da cobertura e da qualidade do serviço de gestão de resíduos sólidos é um desafio que requer a mobilização de recursos adicionais. O sistema de drenagem requer melhorias em algumas áreas periféricas do município e seu desenho e construção em muitas outras. Poderá ser necessária uma coordenação de ajuda entre os doadores e o governo.

3. Município de Mocuba

O município de Mocuba está localizado na província central da Zambézia, cerca de 200 quilómetros da capital provincial Quelimane. Possui uma população de cerca de 76.000 habitantes distribuídos em 200 km². As principais actividades económicas são a agricultura e o comércio. A 25 de Outubro de 2011, setenta e nove residentes, funcionários, membros da Assembleia e Municipal e do Município de Mocuba, e membros da sociedade civil participaram da audiência pública de avaliação da eficácia da ajuda ao desenvolvimento com enfoque na educação e saúde.

Educação

A descentralização formal da gestão das escolas primárias para a jurisdição do município, conforme especificado na lei, ainda não ocorreu. Assim, o único município complementa o papel do

governo central na construção e apetrechamento das salas de aulas em todo o distrito municipal. Neste contexto, foram construídas 81 salas de aula entre 2000 e 2010. Quarenta e cinco foram financiados pelo Governo central; trinta e seis salas de aulas foram financiadas pelo próprio município, dos quais 12 ainda estão em construção.

Tabela 21: Avaliação dos Serviços de Educação no Município de Mocuba

#	Elementos de Avaliação	MAU	SATISFATÓRIO	BOM	TOTAL
1	Disponibilidade de unidades escolares	0	10	27	37
2	Equipamento / recursos de educação (carteiras, mesas, livrarias)	4	37	0	41
3	Qualificação do corpo docente	0	37	2	39
4	Política de manutenção da criança na escola, particularmente mulheres jovens	0	39	1	40
5	Participação Comunitária – Conselho de Escola	0	5	36	41
6	Manutenção da infra-estrutura escolar	1	41	0	42
7	Sanitários na escola				
8	Acesso a água	36	1	0	37
9	Sanitários públicos	0	39	0	39
10	Limpeza / higiene	5	37	0	42
11	Satisfação geral	0	41	0	41

Fonte: Compilado com base em dados do campo

Como indica a Tabela 21, existe há um nível de satisfação geral, embora não elevado com o actual nível dos serviços educacionais prestados a nível municipal. A maioria dos presentes reconheceu as melhorias na disponibilidade, cobertura, das instalações das escolas, qualificação dos professores e as condições sanitárias dos últimos dez anos. A disponibilidade de unidades de ensino é considerada boa: desde 1998, o município adquiriu mais três escolas secundárias e uma universidade. Em 1998, a província da Zambézia, na verdade, não tinha instituições de ensino acima do nível primário. Os residentes Mocuba também consideram a participação da comunidade na gestão escolar como "boa". Tal funciona por meio do Conselho Consultivo de Pais (uma política nacional), que participa nas decisões importantes da escola.

Mas existem problemas de coordenação com outros ramos de serviços municipais na provisão da educação. O abastecimento de água é considerado "mau" nas escolas. Apesar dos esforços das escolas para manter padrões de higiene, a falta de água nas escolas causada pelas precárias condições sanitárias, porque não era possível uma limpeza adequada e manutenção dos sanitários.

Saúde

Mocuba também ainda tem que solicitar a descentralização dos cuidados primários de saúde para o nível municipal, conforme estipulado por lei. No entanto, tem estado a complementar o trabalho do governo central, através da construção e renovação de infra-estruturas, incluindo a construção de uma morgue no Hospital Rural e centros de saúde locais. O município conta com o apoio do Governo Central e parceiros, incluindo o UNICEF, DANIDA e do Millennium Challenge Account.

Tabela 22: Avaliação dos Serviços de Saúde no Município de Mocuba

#	Elementos de Avaliação	MAU	SATISFATÓRIO	BOM	TOTAL
1	Disponibilidade de unidades de saúde	2	41	0	43
2	Média do tempo de espera pelos serviços	1	39	1	41
3	Qualidade dos serviços prestados pelo pessoal dos serviços de saúde	0	36	2	38
4	Conhecimentos técnicos do pessoal da saúde	0	1	39	40
5	Participação Comunitária	0	21	19	40
6	Satisfação geral	0	39		39

Fonte: Compilado com base em dados do campo

No geral, a maioria dos participantes avaliaram os esforços locais na prestação de serviços de saúde como satisfatórios em relação a: (i) a disponibilidade de serviços de saúde, já que a distância até a unidade sanitária para grande parte da comunidade diminuiu, (ii) o tempo médio de espera para o serviço; (iii) a qualidade do serviço do hospital devido à existência de pessoal médico treinado e a existência de um Conselho Clínica local, e (iv) participação da comunidade em campanhas de saúde sobre cuidados preventivos de malária e cólera (uso de cloro e redes) e (v) a supervisão da comunidade sobre a qualidade dos serviços e a saúde da comunidade.

Na verdade, os participantes avaliaram as qualificações do pessoal como boas, especialmente em comparação com cinco anos atrás, quando a testagem para exemplo vírus e diabetes não estava disponível. No entanto, os participantes relataram que o aumento da demanda por serviços hospitalares necessitava de mais funcionários; a equipa médica estava sobrecarregada e isso pode afectar negativamente a qualidade do serviço. Eles se referiram também a falta de um cirurgião.

O primeiro desafio que é enfrentado pelo município é implementar a descentralização das responsabilidades do governo central para o município. Isso permitirá ao município planejar e executar mais de acordo com as necessidades locais, enquanto o governo central continuará a ser responsável pela prestação dos serviços de monitoria. Depois disso, o município deve assegurar uma maior cobertura e qualidade dos serviços tanto na saúde e educação, através do aumento do número e da qualidade do pessoal nos dois sectores. Em geral, a disponibilidade de recursos financeiros determinará a qualidade e a cobertura da prestação de serviços.

Conclusão

No geral, há progressos na provisão do saneamento público, abastecimento de água, educação e saúde nos municípios avaliados. De forma geral, os residentes consideram que a prestação de serviços é satisfatória em relação aos recursos públicos disponibilizados para as comunidades. O sistema de abastecimento de água no município de Mocimboa da Praia cresceu ao longo dos últimos dez anos; a cobertura e a qualidade da água melhorou muito no município de Chókwe nos últimos cinco anos e a cobertura dos serviços de saúde e educação ambos registaram uma melhor cobertura em Mocuba, nos últimos cinco anos. Em todos os casos, a participação da comunidade na gestão municipal parece ter sido crucial tanto na identificação das necessidades reais no processo de planificação, tanto como na monitoria e na implementação. Os parceiros de desenvolvimento têm desempenhado um papel importante no complemento dos recursos locais.

No entanto, ainda há espaço para mais melhorias, tanto na cobertura e na qualidade dos serviços prestados. No município de Mocimboa da Praia a água não é adequado para consumo, já que é consumida, tal como é captada na fonte, sem qualquer tratamento. No município de Chokwe a gestão de resíduos sólidos e drenagem é precária. No município de Mocuba a expansão dos serviços de saúde deve ser acompanhada por um aumento de pessoal médico qualificado. Além disso, o fato de que a educação básica e os cuidados primários de saúde ainda não estão de facto descentralizados (conforme especificado na estatuição nacional) limita os esforços dos municípios, pois a maioria das decisões ainda são tomadas de forma centralizada. A coordenação trans-sectorial pode também ser melhorada.

Conclusão: indicadores de desenvolvimento

Olhando para os indicadores de desenvolvimento de Moçambique, podemos concluir que o país fez rápidos progressos na última década, partindo de um ponto de partida muito baixo no final de uma longa guerra civil. A introdução da democracia multipartidária coincide com este progresso e desempenho melhorado. Moçambique testemunhou um crescimento elevado do PIB e o país é susceptível de atingir a maioria dos ODM até 2015. Moçambique continua a ser um país altamente dependente de ajuda e os fluxos da AOD têm aumentado nos últimos anos. Em cooperação com a ajuda dos doadores, o GdM conseguiu melhorar as condições de vida dos moçambicanos. No entanto, em 2008, 54,7% das pessoas ainda viviam na ou abaixo da linha da pobreza nacional. Continuam a haver desafios importantes, especialmente nas áreas de saúde materna, HIV/SIDA, segurança alimentar, protecção ambiental, e do emprego. O alto nível de dependência na ajuda também pode trazer riscos sérios no futuro. O clima financiamento pode tornar-se mais difícil assim que as economias ocidentais se deterioram e o clima político se opõe à assistência internacional. Enquanto alguns doadores se comprometeram a manter os seus compromissos de ajuda internacional, uma série de orçamentos nacionais de ajuda já foram cortadas substancialmente.

Durante as audiências públicas ficou claro que tem havido progresso na prestação do saneamento público, abastecimento de água, educação e saúde. Os residentes apreciam o progresso. Em todos os projectos a participação da comunidade foi vista como sendo crucial, tanto na fase de planificação e implementação. Além disso, ficou claro que os doadores tiveram um papel importante no complemento dos recursos internos para financiar os serviços públicos. No entanto, os participantes apontaram um campo para mais melhorias, tanto na cobertura e qualidade dos serviços prestados.

As principais prioridades de desenvolvimento na opinião pública e parlamentar exigem uma atenção urgente para produzir resultados que indicam um crescimento mais equilibrado que beneficie todos os estratos da sociedade, particularmente aqueles que vivem em áreas rurais. Para empregar um cliché, a crescente onda de crescimento da economia nacional ainda não está a elevar todos os barcos. As novas descobertas de gás vão aumentar as receitas do governo no futuro e criar novas oportunidades para resolver estas dificuldades. Este novo contexto só aumenta a necessidade de uma forte representação das necessidades e preferências dos constituintes através do parlamento, participação parlamentar na elaboração de políticas mais consciente e coerente, e ainda mecanismos mais fortes de responsabilização que assegurem que os objectivos políticos sejam efectivamente atingidos e que as políticas sejam alteradas sempre que necessário.

F. PACOTE DE DADOS PARA DEPUTADOS E COMISSÕES

O objectivo deste “pacote de dados” é fornecer um resumo de uso fácil de dados e análise neste extenso relatório. Sendo um documento imprimido o pacote de dados é compacto e portátil. As comissões parlamentares e deputados podem utilizar e actualizar as informações para ajudar-lhes na sua tarefa de representar as necessidades e aspirações dos seus eleitores, influenciando e debatendo as políticas do governo e dos doadores, e responsabilizando o executivo e os doadores tanto pelos desembolsos financeiros assim como pelos resultados de desenvolvimento. O pacote de dados começa com um resumo dos dados e gráficos sobre as prioridades de políticas, opinião pública, despesas de ajuda e orçamentais e, resultados do desenvolvimento, todos extraídos das secções C-E do relatório. Estes dados são pontuados por “Títulos de Análise” extraídos do relatório e inseridos após cada conjunto de tabelas de dados com cruzamento referencial para o próprio relatório. As conclusões destes “títulos” escondem muitos detalhes e subtilezas contidas no relatório, e assim deve ser usado com cuidado. O pacote de dados termina com uma lista das fontes de dados (base web) a partir das quais este relatório foi elaborado.

1. Prioridades de desenvolvimento: resumo da secção C

a) INTERVENIENTES EM MOÇAMBIQUE: Numa democracia que funciona, as preferências dos cidadãos (geralmente expressas através dos seus representantes eleitos) devem desempenhar um papel proeminente na definição de políticas e eventuais resultados. Perguntas para esta secção:

- * Até que ponto as prioridades definidas pelo Parlamento e pelo governo reflectem ou representam as necessidades e preferências de desenvolvimento dos cidadãos claramente expressas? do Parlamento (sic.)?
- * Se as prioridades do governo diferem em aspectos importantes das dos cidadãos e seus representantes, será diferença razoável e política, como um todo, ainda responde bem às necessidades e preferências dos cidadãos?

As prioridades da política eventualmente precisarão ser comparadas aos padrões de gastos reais e, em seguida, aos resultados de desenvolvimento, e isso é feito mais adiante.

F-1 Tabela de resumo das prioridades de desenvolvimento: Moçambique

Opinião pública (2005)	Opinião pública (2008)	Parlamento (2011)	Governo (PARPA 3)
1. Desemprego	1. Desemprego	1. Desemprego	Geral: redução da pobreza através do crescimento rápido e inclusivo
2. Pobreza/miséria	2. Fornecimento de água	2. Pobreza	1. Fomento da agricultura e pescas
3. Educação	3. Escassez de alimentos/fome	3. Fornecimento de água	2. Promoção do emprego & empregabilidade
4. Saúde	4. Saúde	4. Transportes	3. Desenvolvimento da segurança social e serviços
5. Escassez de alimentos/fome	5. Pobreza/miséria	6. Infra-estruturas & estradas	4. Boa governação
6. Fornecimento de água	6. Educação	6. Agricultura	5. Política macroeconómica; gestão financeira do Estado

CONCLUSÕES: Cidadãos, Parlamento e Política do Governo

A opinião pública e as opiniões dos parlamentares se sobrepõem muito bem. De acordo com a tabela acima e com os dados mais detalhados no relatório, o Parlamento entende seus constituintes.

- * A política do governo, conforme definido no documento do PARPA-III reflecte as prioridades de desenvolvimento dos cidadãos e seus representantes, ao todo, e isso é positivo;
- * Existem algumas diferenças: o fornecimento de electricidade é uma prioridade relativamente alta para a opinião pública (ver Figuras 3 e 4 do relatório principal), mas não para o governo; o governo está mais preocupado com a sustentabilidade ambiental do que a opinião pública;

- * O comércio e o desenvolvimento do sector privado são as principais prioridades do governo e isso não é partilhado pela opinião pública ou pelo parlamento; indiscutivelmente, essas metas têm a ver com a promoção do crescimento económico e da competitividade, e se os benefícios do crescimento forem amplamente distribuídos, em seguida, as prioridades dos cidadãos do alívio da pobreza e desemprego pode muito bem ser promovidas por esta política de governo. O Parlamento pode responsabilizar o governo por resultados positivos;
- * A ênfase do governo sobre "boa governação" não se reflecte nem nas prioridades do cidadão ou dos parlamentares. "Boa governação" é uma prioridade (veja abaixo) que o governo partilha e negocia com os doadores, e originou dos doadores como um elemento de condicionalismo da ajuda. Se as melhorias na governação levarem a melhores resultados de desenvolvimento, então este objectivo pode muito bem servir as necessidades dos cidadãos. Este ponto será retomado abaixo.

b) PRIORIDADES DOS DOADORES:

- * Estarão as prioridades políticas dos doadores bem alinhadas com as políticas nacionais?
- * As políticas de doadores respondem às necessidades e preferências dos cidadãos, conforme expresso na opinião pública e pelo Parlamento?

F-2 Tabela de resumo das actuais prioridades de desenvolvimento de doadores multilaterais

AID	Instituições da UE	FDA
1. Boa governação (responsabilidade e voz pública)	1. Transporte, infra-estruturas, integração económica regional	1. Apoio ao orçamento, boa governação, desenvolvimento do sector privado
2. Acesso equitativo a serviços chaves (saúde, HIV/SIDA, educação)	2. Agricultura, desenvolvimento rural, segurança alimentar, comércio	2. Infra-estruturas: estradas, agricultura, sector social, água e saneamento, electricidade
3. Crescimento sustentável e de base ampla (sector privado, infra-estruturas, integração regional, comércio)		

F-3 Tabela de resumo das actuais prioridades de desenvolvimento de doadores bilaterais

EUA	Suécia	Dinamarca	Holanda	Canadá
1. Governação democrática	1. Democracia e direitos humanos	1. Crescimento económico: desenvolvimento da agricultura e sector privado	1. Segurança e desenvolvimento	1. Apoio ao orçamento geral
2. Competitividade de sectores económicos chaves	2. Meio ambiente e clima	2. Saúde, e educação básica	2. Crescimento e equidade	2. Crianças e jovens: educação, saúde, HIV/SIDA, capacitação
3. Saúde	3. Igualdade do género e papel da mulher no desenvolvimento	3. Infra-estrutura: estradas, escolas e fornecimento de energia	3. Igualdade de direitos, igualdade de género, SRHR	3. Segurança alimentar: agricultura, irrigação, comércio, capacitação
4. Educação e formação		4. Boa governação e direitos humanos	4. Sustentabilidade, clima e energia	4. Crescimento económico: agricultura, reforma do sector público, sociedade civil
5. Forças de segurança		5. Meio ambiente e gestão de recursos naturais		

CONCLUSÃO: Prioridades Políticas vs. Preferências dos Cidadãos

Apesar de quase todos os doadores tomarem o alívio da pobreza e o crescimento económico como prioridades, o que se encaixa com as preferências dos eleitores, em geral há de certa forma uma melhor sobreposição entre as prioridades dos doadores e do governo do que entre as políticas dos doadores e preferências dos cidadãos.

- * As políticas dos maiores doadores de Moçambique se sobrepõem razoavelmente com as prioridades do governo, do parlamento e da opinião pública: crescimento económico e redução da pobreza; cuidados de saúde, educação;
 - esta sobreposição benigna não estava presente em todos os outros países abrangidos por este projecto; o resultado positivo pode ser pelo menos parcialmente explicado pelo papel activo assumido pelo Parlamento e pelo sistema de comissões na representação dos constituintes e ao tentar influenciar as políticas a seu favor. Um parlamento activamente orientado para políticas pode levar a políticas de desenvolvimento que são mais sensíveis às necessidades dos constituintes;
- * No entanto, a ordem das prioridades não é necessariamente a mesma: os cidadãos e parlamentares enfatizam melhorias concretas na vida diária mais do que o governo ou os doadores;
- * Os doadores subestimam a atenção directa ao desemprego e à água/saneamento: são prioridades muito altas para a opinião pública e parlamento;
- * Os doadores e a opinião pública, ambos sublinham a energia / fornecimento de electricidade, enquanto o governo não prioriza o sector;
- * Os doadores dão mais atenção a questões como a igualdade de género, integração regional, meio ambiente, competitividade, forças de segurança, do que o parlamento ou opinião pública;
- * Todos os doadores e o governo sublinham a importância da boa governação:
 - mas tal não é uma prioridade declarada tanto para os cidadãos ou seus representantes eleitos;
 - a ajuda para a “governança e sociedade civil” é uma prioridade “importada”, um elemento do “condicionalismo” dos doadores acordado com o governo;
 - na medida em que a melhoria da qualidade da governação melhora a realização concreta das prioridades políticas dos cidadãos, então, os esforços destinados a melhorar a governação podem muito bem estar em consonância com as necessidades dos eleitores (por exemplo, fortalecimento da supervisão parlamentar);
 - esta é uma questão de verificação de resultados e prestação de contas ao parlamento;
- * Em última análise, as prioridades políticas não importam se elas não forem devidamente implementadas e levarem a resultados tangíveis para os eleitores. A secção 3 seguinte, examina os gastos reais dos doadores e do governo com o desenvolvimento, enquanto a secção 4 avalia os resultados.

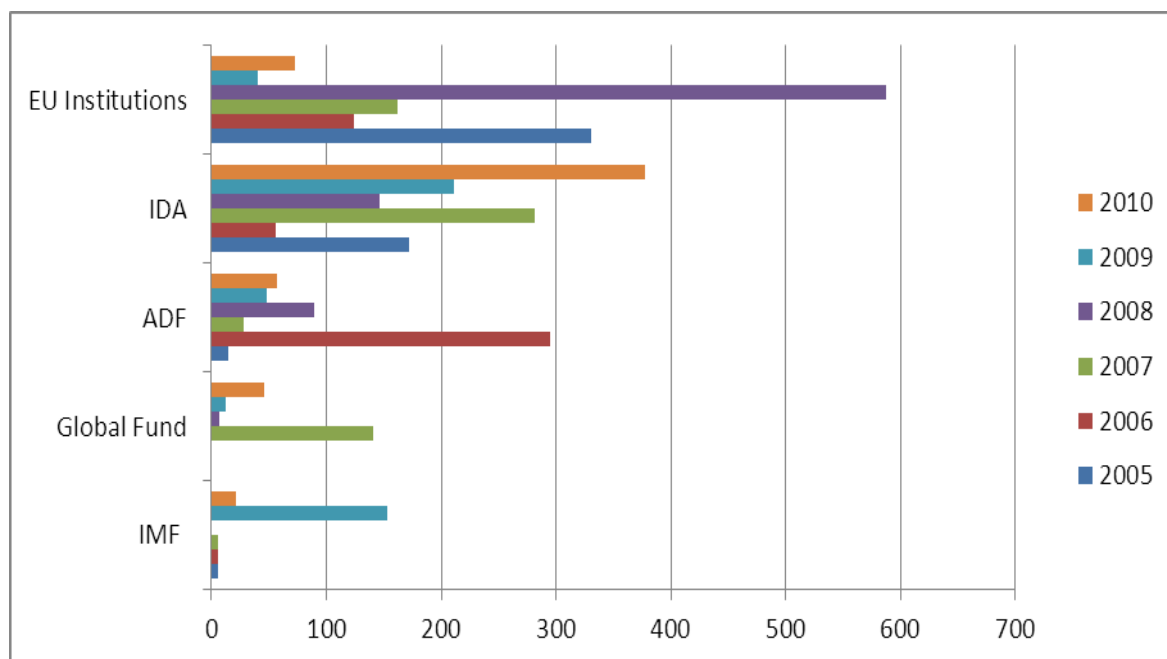
2. Despesa do Governo no Desenvolvimento e AOD dos Maiores Doadores a Moçambique por ano 2005-2010 (secção D do relatório)

- * Será que os doadores e o governo cumprem com os seus compromissos de políticas?
- * Serão as prioridades reflectidas com rigor nos reais padrões de despesas do governo e dos doadores?
- * Será que a ajuda efectiva e as despesas orçamentais respondem de forma adequada às necessidades e preferências dos eleitores e seus representantes?

F-4 Distribuição da despesa do GdM 2005-2010 (% do total, preços correntes)

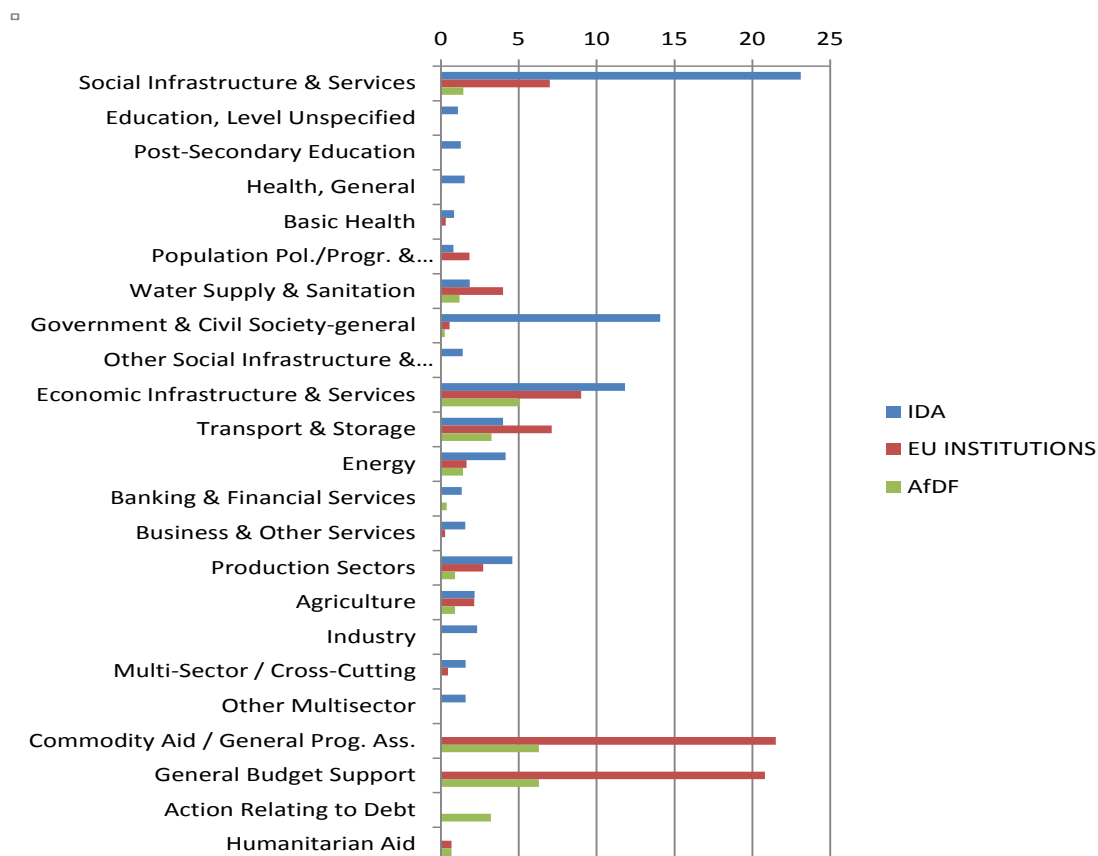
Fonte: Comissão do Plano e Orçamento, Assembleia da República

F-5 Maiores 5 doadores multilaterais a Moçambique 2005-2010 (desembolsos líquidos de AOD, preços constantes, 2009 US\$ milhões)



Fonte: <http://stats.oecd.org/>

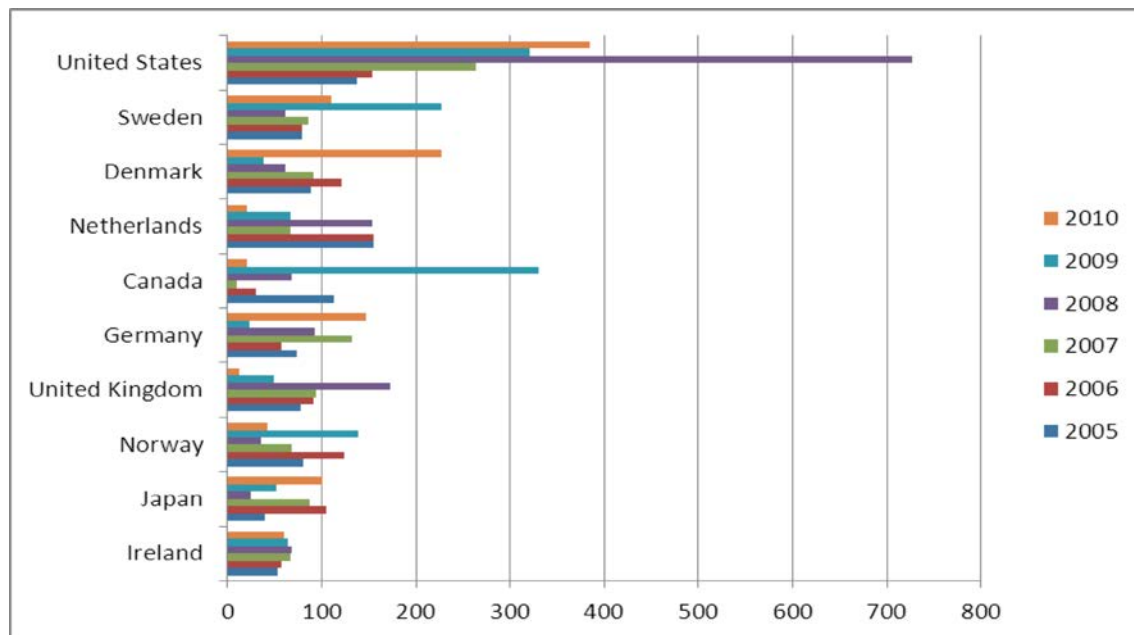
F-6 Ajuda por sector, dos maiores doadores multilaterais a Moçambique 2005-2010 (% do total da ajuda de doadores multilaterais a Moçambique 2005-2010)⁴⁰



⁴⁰ Sectores que receberam menos de 1% não foram incluídos

Fonte: <http://stats.oecd.org/>

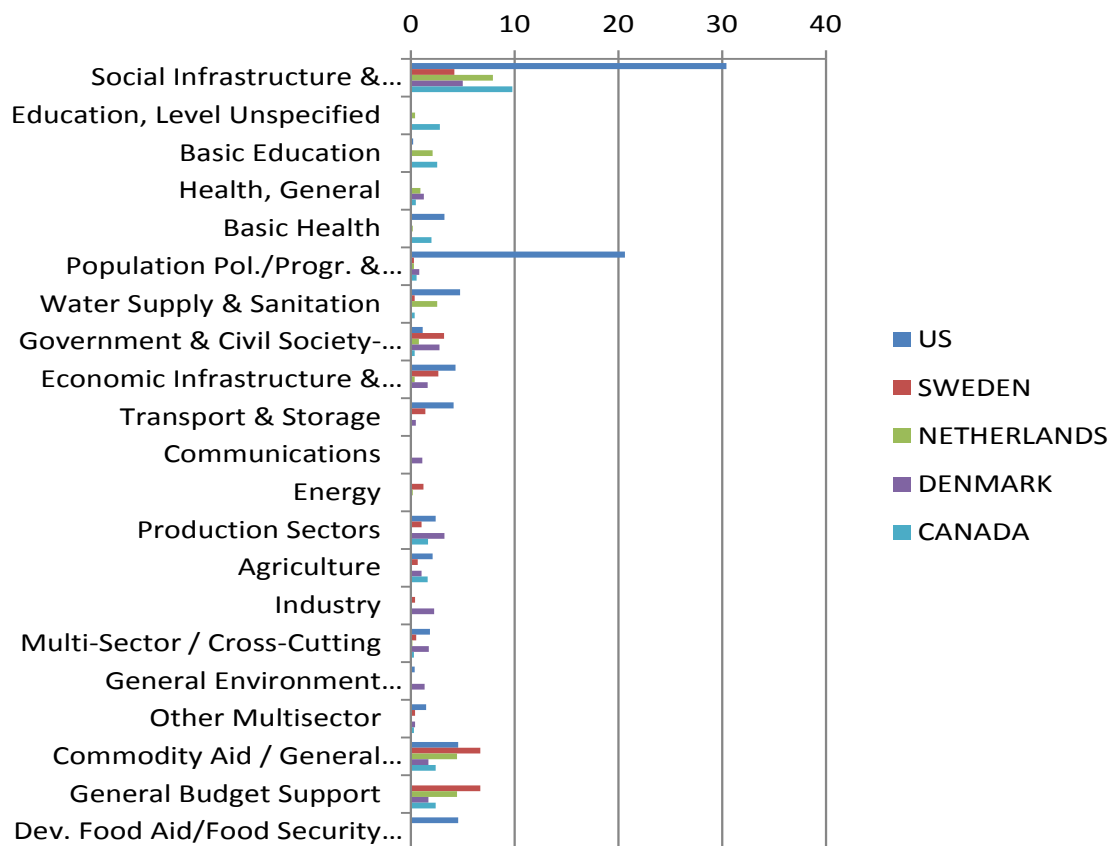
F-7 Maiores 10 doadores bilaterais a Moçambique 2005-2010 (compromissos totais, preços constantes, 2009 USD milhões)



Fonte: <http://stats.oecd.org/>

F-8 Ajuda por sector, dos maiores doadores bilaterais a Moçambique 2005-2010 (% do total da ajuda de doadores bilaterais a Moçambique 2005-2010)⁴¹

□



Fonte: <http://stats.oecd.org/>

⁴¹ Sectores que receberam menos de 1% não foram incluídos

CONCLUSÃO: Esforços para o Desenvolvimento e Necessidades dos Eleitores

Existe uma relação observável entre as prioridades e as despesas reais, e entre os padrões dos gastos e as aspirações da população. No entanto, tanto os doadores como o governo são um tanto menos consistentes quando se trata de cumprimento dos seus prometidos objectivos políticos. Eles também não são totalmente sensíveis às preferências dos cidadãos do país ou dos seus representantes parlamentares eleitos.

- * O sistema do GdM de gestão financeira do Estado melhorou consideravelmente nos últimos anos, mas os números do orçamento ainda não estão completamente transparentes ou precisos e devem ser tratados com alguma cautela:
 - os parlamentares afirmam que o orçamento ainda é demasiadamente pelo governo e para o governo, e que as contas públicas auditadas chegam tarde demais para garantir a responsabilização genuína;
 - uma grande fatia do orçamento vai para 'outros' sectores não especificados;
 - as finanças públicas parecem ser mais responsáveis perante os doadores do que perante os cidadãos ou parlamento;
 - uma maior pressão e escrutínio parlamentar poderia ajudar a melhorar a precisão e a transparência dos números do orçamento;
- * O GdM gasta em algumas das suas prioridades de desenvolvimento declaradas (educação, saúde, infra-estruturas e governação), mas enquanto a agricultura é identificada como um sector prioritário, o sector recebe pouco financiamento do governo (em detrimento dos pobres das zonas rurais e problemas de segurança alimentar, que são todos de alta prioridade para os cidadãos);
- * A GdM tem como alvo algumas das grandes prioridades dos cidadãos moçambicanos (abastecimento de água, educação, saúde, transporte e infra-estruturas/estradas), mas as maiores prioridades dos cidadãos (rubricas orçamentais relacionadas com o alívio do desemprego, a pobreza/miséria, escassez de alimentos) são muito menos financiados;
- * Muita da ajuda dos doadores vai para o AOG e assim, obter uma visão adequada de onde a ajuda é gasta, os fluxos de ajuda dos doadores devem ser lidos em conjunto com as tabelas sobre o orçamento nacional;
- * Os padrões de gastos dos doadores não correspondem às suas próprias prioridades definidas para Moçambique. Isso pode ou não reduzir o sucesso do desenvolvimento, mas é uma inconsistência política:
 - as prioridades da UE de agricultura, infra-estruturas e integração regional recebem pouco financiamento, a maior parte vai para o AOG e sectores sociais; os EUA e a Dinamarca priorizam a educação, mas oferecem pouco financiamento, as prioridades de ajuda da Holanda (sustentabilidade, clima e energia) estavam mal financiadas;
 - as dotações orçamentais para o AOD podem corrigir algumas destas inconsistências;
- * Quase todos os doadores investem muito em Infra-estruturas Sociais e Serviços distribuídos por uma série de sectores:
 - Canadá e Holanda são os únicos doadores que gastam uma grande parte na educação;
 - os EUA concedem a maior parte à saúde e este sector é bem apoiado pelo Canadá, Holanda e Dinamarca;
 - o abastecimento de água recebe grande parte dos gastos da UE, FAD, Estados Unidos e Holanda;
 - a AID, Suécia e Dinamarca proporcionam grande parte no Governo e Sociedade Civil;
 - quase pouca ajuda vai para a agricultura (apesar de ser uma alta prioridade política) e apenas a AID, o FAD, Dinamarca e Canadá concedem partes ainda modestas das suas despesas a este sector;
 - grandes quantidades concedidas por alguns doadores para AOG são reflectidas na tabela do orçamento nacional F-4.
- * Os doadores abordam *algumas* das prioridades identificadas pelos cidadãos, parlamento e governo através de gastos com o sector social:
 - a educação, saúde e fornecimento de água recebem apoio substancial se for através de apoio misto dos doadores e são prioridades para os três intervenientes em Moçambique;
 - o mesmo pode ser dito da assistência que vai para as estradas e infra-estruturas;
- * Algumas das prioridades da opinião pública e do parlamento não são bem tratadas pelos doadores (nem pelo GdM, veja acima):
 - o sector agrícola não é uma prioridade de despesa apesar da sua importância para o alívio da pobreza e escassez de alimentos;
 - o maior desafio de desenvolvimento nacional, de acordo com a opinião pública e os representantes eleitos, é o desemprego, mas nenhum dos doadores fizeram da promoção do emprego uma prioridade o gasto real, e nem o governo (embora os esforços dos doadores e do governo na educação e diversos sectores produtivos podem ajudar indirectamente de maneira crucial);
 - as políticas de crescimento precisam ser mais inclusivas e alcançar os pobres. O parlamento deve procurar melhor influenciar os resultados das políticas e fortalecer os mecanismos de

responsabilização que mantêm ambos os doadores e o governo responsáveis para que a situação possa melhorar;

- * Os doadores e o governo dedicam recursos substanciais à "boa governação" e "sociedade civil". Nem o Parlamento nem os constituintes as identificam como uma prioridade, de forma alguma. Melhorar a "governação" é um elemento do estabelecido condicionalismo dos doadores:
 - isso não é necessariamente mau. Na medida em que a melhoria da qualidade da governação melhora a realização concreta das prioridades políticas dos cidadãos, então, os esforços destinados a melhorar a governação podem muito bem estar em consonância com as necessidades dos eleitores, mas essa é uma questão de verificação e prestação de contas ao parlamento;
 - existe o risco de que os orçamentos para a "boa governação" ou "sociedade civil" se tornarem projectos de estimação de governo e dos doadores;
 - isso não precisa acontecer em face de medidas sólidas para assegurar a articulação dos objectivos das políticas de desenvolvimento com os resultados positivos, e os mecanismos robusto de "ciclo de retroinformação" na prestação de contas. Tal inclui incentivar uma cobertura aberta e objectiva dos media;
- * Os doadores e do governo todos necessitam de uma pausa para reflexão sobre a adequação entre os padrões das despesas para o desenvolvimento, as identificáveis preferências dos cidadãos, e os resultados do desenvolvimento. Voltamo-nos para os indicadores de desenvolvimento abaixo.

3. Resultados em termos de Indicadores do Desenvolvimento

Perguntas para esta secção:

- * Estarão os resultados das políticas positivas dos doadores e do governo em consonância com o esforço de investimento?
- * Será que os resultados obtidos satisfazem as necessidades e preferências de uma vasta gama de constituintes em Moçambique?
- * O que o parlamento pode fazer para garantir melhores resultados?

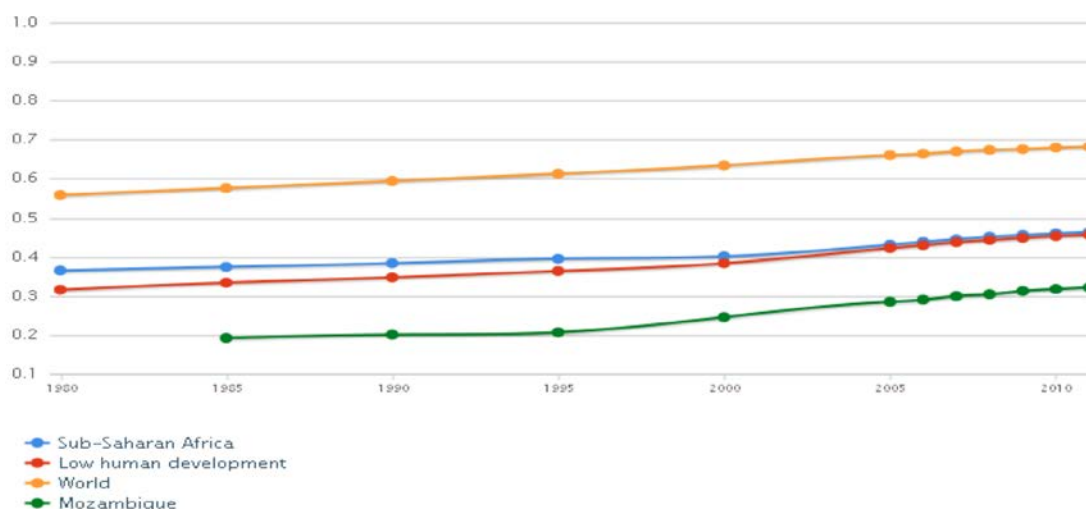
F-9 Indicadores do desenvolvimento Banco Mundial 200-2010

Visão global	2000	2005	2008	2009	2010
População, total (milhões)	18.20	20.77	22.33	22.86	23.39
Crescimento populacional (% anual)	2.6	2.6	2.4	2.3	2.3
Área de superfície (km2) (milhares)	799.4	799.4	799.4	799.4	799.4
Rácio da pobreza em relação à linha da pobreza nacional (% de população)	..	..	54.7	..	..
RNB, método Atlas (correntes US\$) (biliões)	4.20	6.11	8.57	9.98	10.34
RNB por capita, método Atlas (correntes US\$)	230	290	380	440	440
RNB, PPP (corrente internacional \$) (biliões)	7.72	13.15	17.62	20.20	21.65
RNB per capita, PPP (corrente internacional \$)	420	630	790	880	930

Pessoas	2000	2005	2008	2009	2010
Parte da renda detida pelos 20% mais baixos 20%	..	..	5.2	..	..
Esperança de vida à nascença, total (anos)	47	48	49	49	..
Taxa de fertilidade, total (nascimentos por mulher)	5.7	5.3	5.1	5.0	..
Taxa de fertilidade adolescente (nascimentos por 1.000 mulheres, idade 15-19)	153	160	144	139	..
Prevalência de contraceptivos (% de mulheres, idades 15-49)	..	..	16	..	..
Nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado (% do total)	..	..	55	..	..
Taxa de mortalidade, abaixo-5 (por 1.000)	177	158	144	140	135
Imunização, sarampo (% de crianças - idade 12-23 meses)	71	75	71	67	70
Taxa de conclusão do ensino primário, total (% do grupo etário relevante)	16	42	59	56	61
Rácio de raparigas em relação a rapazes no ensino primário e secundário (%)	75	83	87	88	89
Prevalência do HIV, total (% da população idades 15-49)	8.6	11.2	11.4	11.5	..

Economia	2000	2005	2008	2009	2010
PIB (correntes US\$) (biliões)	4.25	6.58	9.89	9.79	9.59
PIB - crescimento (% anual)	1.1	8.4	6.8	6.4	7.2
Inflação, deflacionador de PIB (% anual)	12.0	8.8	8.4	5.3	12.7
Agricultura, valor acrescentado (% do PIB)	24	27	30	31	32
Indústria, valor acrescentado (% do PIB)	25	25	24	24	23
Serviços, etc., valor acrescentado (% do PIB)	51	48	46	45	45
Exportação de bens e serviços (% do PIB)	16	32	32	25	25
Importação de bens e serviços (% do PIB)	37	44	46	43	43
Formação bruta de capital (% do PIB)	31	19	16	20	24

F-10 Progresso sobre o Índice de Desenvolvimento Humano 1990 - presente



F-11 Progresso sobre os ODM: resumo

	1990	1995	2000	2009
Objectivo 1: Erradicar a pobreza e a fome				
Rácio entre emprego e população, 15+, total (%)	80	79	79	78
Rácio entre emprego e população, idades 15-24, total (%)	67	68	67	66
Parte da renda detida pelos 20% mais baixos	..	5.7	..	..
Prevalência da má nutrição, peso para a idade (% de crianças abaixo dos 5 anos)	..	28.1	..	..
Fosso da pobreza a \$1,25 ao dia (PPP) (%)	..	42	..	..
Rácio da contagem da pobreza a \$1.25 a dia (PPP) (% da população)	..	81	..	..
Prevalência da subnutrição (% da população)	59	48	46	38
Emprego vulnerável, total (% da população total)	..	..	..	..
Objectivo 2: Atingir a educação primária universal				
Taxa de alfabetização, raparigas jovens (% de raparigas - idade 15-24)	..	..	..	62
Taxa de alfabetização, rapazes jovens (% de rapazes - idade 15-24)	..	..	..	78
Persistência até ao último grau do ensino primário, total (% do cohort)	..	..	32	44
Taxa de conclusão do ensino primário, total (% do grupo etário relevante)	26	26	16	59
Total de ingressos, ensino primário (% líquido)	44	44	56	80
Objectivo 3: Promover a igualdade do género e autonomização da mulher				
Proporção dos assentos detidos por mulheres nos parlamentos nacionais (%)	16	25	30	35
Rácio feminino para masculinos de ingresso ao ensino primário (%)	75	72	75	88
Rácio feminino para masculinos de ingresso ao secundário (%)	57	61	63	75
Rácio feminino para masculinos de ingresso ao terciário (%)	32	28	..	..
Proporção de mulheres empregadas nos sectores não agrícolas (% do total)	11.4	..	..	..
Objectivo 4: Redução da mortalidade infantil				

Imunização, sarampo (% de crianças - idade 12-23 meses)	59	71	71	77
Taxa de mortalidade, infantil (por 1.000 nados vivos)	155	139	123	96
Taxa de mortalidade, abaixo-5 (por 1.000)	232	207	183	142
Objectivo 5: Melhorar a saúde materna				
Taxa de fertilidade adolescente (nascimentos por 1.000 mulheres, idade 15-19)	..	..	147	146
Nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado (% do total)	..	44	..	55
Prevalência de contraceptivos (% de mulheres, idades 15-49)	..	6	..	16
Rácio de mortalidade materna (estimativa modelada, por 100.000 nados vivos)	1,000	890	780	550
Mulheres grávidas que recebem cuidados pré-natais (%)	..	71	76	89
Necessidades de contraceptivos não satisfeitas (% de mulheres casadas, idades 15-49)	..	23	..	..
Objectivo 6: Combate ao HIV/SIDA, malária, e outras doenças				
Crianças com febre que recebem medicamentos anti malárico (% de crianças <5 com febre)	..	..	..	37
Uso de preservativo, idade populacional 15-24, feminina (% de mulheres, idades 15-24)	..	2	..	..
Uso de preservativo, idade populacional 15-24, masculino (% de homens, idades 15-24)	..	11	..	..
Incidência de tuberculose (por 100.000 pessoas)	180	260	380	420
Prevalência do HIV, mulheres (% idade 15-24)	..	..	..	8.5
Prevalência do HIV, homens (% idade 15-24)	..	..	..	3
Prevalência do HIV, total (% da população, idade 15-49)	1.4	4.5	9.5	12.5
Taxa de detecção de casos de tuberculose (todas as formas)	65	43	31	42
Objectivo 7: Garantia da sustentabilidade ambiental				
Emissões de CO2 (kg por PPP \$ do PIB)	0.3	0.2	0.2	0.2
Emissões de CO2 (tons métricas por capita)	0.1	0.1	0.1	0.1
Área florestal (% da área terrestre)	25	25	25	24
Melhoria de meios de saneamento (% da população com acesso)	11	12	14	17
Fontes de água melhoradas (% da população com acesso)	36	38	42	47
Área marinhas protegidas (% do total da área de superfície)	..	..	..	4
Área terrestres protegidas (% do total da área de superfície)	..	..	..	15.7
Objectivo 8: Desenvolvimento de uma parceria global para o desenvolvimento				
Serviço da dívida (PPG e FMI apenas, % das exportações, excluindo remittências dos trabalhadores)	17	33	2	2
Utilizadores da Internet (por 100 pessoas)	0.0	0.0	0.1	1.6
Assinantes de telemóveis (por 100 pessoas)	0	0	0	20
AOD bruta recebida por capita (corrente US\$)	74	67	50	89
Linhas telefónicas (por 100 pessoas)	0	0	0	0
Outros				
Taxa de fertilidade, total (nascimentos por mulher)	6.2	6.0	5.7	5.1
RNB por capita, método Atlas (correntes US\$)	170	130	230	440
RNB, método Atlas (correntes US\$) (biliões)	2.3	2.1	4.2	10.0
Formação bruta de capital (% do PIB)	22.1	27.0	31.0	21.0
Esperança de vida à nascença, total (anos)	43	46	48	48
Taxa de alfabetização, total de adultos (% de pessoas, idade 15 acima)	..	39	..	54
População, total (milhões)	13.5	15.9	18.2	22.9
Comércio (% do PIB)	44.2	56.6	53.5	68.9

CONCLUSÃO: Resultados e Necessidades de Desenvolvimento

O país fez um rápido progresso nas últimas duas décadas, vindo de um ponto de partida muito baixo no fim de uma longa guerra civil. A consolidação do processo de paz e a introdução de uma democracia multipartidária coincide com este progresso e melhoria do desempenho. Moçambique testemunhou um elevado crescimento do PIB e o país é susceptível de atingir a maioria dos ODM até 2015.

- * Moçambique continua a ser um país altamente dependente da ajuda e os fluxos de AOD têm aumentado nos últimos anos. O clima do financiamento pode tornar-se mais difícil assim que as economias ocidentais se deterioram e o compromisso político para a ajuda enfraquece;
- * Em cooperação com o GdM, a ajuda dos doadores conseguiu melhorar as condições de vida dos moçambicanos. Contudo:
 - cerca de 50% das pessoas ainda vivem na ou abaixo da linha de pobreza nacional. Ainda existem desafios importantes, especialmente nas áreas de saúde materna, HIV/SIDA, segurança alimentar, protecção ambiental, e emprego;
 - Moçambique está bem abaixo da linha da tendência subsaariana no Índice de Desenvolvimento Humano;
 - participantes nas audiências públicas realizadas durante este projecto apontaram para um âmbito de grandes melhorias, tanto na cobertura e qualidade dos serviços prestados;
- * As principais prioridades de desenvolvimento da opinião pública e do Parlamento exigem uma atenção urgente para produzir resultados que indicam um crescimento mais equilibrado que beneficie todas as esferas da sociedade, particularmente aqueles vivem nas áreas rurais. Para empregar um cliché, a crescente onda de crescimento da economia nacional ainda não está a levantar todos os barcos.
 - uma melhor pontuação nesta frente, poderia resultar num desenvolvimento mais inclusivo e mais eficaz;
 - o envolvimento parlamentar como representantes dos cidadãos poderia estimular os necessários ajustes de políticas;
- * As novas descobertas de gás vão aumentar as receitas do governo no futuro e criar novas oportunidades para resolver estas dificuldades, mas existem os perigos conhecidos como a "maldição dos recursos". As receitas provenientes dos recursos naturais também podem reduzir os incentivos para implementar uma estratégia autos sustentável de desenvolvimento de longo prazo e inclusiva, baseada na produção agrícola e industrial bem-sucedida e competitiva. Largas receitas novas também podem aumentar as tentações para a corrupção, ao mesmo tempo em que aumentam a capacidade do governo de subornar eleitores clientelistas.
- * Este novo contexto só aumenta a necessidade de uma forte representação das necessidades e preferências dos constituintes através do parlamento, participação parlamentar mais consciente e coerente na elaboração de políticas, e ainda mecanismos mais fortes de responsabilização que assegurem que os objectivos políticos sejam efectivamente atingidos e a política seja alterada sempre que necessário.

4. Lista dos websites com informação útil

Dados sobre os fluxos de ajuda dos doadores (secção C e D)

OECD

<http://stats.oecd.org/>

Dados da ajuda

<http://www.aiddata.org/>

Fluxos da ajuda

<http://www.aidflows.org/>

Dados sobre o orçamento moçambicano (secção D)

Dados do orçamento nacional disponíveis em: www.dno.gov.mz (tab Orçamento do Estado).

Dados sobre a opinião pública moçambicana (secção C)

Afrobarometer

<http://afrobarometer.org/> click 'results/by country' e descarrega o resumo para Moçambique

Dados sobre a pesquisa parlamentar moçambicana (secção C)

Disponíveis a pedido da AIID, e a pesquisa será ligada ao website parlamentar assim que a fase de reporte do projecto estiver concluída.

Dados sobre os indicadores de desenvolvimento moçambicanos (secção E)

Millennium Development Goals

<http://www.undp.org.mz/en/Media/Design/MDG/Millennium-Development-Goals-in-Mozambique>

Afrobarometer

<http://afrobarometer.org/> click 'results/by country' e descarrega o resumo para Moçambique – procurar perguntas sobre o desempenho do governo, satisfação das necessidades de desenvolvimento.

Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial

http://ddp-ext.worldbank.org/ext/ddpreports/ViewSharedReport?&CF=&REPORT_ID=9147&REQUEST_TYPE=VIEWADVANCED

Banco Mundial

<http://data.worldbank.org/>

Índice do Desenvolvimento Humano

<http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/MOZ.html>

Audiência públicas em Moçambique patrocinadas pelo ODA Oversight Project